

RG I

RELATÓRIO
DE GESTÃO
INSTITUCIONAL
2017

Florianópolis

2018

MPSC
MINISTÉRIO PÚBLICO
Santa Catarina

Elaboração

Comissão de Planejamento Institucional, em cumprimento
à Portaria n. 1.710/2005/PGJ, de 17 de junho de 2005.
(48) 3229-9001 | pgj@mpsc.mp.br | www.mpsc.mp.br |

Projeto gráfico e editoração

Coordenadoria de Comunicação Social
(48) 3229-9010 | midia@mpsc.mp.br

S222

Santa Catarina. Ministério Público. Procuradoria-Geral de Justiça.
RGI: Relatório de gestão institucional 2017. - Florianópolis : MPSC, 2018.
203 p.

1. Ministério Público – Santa Catarina – Relatório - 2017. 2. Planejamento
Estratégico. I. Título.

CDD 341.413

Catálogo: Magda Daré CRB14/982

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
1 DEFINIÇÕES ESTRATÉGICAS	9
MISSÃO	9
VISÃO	9
VALORES	9
2 O QUE É O MINISTÉRIO PÚBLICO.....	11
2.1 QUANDO VOCÊ DEVE PROCURAR O MINISTÉRIO PÚBLICO?	12
2.2 COMO ATUA O MPSC.....	13
2.3 QUEM FISCALIZA O MPSC.....	13
2.4 COMO ACOMPANHAR O TRABALHO DO MPSC	14
3 AVALIAÇÃO DOS 20 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	17
OBJETIVO ESTRATÉGICO 1 - GARANTIR ACESSO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E À SUA EFETIVIDADE.....	18
OBJETIVO ESTRATÉGICO 2 - PROMOVER A PROTEÇÃO DOS DIREITOS COLETIVOS DOS CONSUMIDORES	26
OBJETIVO ESTRATÉGICO 3 - PROMOVER A DEFESA DA CONSTITUCIONALIDADE EM FACE DE LEIS E ATOS NORMATIVOS MUNICIPAIS E ESTADUAIS.....	36
OBJETIVO ESTRATÉGICO 4 - QUALIFICAR A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO ENFRENTAMENTO DA CRIMINALIDADE	42
OBJETIVO ESTRATÉGICO 5 - PROMOVER E DEFENDER OS DIREITOS E GARANTIAS INFANTOJUVENIS	48
OBJETIVO ESTRATÉGICO 6 - ASSEGURAR A DEFESA E A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE URBANO E RURAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	58
OBJETIVO ESTRATÉGICO 7 - COMBATER A CORRUPÇÃO E DEFENDER COM EFICIÊNCIA O PATRIMÔNIO PÚBLICO E A MORALIDADE ADMINISTRATIVA ...	66
OBJETIVO ESTRATÉGICO 8 - PREVENIR E REPRIMIR A SONEGAÇÃO FISCAL NOS ÂMBITOS ESTADUAL E MUNICIPAL.....	74
OBJETIVO ESTRATÉGICO 9 - ASSEGURAR O PLENO EXERCÍCIO DAS ATRIBUIÇÕES, PRERROGATIVAS E GARANTIAS.....	80
OBJETIVO ESTRATÉGICO 10 - AUMENTO DA CREDIBILIDADE	82
OBJETIVO ESTRATÉGICO 11 - AUMENTAR A EFETIVIDADE E A PROATIVIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA.....	88
OBJETIVO ESTRATÉGICO 12 - MELHORAR AS RELAÇÕES COM OS STAKEHOLDERS	90
OBJETIVO ESTRATÉGICO 13 - APRIMORAR A AVALIAÇÃO DE RESULTADOS	92
OBJETIVO ESTRATÉGICO 14 - CONSOLIDAR TESES INSTITUCIONAIS	94
OBJETIVO ESTRATÉGICO 15 - OTIMIZAR E POTENCIALIZAR A ATUAÇÃO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA.....	96

OBJETIVO ESTRATÉGICO 16 - TORNAR OS PROCESSOS DE GESTÃO MAIS EFETIVOS	98
OBJETIVO ESTRATÉGICO 17 - MELHORAR A ESTRUTURA FÍSICA E A SEGURANÇA.....	102
OBJETIVO ESTRATÉGICO 18 - MELHORAR O DESEMPENHO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	106
OBJETIVO ESTRATÉGICO 19 - TER PESSOAL QUALIFICADO E EM NÚMERO SUFICIENTE.....	110
OBJETIVO ESTRATÉGICO 20 - ASSEGURAR RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E OTIMIZAR SUA ALOCAÇÃO	116
4. DADOS ESTATÍSTICOS DA ÁREA ADMINISTRATIVA	119
4.1 EVOLUÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL	119
4.2 EVOLUÇÃO DA DESPESA COM PESSOAL - LRF	120
4.3 EVOLUÇÃO DAS FINANÇAS DO MPSC	121
4.4 EVOLUÇÃO DAS ÁREAS DE IMÓVEIS PRÓPRIOS E LOCADOS	126
4.5 EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO MÓVEL.....	128
4.6 INVESTIMENTO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	129
5 DAS ATIVIDADES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SEGUNDO GRAU	133
5.1 ATRIBUIÇÃO ORIGINÁRIA DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA	133
5.2 PROCURADORIAS DE JUSTIÇA.....	135
5.3 COORDENADORIA DE RECURSOS	143
5.4 CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	148
5.5 OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	149
6 DAS ATIVIDADES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE PRIMEIRO GRAU	155
6.1 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA, TITULARES E ATRIBUIÇÕES.....	155
6.2 ATIVIDADES DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA NA ÁREA CRIMINAL.....	161
6.3 ATIVIDADES DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA NA ÁREA CÍVEL.....	175
6.4 ATIVIDADES DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA NA ÁREA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	183
6.5 ANÁLISE GRÁFICA AMPLIADA	193
7 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	195



ESTADO DE SANTA CATARINA
MINISTÉRIO PÚBLICO

MPSC
Procuradoria-Geral de Justiça



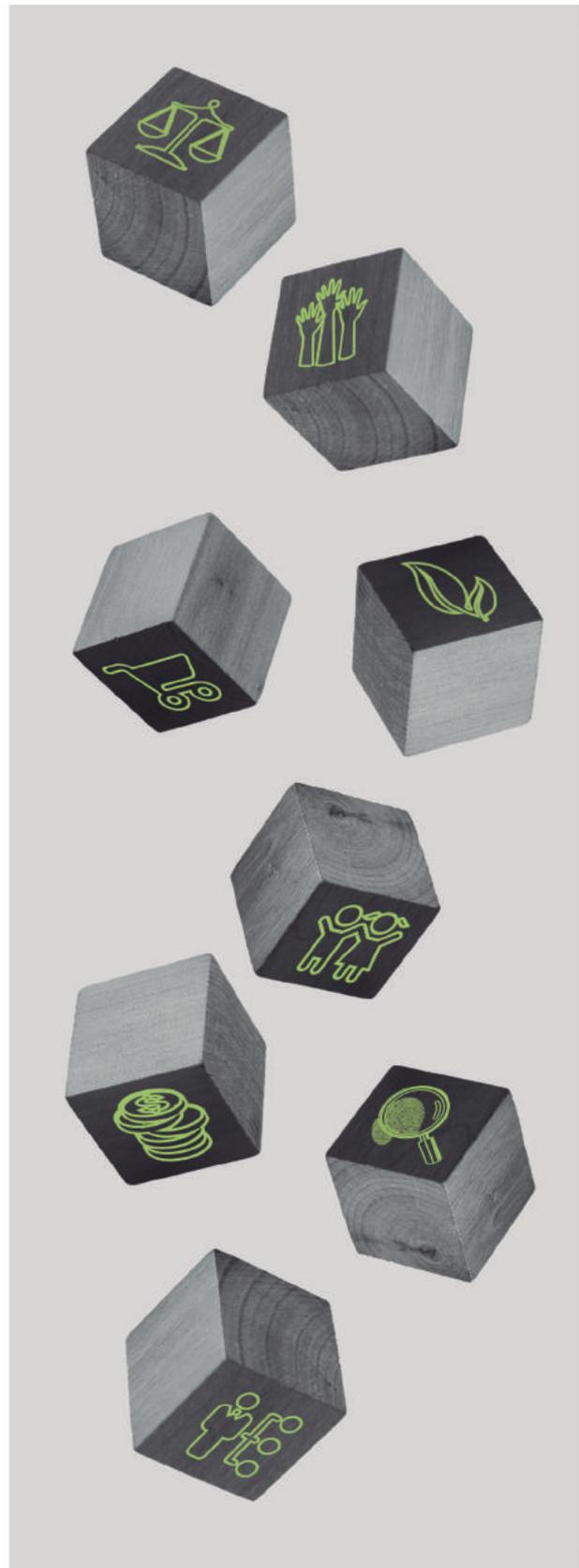
[APRESENTAÇÃO]

PLANEJAR PARA BEM AGIR

Ao final de cada calendário, quando importantes balanços devem ser realizados, inicia-se, imediatamente, a avaliação dos resultados obtidos. Nessa análise, compete ao gestor público fazer mais do que somente a prestação de contas, a gestão dos bens públicos e a aplicação dos recursos delegados à sua responsabilidade. É imprescindível, também, a avaliação da real eficiência de suas decisões, num profundo exercício de autoanálise.

Tal reflexão deve, prioritariamente, equacionar os ganhos e os esforços. A matemática, nesse momento, influenciada pela perspectiva de quem a aprecia, pode tornar-se subjetiva. Para solucionar essa equação, toda e qualquer instituição deve, sempre, se pautar (e se inspirar) naquele que lhe incumbiu tamanha responsabilidade: o povo.

Os números, objeto utilizado pelas ciências exatas para expressar quantidades e produzir medidas, jamais devem ser apresentados como meros rótulos ou até mesmo títulos. As quantidades devem, antes de tudo, exprimir qualidades, valores – e o melhor: os ganhos sociais. Seguindo esse norte, o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) apresenta no seu Relatório de Gestão Institucional (RGI) o balanço de sua atuação, trazendo, além de informações contábeis,



o detalhamento dos programas institucionais que, acompanhados de produtivas iniciativas, edificaram os resultados do ano anterior.

Este documento traz, juntamente à descrição textual, ilustrações, gráficos, demonstrativos e imagens que resumem os objetivos traçados e os serviços prestados pelo MPSC no ano de 2017. Os resultados mensuráveis do trabalho da Instituição estão aqui explicitados. Outros, decorrentes da atuação preventiva, presente e solidária – e que já se traduzem na zelosa atuação ministerial –, promovem, muitas vezes, a redução da judicialização. Esta é oportunizada também pelas diversas parcerias com outras instituições e órgãos do estado, construindo um verdadeiro propulsor de pautas positivas na prestação de serviços para o cidadão catarinense, no retorno do investimento por ele realizado e, principalmente, pela confiança dele oriunda.

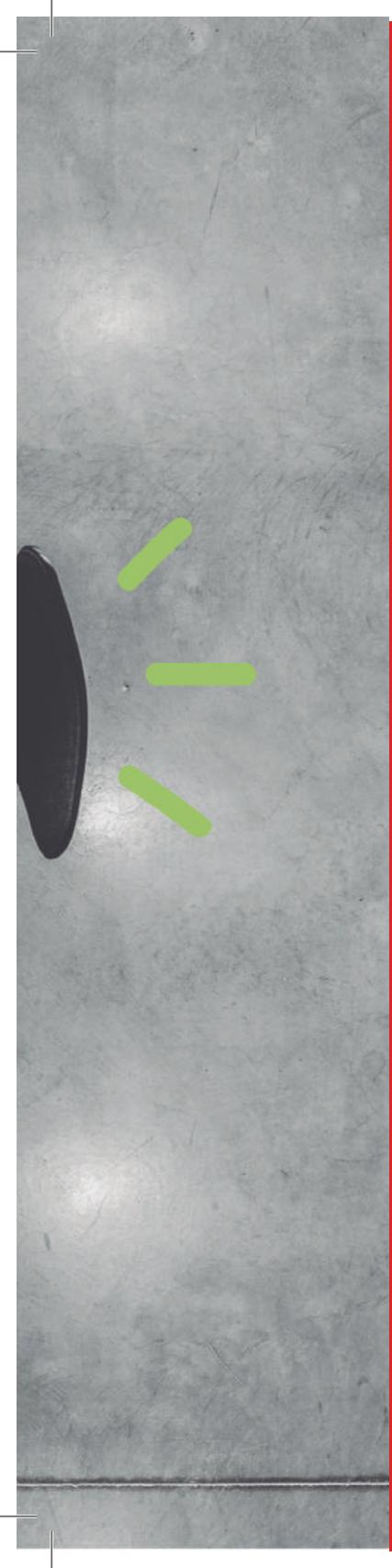
O Ministério Público catarinense avança, mais uma vez, em sua eficácia. Atualmente a instituição está na fase final de implementação de seus novos sistemas de gestão. Pioneira, implementará uma solução baseada em tecnologia ERP (*Enterprise Resource Planning*) em 2019, quando integrará todos os seus bancos de dados e processos administrativos, proporcionando inigualável controle interno e tornando-se mais célere e atuante.

Grandes projetos somente se tornam palpáveis graças à soma de esforços. Uma vez reunidas, diferentes competências agregam conhecimento e promovem a construção do profícuo planejamento que mantém o Ministério Público catarinense em sua retidão, equilíbrio e segurança.

Das inúmeras horas dedicadas à idealização, ao debate e à análise, concluímos: das ideias, surgem as iniciativas; da vontade, a atuação; dos traços, o projeto; do cumprimento das metas, o resultado; do profissionalismo, o planejamento.

Sandro José Neis
Procurador-Geral de Justiça





1 DEFINIÇÕES ESTRATÉGICAS

MISSÃO

Promover a efetivação dos direitos da sociedade, visando a fortalecer a democracia, a cidadania e o desenvolvimento sustentável.

VISÃO

Ser uma instituição próxima ao cidadão, que produza resultados úteis na defesa da democracia, na promoção da Justiça e na proteção dos direitos fundamentais.

VALORES

Ética

Efetividade

Independência

Justiça

Transparência





20 QUE É O MINISTÉRIO PÚBLICO

O Ministério Público é o guardião dos direitos da sociedade e atua nas causas de interesse coletivo. Defende o interesse social e os direitos individuais indisponíveis. É uma instituição independente, que não integra o Poder Judiciário nem os Poderes Executivo e Legislativo.

O Ministério Público atua no amparo aos direitos que dizem respeito a todos, como segurança pública, proteção do meio ambiente e do patrimônio público. São os chamados direitos difusos e coletivos. Também age, coletivamente, na proteção dos direitos daqueles que não têm condições de se defender, como as crianças, os idosos e o adulto incapaz.

Cabe ao Ministério Público, ainda, o papel de zelar pelos direitos dos quais a pessoa não pode abrir mão, como a vida, a liberdade e a saúde – chamados direitos individuais indisponíveis. Ele defende a democracia, zela pelo respeito às leis eleitorais e exerce o controle da constitucionalidade das leis, procurando eliminar aquelas que contrariem a Constituição do Brasil ou a Constituição do Estado.

2.1 QUANDO VOCÊ DEVE PROCURAR O MINISTÉRIO PÚBLICO?

O Ministério Público atua em várias e importantes áreas de interesse da sociedade. Veja alguns exemplos.

Saúde: quando a assistência à saúde, incluindo o atendimento médico, deixa de ser prestada regularmente pelo Poder Público.

Educação: quando for negado ou deixar de ser oferecido o acesso ao ensino infantil e básico obrigatório de qualidade.

Consumidor: quando este for prejudicado por má qualidade ou nocividade de bens e serviços oferecidos (inclusive serviços públicos); publicidade enganosa; abusividade de preços, incluindo os decorrentes da formação de cartéis; utilização de meios humilhantes ou abusivos para a cobrança de dívidas, além de outras situações.

Meio ambiente: quando for identificado qualquer dano ou séria ameaça de dano ao meio ambiente, compreendendo os patrimônios histórico, cultural, paisagístico e estético e a ordem urbanística.

Direitos humanos: para defender os direitos de pessoas consideradas incapazes, de idosos e de pessoas com deficiência.

Infância e juventude: nas situações em que houver maus-tratos físicos ou morais, abandono material (falta de alimentação, habitação e saúde), abandono intelectual (negação do direito à educação, à cultura e ao lazer) ou abandono cívico (negação do registro civil e da cidadania). O Ministério Público está presente, ainda, nos processos de separação e divórcio, guarda e adoção, inventários e divisões de bens que envolvam crianças e

adolescentes e nos procedimentos relativos à prática de atos infracionais por adolescentes.

Moralidade administrativa: quando houver conhecimento da prática de fraudes e irregularidades na administração de qualquer órgão público, como contratações irregulares, nepotismo, promoção pessoal, desvio ou apropriação de recursos ou serviços públicos, licitações ou concursos públicos fraudulentos.

Controle da constitucionalidade: quando leis e atos normativos municipais ou estaduais desrespeitam a Constituição Federal e a Constituição do Estado.

Ordem tributária: quando houver evidência de sonegação de tributos, fraude na arrecadação, pirataria, falsificação de produtos ou cobrança irregular de impostos e taxas.

Processo eleitoral: quando ocorrer registro irregular de candidaturas a cargos eletivos, propaganda eleitoral irregular, abuso de poder econômico e político ou promoção pessoal, inclusive por intermédio dos meios de comunicação, durante o período eleitoral.

Terceiro setor: quando houver fraude no registro, desvio de finalidade ou de recursos por parte de fundações ou entidades de interesse público e social.

Criminal: o MPSC é responsável pela iniciativa da ação penal para processar os autores de crimes, desde os mais simples até os mais graves, como homicídio, estupro, latrocínio, roubo, sequestro, tráfico de drogas e corrupção. Também pode investigar diretamente crimes de maior complexidade e repercussão social, especialmente quando há envolvimento de organizações criminosas. Nos delitos de menor potencial ofensivo, pode oferecer ao réu proposta de transação, uma espécie de acordo em que ele se compromete a cumprir penas e medidas alternativas à prisão. Além disso, o MPSC exerce o controle externo da atividade policial, trabalha contra a violência doméstica e atua na fiscalização do sistema prisional.

Segurança pública: o MPSC também atua nessa área, especialmente com base em novo paradigma criado em 2015, consistente na criação de Promotorias Regionais com atribuição exclusiva e especializada na tutela difusa da segurança pública e no controle externo na atividade policial. Essa proposta implica reorganização espacial; especialização e aperfeiçoamento funcional; resolutividade (busca de soluções diretas e judicialização como último recurso). O novo modelo também incorpora aplicações de análise de dados associativa e comparativa, que geram informação e conhecimento como estratégia para garantir planejamento e efetividade das ações do MPSC em favor da segurança pública. Além disso, essas Promotorias Regionais podem adotar planos de ação integrados com a sociedade civil e órgãos de segurança pública.

2.2 COMO ATUA O MPSC

A atuação do Ministério Público é feita pelos Promotores de Justiça e pelos Procuradores de Justiça. Os primeiros atuam nas Comarcas, junto aos Juízes de Direito, em contato mais próximo e direto com a população. Os Procuradores de Justiça exercem sua atividade perante o Tribunal de Justiça. Atuam em processos propostos em primeiro grau quando a decisão do Juiz é questionada ou, ainda, quando o Ministério Público não concorda com uma decisão do Tribunal de Justiça e recorre ao próprio Tribunal de Justiça ou aos tribunais superiores: Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Supremo Tribunal Federal (STF).

O Promotor de Justiça pode atuar de forma extrajudicial ou judicial. Na modalidade extrajudicial, busca a solução dos problemas usando de outros meios que não a ação judicial, como, por exemplo, promovendo o diálogo e a conciliação entre partes, realizando audiências públicas, expedindo recomendações ou celebrando ajustamentos de conduta.

Na forma judicial, ele leva o caso ao Juiz, solicitando que sejam determinadas as medidas necessárias. Os

dois principais instrumentos utilizados pelo Promotor de Justiça, quando age judicialmente, são a Ação Civil Pública e a Ação Penal Pública. A primeira serve para, por exemplo, obrigar o poluidor a reparar o dano causado ao meio ambiente ou o fabricante a retirar do mercado um produto nocivo à saúde. Também é empregada para fazer com que um Município garanta creche às crianças ou conserte uma escola que esteja oferecendo risco à segurança dos alunos, ou, ainda, para obrigar o administrador desonesto a devolver dinheiro que tenha desviado dos cofres públicos. A Ação Penal Pública serve para punir os criminosos, como, por exemplo, homicidas, traficantes, ladrões, estupradores, estelionatários e corruptos.

2.3 QUEM FISCALIZA O MPSC

Internamente, a Instituição possui três órgãos de fiscalização:

- A)** a Corregedoria-Geral do Ministério Público, que é responsável pela orientação e fiscalização das atividades funcionais e da conduta dos Procuradores e Promotores de Justiça.
- B)** o Conselho Superior do Ministério Público, que avalia a decisão do Promotor de Justiça quando resolve arquivar ou não dar continuidade a uma investigação feita por meio de inquéritos civis, procedimentos preparatórios ou notícias de fato.
- C)** o Colégio de Procuradores de Justiça, que fiscaliza os atos administrativos e jurídicos do Procurador-Geral de Justiça, nos limites definidos na Lei Orgânica do Ministério Público.

Externamente, o Ministério Público de Santa Catarina é fiscalizado de duas formas: pelo Tribunal de Contas do Estado, que faz a análise e fiscalização da prestação de contas do Ministério Público e examina as suas

despesas, incluindo as de pessoal, e pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que faz o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e avalia o cumprimento dos deveres funcionais por parte de seus membros.

2.4 COMO ACOMPANHAR O TRABALHO DO MPSC

São várias as alternativas para acompanhar o trabalho desenvolvido pelo Ministério Público no Estado de Santa Catarina:

Portal Institucional

Por intermédio dele, o cidadão poderá ter acesso a diversas informações, permanentemente atualizadas. Constam ali, por exemplo, as indicações para contato com todas as Promotorias de Justiça de Santa Catarina, por meio de telefones, endereços e área de atuação de cada uma delas.

O cidadão ainda dispõe, no Portal, da seção “Ouvidoria” para o encaminhamento de críticas, sugestões ou denúncias.

No Portal constam, também, notícias sobre fatos relevantes relacionados ao Ministério Público, campanhas desenvolvidas pela Instituição e *links* de acesso aos *blogs* das Promotorias de Justiça e dos seus Centros de Apoio e aos vídeos institucionais.

As publicações oficiais estão disponíveis no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público de Santa Catarina.

As informações sobre os atos administrativos e outros documentos gerados pelo Ministério Público podem ser consultadas na área identificada como “Portal da Transparência”.

Relatório de Gestão Institucional (RGI)

Este documento, publicado anualmente no *site* do Ministério Público de Santa Catarina, detalha as principais ações e os resultados do trabalho desenvolvido pela Instituição no ano anterior.

Plano Geral de Atuação (PGA)

É publicado, no *site* do Ministério Público de Santa Catarina, no início de cada ano, e informa as ações programadas e as metas previstas, de acordo com o Planejamento Estratégico da Instituição.

YouTube

O Ministério Público de Santa Catarina também está presente no YouTube. Em seu canal, pode-se assistir aos vídeos produzidos pela Instituição, com conteúdo educativo e informações sobre sua atuação.

Twitter

Esse canal traz, diariamente, conteúdo educativo e informação sobre as ações e notícias do Ministério Público de Santa Catarina. Em 2017, foram 29.182 seguidores.

Facebook

O Ministério Público de Santa Catarina também está presente na maior rede social do mundo. No Facebook da Instituição é possível acompanhar as ações em defesa da sociedade e entrar em contato para enviar sugestões, críticas, elogios e denúncias. Até dezembro de 2017 a *fanpage* da Instituição contava com 30.298 curtidores.

Rádio MPSC

A Rádio é um serviço *web* que visa ampliar a comunicação da Instituição com a sociedade. De caráter pedagógico e gratuito, os produtos do novo veículo são produzidos em arquivos de mídia digital para possibilitar o *download* e o compartilhamento pela internet.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MINISTÉRIO PÚBLICO

MPSC
Procuradoria-Geral de Justiça



MPSC
MINISTÉRIO PÚBLICO
Santa Catarina



MPSC
MINISTÉRIO PÚBLICO
Santa Catarina



3 AVALIAÇÃO DOS 20 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

O Planejamento Estratégico no Ministério Público determina que a Instituição desenvolva seu conjunto de tarefas, de maneira disciplinada e organizada, a fim de atingir objetivos que visam à construção de um futuro melhor para a sociedade catarinense.

Resumidamente, pode-se dizer que o planejamento enseja responder a três questões principais:

- Onde estamos?
- Para onde queremos ir?
- Como chegar lá?

Para tanto, faz-se necessário seguir uma linha de orientação do trabalho. Nesta publicação, conheça os resultados alcançados, em cada um dos 20 Objetivos Estratégicos, no exercício de 2017.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 1

GARANTIR ACESSO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E À SUA EFETIVIDADE

OBJETIVO

Assegurar o efetivo respeito dos Poderes Públicos aos serviços de relevância pública e aos direitos fundamentais inerentes ao exercício da soberania plena, promovendo medidas necessárias à sua garantia. A atuação da Instituição nessa matéria gera reflexos diretos em áreas sensíveis à sociedade, como a adequação dos espaços e serviços às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, o fomento à estruturação de políticas públicas para o atendimento de pessoas com deficiência e pessoas idosas, e a transparência das listas de espera por serviços de saúde prestados pelo Sistema Único de Saúde, com a devida regulação do seu acesso.

RESPONSÁVEIS

Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Terceiro Setor (CDH) e Promotorias de Justiça.



PROGRAMAS ESTRUTURADOS E AÇÕES REALIZADAS

1 PROJETO TRANSPARÊNCIA NAS LISTAS DE ESPERA DO SUS

OBJETIVO

O Projeto “Transparência nas listas de espera do SUS” tem como objetivo fomentar o desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública, especificamente com a publicização das listas de espera por serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), como forma de garantir o direito à informação e permitir o exercício do controle social e da fiscalização pelos órgãos competentes.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

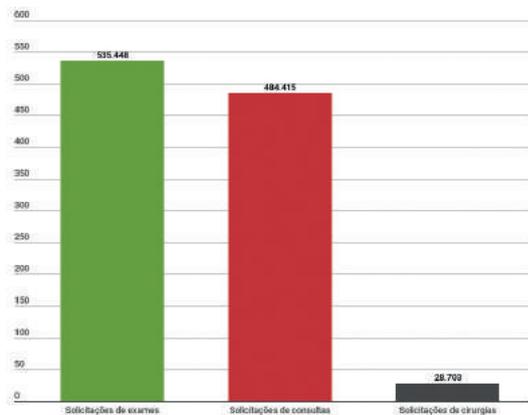
- D)** Acompanhamento para publicação da Lei Estadual n. 17.066/17, que dispõe sobre a publicação, na internet, das listas de espera dos pacientes que aguardam por consultas, exames, cirurgias e outros procedimentos.
- E)** Acompanhamento para edição do Decreto n. 1.168/2017, que regulamenta a Lei Estadual n. 17.066/17 e dispõe sobre a publicação, pela Secretaria de Estado da Saúde, das listas de espera dos municípios que utilizarem o Sistema Nacional de Regulação – SISREG.
- F)** Participação em 43 reuniões técnicas com Ministério da Saúde, Secretaria de Estado da Saúde, Conselho de Secretarias Municipais da Saúde e profissionais de saúde do Estado e dos 295 Municípios catarinenses, dos hospitais públicos e privados contratualizados/conveniados com o SUS, para que toda a oferta e toda a demanda do Estado e de cada Município estejam registradas

no SISREG ou em sistema próprio de regulação, inclusive os serviços prestados por intermediação dos Consórcios Municipais de Saúde.

- G)** Apoio à Secretaria Estadual da Saúde e ao Conselho dos Secretários Municipais de Saúde para estruturação do portal na internet para divulgação das listas de espera por serviços de saúde.
- H)** Estruturação de sistema de *Business Intelligence* a partir dos dados inseridos nos sistemas de regulação do acesso aos serviços do SUS.

RESULTADOS

- A)** Em 14 de novembro de 2017 foi lançado o Portal da Transparência, disponível em <https://listadeespera.saude.sc.gov.br>, de onde é possível extrair informações sobre a lista de espera por serviços de saúde e a posição do cidadão em cada fila. Com a publicação do portal, constatou-se, até dezembro de 2017, que 474.669 catarinenses aguardavam atendimento por serviços de saúde. Tendo em vista que uma única pessoa pode ter mais de uma solicitação inserida no sistema (ex. solicitação de consulta especializada com cardiologista e outra com oftalmologista) foram diagnosticadas 1.048.566 solicitações de serviços de saúde, na seguinte proporção: 535.448 solicitações de exames; 484.415 solicitações de consultas; 28.703 solicitações de cirurgias.



B) Desenvolvimento de sistema de *Business Intelligence*, que poderá ser utilizado pelos gestores estadual e municipais para planejar a oferta de serviços de saúde a partir da comparação entre a demanda existente em cada uma das regiões do Estado e a oferta disponibilizada pelo poder público. A ferramenta permite extrair informações sobre qual o número de pessoas em listas de espera por cirurgias, consultas e exames em cada região de saúde e município, unidade solicitante e tempo de espera, conforme consulta exemplificada a seguir.

C) Número total de solicitações e de pessoas (número de CNS) em listas de espera por serviços de saúde, classificado por Regiões de Saúde e por Tipo de Procedimento:



- Lista com número de solicitações das consultas especializadas mais demandadas em Santa Catarina:



2 PROGRAMA ACESSIBILIDADE TOTAL

OBJETIVO

Garantir a livre circulação de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, mediante a adequação dos espaços públicos e privados de uso coletivo e dos serviços públicos às normas relativas à acessibilidade, suprimindo barreiras e obstáculos arquitetônicos; e promover a educação inclusiva. A Constituição Federal garante o direito de igualdade a todos os cidadãos sem nenhuma forma de discriminação, incluindo o acesso aos serviços essenciais como saúde e educação para todas as pessoas, independentemente de sexo, idade, cor, credo, condição social ou deficiência. Em que pese o Decreto n. 5.296, de 2004, ter estabelecido o prazo de 30 (trinta) meses para a adequação dos edifícios públicos às regras de acessibilidade – prazo que expirou em junho de 2007 –, a realidade é que a maioria desses espaços, em destaque os de assistência à saúde e os de ensino, foram construídos sem considerar as questões de sua acessibilidade espacial, situação que perdura hodiernamente apesar das inovações legislativas.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

A) Em 2017 o Ministério Público de Santa Catarina promoveu três edições do curso a distância “Acessibilidade em vias públicas e edificações”. O curso tem o objetivo de capacitar arquitetos, engenheiros e técnicos em edificações lotados nas Prefeituras Municipais e Secretarias Estaduais para a análise das normas que tratam da acessibilidade arquitetônica em prédios públicos e privados de uso coletivo, edificações multifamiliares e no meio urbano, bem como quanto ao procedimento de avaliação do atendimento de tais exigências na

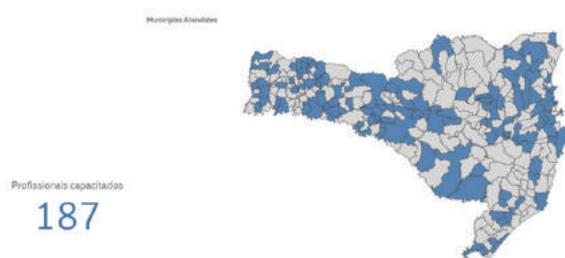
ocasião da aprovação dos projetos arquitetônicos e fiscalização de obras públicas e particulares.

B) Foram realizadas diversas vistorias conjuntas do Grupo SC Acessível, composto pelo Ministério Público de Santa Catarina, Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, Tribunal de Contas do Estado, Ordem dos Advogados do Brasil seccional de Santa Catarina, Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo, Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Federação dos Municípios Catarinenses e União dos Vereadores de Santa Catarina, em edificações públicas localizadas em diversos municípios catarinenses.



RESULTADOS

A) Durante as cinco edições do curso a distância “Acessibilidade em vias públicas e edificações”, realizadas nos anos de 2016 e 2017 foram capacitados **187** profissionais lotados em Prefeituras Municipais, Secretarias de Estado e Associações de Municípios, que alcançaram **125** municípios catarinenses.



Mapa dos municípios com profissionais capacitados pelo curso

B) Foram instaurados **192** inquéritos civis e procedimentos preparatórios para adequação das condições de acessibilidade de passeios públicos, edificações públicas e privadas de uso coletivo no Estado de Santa Catarina, sendo firmados **62** termos de ajustamento de conduta.

C) Foi feito um diagnóstico sobre as condições de acessibilidade em edificações públicas como Prefeituras, Câmara de Vereadores, escolas estaduais e municipais localizadas nos municípios de São Lourenço do Oeste, Rio Negrinho, São Joaquim, São José, Palhoça, Jaguaruna, Laguna, Imbituba, Araranguá, Lages e Tubarão.



PROJETO

ACESSIBILIDADE NOS POSTOS E NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE

OBJETIVO

Garantir o acesso da população com deficiência ou mobilidade reduzida aos estabelecimentos que ofertam serviços básicos assegurados na Constituição Federal, como os postos e unidades básicas de saúde.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

A) Realização do diagnóstico das condições de acessibilidade nos postos e unidades básicas de saúde.

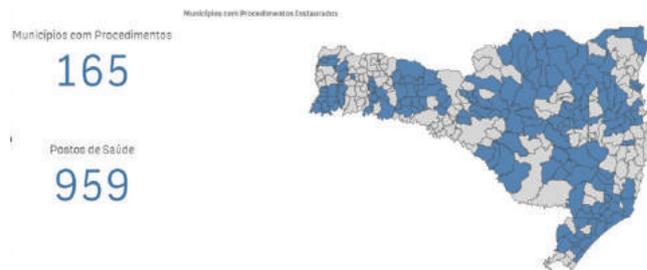
B) Promoção de medidas visando à acessibilidade nos postos e unidades básicas de saúde.

C) Acompanhamento das ações para a garantia da acessibilidade nos postos e unidades básicas de saúde.

RESULTADOS

A) Foi feito um diagnóstico sobre as condições de acessibilidade de **1566** postos de saúde, localizados em **261** municípios catarinenses.

B) Em 2017 foram instaurados **57** Inquéritos Cíveis e Procedimentos Preparatórios, abrangendo **303** unidades de saúde.



Mapa dos municípios com procedimentos e número de postos de saúde

4 PROGRAMA MELHOR IDADE

OBJETIVO

Zelar pela efetivação dos direitos e das garantias previstas no Estatuto do Idoso, assegurando a participação desse público na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhe o direito à vida. Ainda, fomentar a implantação de Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) e promover sua adequação às normas de regência, fiscalizando-as de forma permanente.

Nos últimos anos, tem-se assistido à transição demográfica de uma situação em que há redução do número de jovens e aumento da população idosa. Até o ano de 2025, o Brasil será o sexto país do mundo com maior número de pessoas idosas, segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), que ainda prevê que, até essa data, teremos mais idosos do que crianças no planeta.

Em Santa Catarina, comparando edições da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), verifica-se que, em 1998, o número de idosos representava 8,1%

da população catarinense, quando, em 2010 (último levantamento do IBGE) essa porcentagem já chegava a 10,51% da população do Estado. A perspectiva é de que, em 2020, o Brasil terá 4,7 milhões de idosos que precisarão de cuidados especiais no cotidiano.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

- A)** Para resguardar os direitos dessa parcela da população, os Promotores de Justiça instauraram procedimentos, ajuizaram ações civis públicas e analisaram processos envolvendo violações de direitos dos idosos, incluindo situações de abandono, maus-tratos e negativa de acesso a serviços públicos.
- B)** Foram realizadas visitas às instituições de longa permanência para idosos, por meio de ações coordenadas entre o MPSC, a Vigilância Sanitária, o Corpo de Bombeiros Militar e os Conselhos Municipal/Estadual do Idoso.

produziu, em parceria com o Governo do Estado de Santa Catarina, o Conselho Regional de Enfermagem, o Conselho Regional de Medicina, a Rede Cegonha, a Associação de Doulas de Santa Catarina, entre outras entidades, cinco mil cartilhas e *folders* explicativos sobre violência obstétrica. O material foi distribuído para gestantes na rede pública de saúde. Além disso, o MPSC desenvolveu a campanha de conscientização no Portal do MPSC e nas redes sociais, com alcance de mais de 25 mil pessoas.

4.3 CAMPANHA CONTRA COBRANÇA NO SUS

Todos os atendimentos realizados em hospitais públicos ou credenciados ao Sistema Único de Saúde são integralmente gratuitos. Entretanto, são comuns os relatos de pacientes dando conta de que sofreram cobranças para realização de serviços de saúde, muitas vezes por meio de taxas extras, despesas com curativos ou exigência de valores complementares para custeio do pré ou pós-operatório.

Nesse contexto, o Ministério Público de Santa Catarina deflagrou campanha para esclarecimento da população sobre a ilegalidade na cobrança por serviços do SUS, com material em seu Portal institucional e produção de 17 mil cartazes, que foram distribuídos e afixados nos estabelecimentos públicos e privados credenciados ao SUS.

4.4 SETEMBRO AMARELO

O MPSC aderiu à Campanha “Setembro Amarelo - mês de prevenção ao suicídio”, e realizou o evento “Doenças Mentais: falar para prevenir, conhecer para tratar”, ao qual compareceram 225 pessoas oriundas de diversos setores: Promotores de Justiça, servidores do MPSC, profissionais das áreas de educação, psicologia, psiquiatria, pessoas com transtornos mentais e seus familiares.



OBJETIVO ESTRATÉGICO 2

PROMOVER A PROTEÇÃO DOS DIREITOS COLETIVOS DOS CONSUMIDORES

OBJETIVO

Perseguir o cumprimento da conformidade legal de produtos e serviços fornecidos no mercado de consumo, na garantia do acesso amplo à informação e na proteção da saúde, da segurança e do patrimônio dos consumidores.

RESPONSÁVEIS

Centro de Apoio Operacional do Consumidor (CCO) e Promotorias de Justiça.



PROGRAMAS ESTRUTURADOS E AÇÕES REALIZADAS

1 PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DAS PARCERIAS ADMINISTRATIVAS PARA PROTEÇÃO DA SAÚDE DO CONSUMIDOR

AÇÕES DESENVOLVIDAS

- A)** Diagnóstico de todas as Vigilâncias Sanitárias Municipais do Estado, a fim de verificar a estrutura física, de recursos materiais, estrutura administrativa, legal e operacional.
- B)** Integração com agentes públicos (prefeitos, Diretoria Estadual de Vigilância Sanitária, fiscais de Vigilância Sanitária e fazenda municipal para identificação das deficiências, dificuldades e implementação de parcerias visando ao aumento da eficácia na atuação para proteção da saúde do consumidor.
- C)** Promoção da aproximação entre os órgãos públicos e o setor regulado, visando à adequação do fornecimento de produtos e serviços.

RESULTADOS

- A)** Supervisionados todos os Planos de Ação dos municípios catarinenses referentes à Pactuação 2014-2016, para apontar as principais características da descentralização das ações de Vigilância Sanitária, de modo a auxiliar a gestão dos serviços de promoção e prevenção da saúde e aprimorar o processo de trabalho com base coletiva e participativa.
- B)** Sistematização dos dados obtidos na pesquisa sobre os órgãos de vigilância sanitária no âmbito

municipal, do qual se destacam os seguintes aspectos: 28 municípios não pactuaram ações com o Estado, sendo que a maioria deles alegou falta de pessoal capacitado (ausência de fiscal de vistoria de infraestrutura); alto índice de municípios sem fiscal de nível superior (167 municípios); aproximadamente 16% não possuem Código Sanitário; três municípios no Estado não dispõem de espaço físico para desenvolvimento das atividades; 87 municípios não possuem sequer termômetro de produto, 169 não possuem luxímetro e 137 não contam com termômetro de ambiente. Do total dos 295 municípios, apenas 15% possuem todos os equipamentos necessários para a atividade de fiscalização. Além disso, observou-se que apenas 194 municípios emitem auto de infração, dos quais apenas 92 aplicam infrações, 44 julgam e 35 impõem penalidades.

- C)** Após a ação do MPSC e da Vigilância Sanitária Estadual, 98,9% dos municípios pactuaram ações com o Estado.
- D)** Ao longo do programa já foram celebrados 217 Termos de Ajustamento de Conduta visando à adequação das vigilâncias sanitárias municipais e foram ajuizadas 54 ações.



PROGRAMA DE PROTEÇÃO JURÍDICO-SANITÁRIA DE CONSUMIDORES DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL (POA)

OBJETIVO

Coibir a produção e a comercialização de produtos de origem animal impróprios ao consumo e fixar critérios para a realização de ações conjuntas entre MPSC e órgãos parceiros, como o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola (CIDASC), as Secretarias de Estado da Agricultura, Saúde, Segurança Pública, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Fazenda e Desenvolvimento Rural, e o Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado (CRMV).

Criado em 1999, o programa é responsável pela fiscalização de produtos de origem animal, sobretudo carnes, embutidos, pescados, leite, ovos, mel e seus derivados, visando à garantia de qualidade para o consumo e à preservação ambiental, assim como ao combate à sonegação e à concorrência desleal.

O POA também incentiva a implantação da Vigilância Sanitária Municipal e do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) ou adesão dos estabelecimentos aos Serviços de Inspeção Estadual (SIE) ou Federal (SIF), estimulando a regularização das empresas que produzem e/ou comercializam produtos de origem animal, bem como dos gestores municipais frente aos sistemas de inspeção e fiscalização sanitárias. Também combate a oferta aos consumidores de produtos potencialmente causadores de doenças transmitidas pela ingestão de alimentos não inspecionados, malconservados ou preparados em condições impróprias.

O MPSC coordena operações mensais conjuntas com a CIDASC, o MAPA, a Vigilância Sanitária e a Polícia Militar em estabelecimentos industriais e comerciais de mais de uma centena de Municípios.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

- A)** Fiscalização em estabelecimentos comerciais e industriais.
- B)** Retirada do mercado de alimentos impróprios ao consumo protegendo a saúde e a vida dos consumidores.
- C)** Estímulo à regularização das cadeias produtivas e comerciais.
- D)** Adoção de procedimentos administrativos e judiciais.
- E)** Combate à produção e comercialização clandestina de alimentos.
- F)** Distribuição de cartilhas educativas.
- G)** Realização de operações especiais.
- H)** Planejamento da nova vertente do Programa, a ser iniciada em 2018, com coleta de amostras de produtos de origem animal e análise de agrotóxicos e drogas veterinárias. Para tanto, foi fortalecida a parceria com a CIDASC e realizado treinamento para coletas de produtos.

RESULTADOS

- A)** Realizadas operações conjuntas com órgãos de fiscalização em 336 estabelecimentos industriais e comerciais, para verificar a regularidade dos produtos de origem animal processados e vendidos no Estado.
- B)** Apreendidas cerca de 43 toneladas de produtos clandestinos e/ou sem condições de consumo, que foram retirados do mercado nessas operações.

- C)** Deflagração de operações especiais de fiscalização, principalmente no combate à fraude em pescados e mel.
- D)** Ocorreram operações conjuntas em 61 Municípios. Assim, desde o início do programa, 100% dos municípios catarinenses receberam pelo menos uma fiscalização no comércio e/ou na indústria.
- E)** Revisão do Manual de Fiscalização e impressão de material educativo para ser distribuído à população durante as operações.
- F)** Construção de aplicações digitais de gestão de dados para auxiliar na análise dos resultados e no planejamento de atividades.



PROGRAMA ALIMENTO SEM RISCO (PASR)

OBJETIVO

O Programa Alimento Sem Risco atua no combate às desconformidades de produtos de origem vegetal, com ênfase no monitoramento de resíduos de agrotóxicos em alimentos *in natura*, no rastreamento da produção vegetal e na fiscalização do comércio de agrotóxicos, emissão de receituário agrônômico e de atividades exercidas pela cadeia produtiva agrícola, bem como na articulação e realização de debates com organizações públicas, não governamentais e privadas, para reduzir o impacto de produtos químicos na produção de alimentos.

O programa foi criado em 2010 e atua com amparo nos Termos de Cooperação Técnica n. 342/2014 e 048/2016, por meio dos quais conta com a colaboração da CIDASC, EPAGRI, FATMA, IBAMA, VISA/SC, LACEN, CREA/SC, CIT/SC, Polícia Militar Ambiental, Ministério Público do Trabalho e Secretaria de Estado da Agricultura.

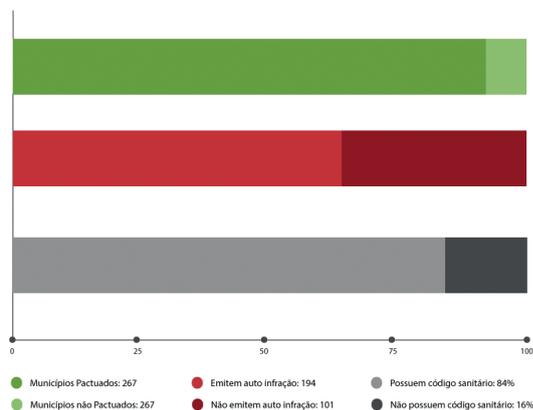
Cerca de 600 amostras de vegetais são analisadas anualmente, sendo 80% providas com recursos do Fundo para a Reconstituição de Bens Lesados (FRBL) e 20% por intermédio de Termo de Ajustamento de Conduta firmado com as Centrais de Abastecimento de Santa Catarina (CEASA).

AÇÕES DESENVOLVIDAS

- A)** Monitorar resíduos de agrotóxicos em amostras de frutas, legumes, verduras e cereais.
- B)** Sistematizar dados da conformidade ou não dos produtos vegetais de acordo com laudos laboratoriais e expedir documentação aos órgãos competentes.
- C)** Elaborar material técnico-jurídico de apoio aos órgãos de execução do MPSC.
- D)** Mobilizar instituições públicas e privadas para adoção de medidas de adequação à legislação.

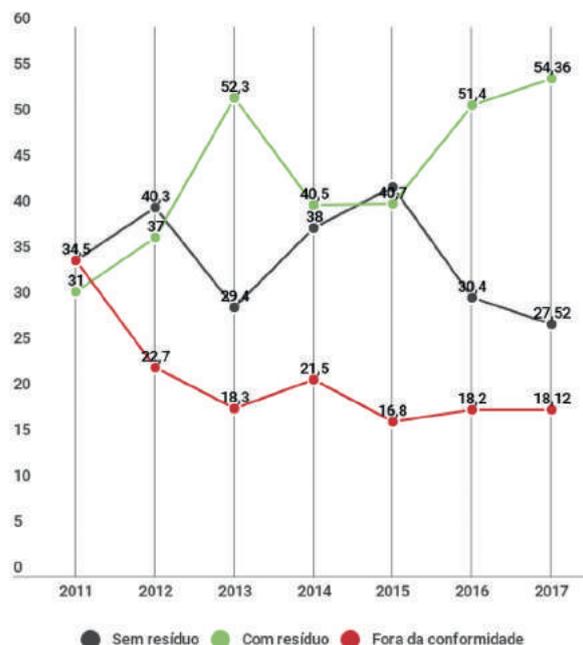
RESULTADOS

- A)** Em 2017 foram analisadas 596 amostras, para verificar a incidência de resíduos de 420 princípios ativos de agrotóxicos dispostos na legislação no que concerne à presença de ingredientes ativos fora da conformidade, como o uso de produto proibido e não autorizado.
- B)** Verificou-se que 18,1% dos vegetais analisados estavam fora da conformidade por excesso de resíduos ou em razão da aplicação de agrotóxicos não autorizados. Esse percentual praticamente repetiu o resultado de 2016, que foi de 18,2%, todavia continua inferior ao percentual de 34,4% apurado no início do programa, em 2010. Desde então, a desconformidade dos vegetais caiu cerca de 16 pontos percentuais, ou, sob outro prisma, o total de produtos de acordo com a legislação alcançou o patamar de 81,9%.



- C)** Na mesma direção de coibir o uso indiscriminado de agrotóxicos, deu-se seguimento aos processos administrativos provenientes das fiscalizações do comércio de agrotóxicos, mudas e sementes instaurados pela Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola (CIDASC), para análise da ocorrência de irregularidades criminais, ambientais e consumeristas.
- D)** Contabilizaram-se mais de uma centena de procedimentos instaurados pelas Promotorias de Justiça, para apurar condutas irregulares no cultivo e comércio de produtos vegetais, além da responsabilização da venda irregular de agrotóxicos.
- E)** Com apoio do CCO na definição dos requisitos de identificação de origem, a CIDASC e a Vigilância Sanitária conseguiram a edição da Portaria Conjunta de Rastreabilidade n. 459/2016, editada pelas Secretarias de Estado da Agricultura e da

Resultados das análises de resíduos por ano



Saúde, com vigência a partir de agosto de 2017, possibilitando a devida orientação aos agricultores e comerciantes sobre a rastreabilidade dos produtos agrícolas vegetais, além do uso de sistema para cadastro do produtor primário e de caderno de campo para o registro dos agroquímicos aplicados na lavoura, principalmente de agrotóxicos.

- F)** 91 termos de compromisso de ajustamento de conduta foram firmados no âmbito da atuação das Promotorias de Justiça do Consumidor para coibir irregularidades relacionadas à sanidade de produtos vegetais e ao comércio de agrotóxicos.

- G)** Implementação do Fórum Catarinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos (FCCIAT), constituído por cerca de 60 organizações públicas e privadas e no qual são debatidos diferentes aspectos dos problemas relacionados à agricultura, à saúde do trabalhador e da população em geral e do meio ambiente, cujas reuniões ocorrem a cada dois meses, na sede do MPSC. Ações podem ser acompanhadas pelo *blog* <http://fcciat.blogspot.com.br> ou pela página do Facebook <https://www.facebook.com/fcciat.sc>.



PROGRAMA

QUALIDADE DA ÁGUA TRATADA E DISTRIBUÍDA

OBJETIVO

Verificar a qualidade da água tratada distribuída nos municípios catarinenses.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

- A)** A qualidade da água deve ser assegurada tanto pelas Secretarias Municipais de Saúde (Vigilâncias Sanitárias) como pelos responsáveis pela operação do sistema (principalmente as Concessionárias), competindo ao Ministério Público, na defesa do consumidor, apurar se cada qual está exercendo adequadamente suas obrigações. Nesse sentido, o MPSC tem realizado a análise dos relatórios e/ou laudos da qualidade da água apresentados pelas Vigilâncias Sanitárias Municipais e pelos Operadores dos Sistemas ou Soluções Alternativas Coletivas e tomado as providências necessárias quando constatadas irregularidades.

- B)** Levantamento de informações atualizadas e reformulação do material de apoio.

- C)** Planejamento da nova vertente do Programa, a ser iniciada em 2018, com coleta de amostras de água em sistemas de abastecimento e análise de agrotóxicos em águas de abastecimento humano. Para tanto foi fortalecida a parceria com a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento e realizado treinamento para coletas de água.

RESULTADOS

- A)** Melhoria contínua do diagnóstico da qualidade da água a partir de dados dos Municípios. Em janeiro de 2015, 84 dos 295 municípios catarinenses não haviam cadastrado qualquer informação e outros 72 incluíam dados de forma incompleta. Já em janeiro de 2016, diminuiu para 14 o número de municípios sem informação e para 38 os com

dados incompletos. Em dezembro de 2016, apenas 4 municípios não preencheram qualquer tipo de informação e 32 estavam com dados incompletos. Em dezembro de 2017, apenas 2 municípios não haviam cadastrado qualquer informação e 12 estavam com dados de forma incompleta.

- B)** Extração de parte dos dados sobre SISAGUA com a utilização de ferramenta digital.
- C)** Instaurados 64 procedimentos para apurar irregularidades nos sistemas de abastecimento de água dos municípios.



5 PROGRAMA ESTATUTO DE DEFESA DO TORCEDOR

OBJETIVO

Evitar riscos à vida, à integridade física e à saúde do torcedor/consumidor em partidas de futebol profissional realizadas no Estado.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

- A)** Continuidade das medidas para dar cumprimento ao Termo de Cooperação Técnica n. 054/2010, celebrado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina (MPSC), o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina (CREA-SC), a Federação Catarinense de Futebol (FCF), a Associação de Clubes de Futebol Profissional de Santa Catarina (ACFP), a Secretaria de Estado da Saúde, por intermédio da Vigilância Sanitária (VISA), o Corpo de Bombeiros Militar (CB) e a Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC).
- B)** Comprovação da regularidade dos Estádios de Futebol por meio da apresentação de laudos técnicos exigidos no Estatuto de Defesa do Torcedor: Laudo de Segurança (emitido pela PMSC); Laudo de Prevenção e Combate a Incêndio (emitido pelo CBM); Laudo de Condições Higiênico-Sanitárias (emitido pela VISA); e Laudo de Vistoria de Engenharia (emitido por profissionais privados contratados pelos clubes e/ou proprietários de estádios).
- C)** Cumprimento do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado em dezembro de 2013 pela Federação Catarinense de Futebol, Associação de Clubes de Futebol Profissional de Santa Catarina e por todos os clubes participantes das Séries A e B, para atender a normas pertinentes.

- 
- D)** Participação ativa em fóruns de discussão firmando posição contrária à liberação de bebidas alcoólicas em estádios de futebol. Inclusive, foi proposta ADI pelo PGJ contra Lei Estadual que permitiu a venda de bebidas alcoólicas nos estádios catarinenses.

RESULTADOS

- A)** Pelo quarto ano seguido os Campeonatos Catarinenses de Futebol Profissional foram realizados com regularização quase integral de todos os locais das partidas, excetuadas ressalvas apontadas pelos órgãos de fiscalização e posteriormente corrigidas pelos clubes.
- B)** Emissão periódica dos laudos técnicos de vistoria das condições de segurança dos estádios, estabelecendo prática rotineira dos clubes proprietários de estádios e de outras associações.



PROGRAMA CONSUMIDOR VENCEDOR

OBJETIVO

O canal Consumidor Vencedor faculta ao cidadão a oportunidade de fiscalizar e denunciar o descumprimento de termos de compromisso de ajustamento de conduta e de decisões judiciais que responsabilizam pessoas físicas e jurídicas. Para relatar a ocorrência de nova ou reiteração de lesão ao direito de um grupo ou da coletividade de consumidores é disponibilizado formulário eletrônico da Ouvidoria do MPSC, para que o cidadão possa descrever os fatos.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

- A)** Verificação, sistematização e publicação de dados relativos aos termos de compromisso de ajustamento de conduta propostos na área de defesa do consumidor pelas Promotorias de Justiça, sempre após a homologação do inquérito civil pelo Conselho Superior do Ministério Público.
- B)** Divulgação do canal Consumidor Vencedor como instrumento a serviço do cidadão, que tem a oportunidade de ajudar a fiscalizar o cumprimento das obrigações firmadas por fornecedores de produtos e serviços.

RESULTADOS

- A)** Publicação de aproximadamente 800 Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmados por fornecedores de produtos e serviços, como consequência da atuação das Promotorias de Justiça. Veja site em <http://sc.consumidorvencedor.mp.br/>.

PROGRAMA CERÂMICA E BLOCO DE CONCRETO – MATERIAIS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

OBJETIVO

Apurar as propriedades dos blocos cerâmicos e blocos estruturais de concreto produzidos em SC.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

- A)** Constituir grupo de trabalho composto por representantes do setor produtivo para diagnosticar indícios de irregularidades, a saber: Associação Brasileira de Cimento Portland, Sindicato das Indústrias de Olaria e Cerâmica para Construção do Vale do Rio Tijucas, Sindicato da Indústria da Cerâmica Vermelha e Associação Catarinense da Indústria de Blocos.
- B)** Verificação do cumprimento dos requisitos técnicos na fabricação de blocos cerâmicos de vedação e blocos estruturais de concreto.
- C)** Amostragem e análise de laudos laboratoriais.

RESULTADOS

- A)** Firmado Termo de Cooperação Técnica com a Associação Nacional da Indústria Cerâmica (ANICER), entidade de classe que agrega empresas produtoras de blocos e telhas cerâmicas, com o objetivo de aprimorar as ações do MPSC na defesa do patrimônio público e dos direitos do consumidor.
- B)** O Termo possibilitará às Promotorias de Justiça de defesa do consumidor atuação específica no tocante à desconformidade de produtos e serviços aos padrões estabelecidos nas normas regulamentares de fabricação e na utilização de blocos e telhas cerâmicas na construção civil, bem como produtos designados ao mercado consumidor em geral. Tal prática garantirá a solidez e qualidade no material empregado e permitirá, ainda, eventual responsabilização por prejuízos experimentados pelos consumidores, além de combater a concorrência desleal diante da inserção de produtos impróprios no mercado consumidor.



PROGRAMA **REGULARIDADE E PUBLICIDADE DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS**

OBJETIVO

Diminuir as ocupações irregulares, o crescimento desordenado e os danos ambientais e urbanísticos em solo catarinense, assegurando a adequada comercialização, oferta e publicidade dos empreendimentos imobiliários, em especial no que tange à veiculação em jornais, revistas, meio eletrônico e panfletos sobre anúncios de venda de imóveis.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

- A)** Canalizar esforços das principais organizações do ramo na direção da regularização do mercado imobiliário.
- B)** Apurar fatos relacionados a irregularidades e promover sua elucidação, aplicando-se a lei aos infratores.

RESULTADOS

- A)** Termo de Cooperação Técnica assinado com Conselho Regional de Corretores de Imóveis – CRECI/SC, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/SC, Fundação de Meio Ambiente (FATMA), a Associação dos Notários e Registradores do Estado de Santa Catarina – ANOREG e Sindicato da Habitação do Oeste – SECOVI-OESTE/SC.
- B)** Foram realizadas reuniões para aprimorar a comunicação entre os cooperados e viabilizar a troca de informação para a consecução do Termo.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 3

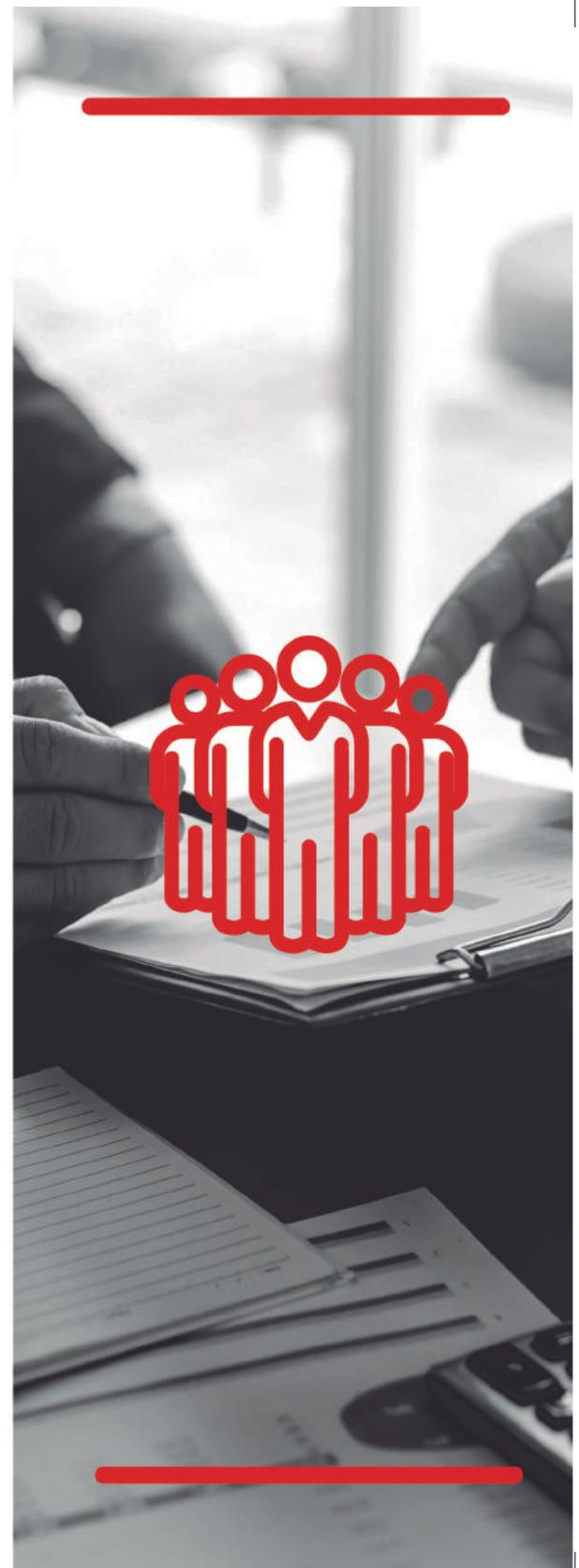
PROMOVER A DEFESA DA CONSTITUCIONALIDADE EM FACE DE LEIS E ATOS NORMATIVOS MUNICIPAIS E ESTADUAIS

OBJETIVO

Fazer cumprir a missão constitucional conferida ao Ministério Público de defesa da ordem jurídica, por meio da atuação na área de controle abstrato da constitucionalidade de leis e atos normativos municipais e estaduais, além das medidas necessárias à efetivação das decisões judiciais resultantes dessa atuação.

RESPONSÁVEIS

Centro de Apoio Operacional do Controle de Constitucionalidade (CECCON)



PROGRAMAS ESTRUTURADOS E AÇÕES REALIZADAS

1 PROGRAMA DE CONTROLE DE EFETIVIDADE DE DECISÃO PROFERIDA EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE PROPOSTA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA (CEADI)

OBJETIVO

Diagnosticar os casos em que não são adotadas as providências para o cumprimento de decisão proferida em Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) de iniciativa do Ministério Público de Santa Catarina, promovendo as medidas necessárias à garantia de tal efetividade.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

A) Identificar todas as decisões procedentes e parcialmente procedentes, transitadas em julgado, de Ações Diretas de Inconstitucionalidade aforadas pelo Ministério Público de Santa Catarina.

B) Cientificar o órgão do Ministério Público competente para instauração do procedimento (CEADI), conforme o art. 2, § 1º do Ato n. 336/2013/PGJ.

C) Acompanhar e avaliar as ações realizadas.

RESULTADOS

A) 34 Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs), com decisões transitadas em julgado (procedentes ou parcialmente procedentes).

B) 34 Órgãos do Ministério Público cientificados.

C) 20 CEADIs instaurados.

D) 19 CEADIs finalizados.

2 PROJETO DE ADEQUAÇÃO CONSTITUCIONAL DE CARGOS PÚBLICOS

OBJETIVO

Realizar o controle abstrato de constitucionalidade de leis e atos normativos municipais que instituem cargos públicos comissionados de forma contrária às disposições constitucionais, como forma de prevenção e combate à corrupção. O projeto abrange todos os municípios catarinenses com população igual ou

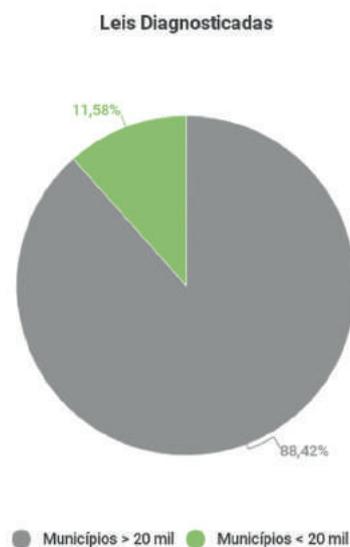
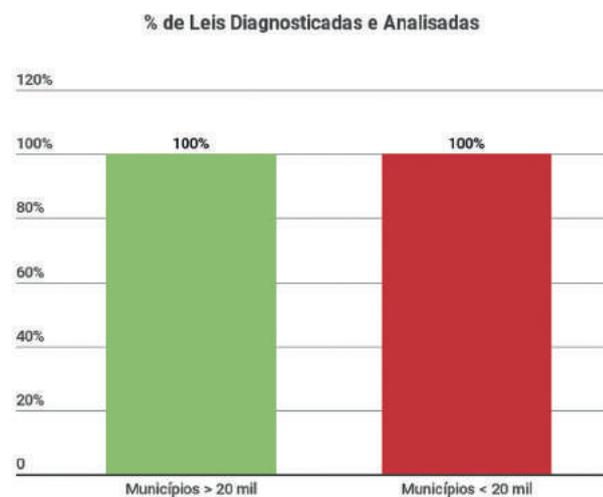
superior a 20.000 habitantes. Outros municípios poderão ser incluídos, dependendo de eventuais representações dirigidas ao CECCON, provenientes dos demais Órgãos de Execução do Ministério Público de Santa Catarina. O projeto contemplava um prazo de 22 meses para execução durante o biênio 2016-2017.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

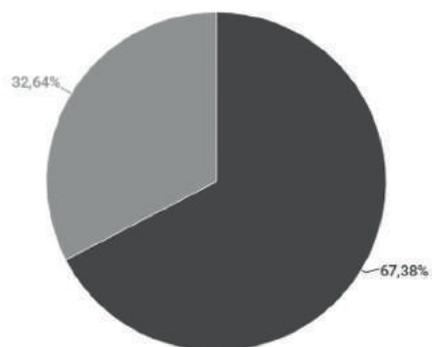
- A)** Adoção de critérios para identificação de cargos públicos instituídos contrariamente à Constituição com edição de *check list* com critérios objetivos.
- B)** Diagnóstico de leis municipais que contenham cargos públicos instituídos contrariamente à Constituição, no qual se realizou o mapeamento de leis municipais inconstitucionais.
- C)** Estudo de viabilidade e proposição de Ações Diretas de Inconstitucionalidade – Elaboração de peças processuais (pareceres e iniciais de ADIs).

RESULTADOS

- A)** Diagnóstico de 1.451 Leis e Atos Normativos de 98 municípios catarinenses passíveis de estudo quanto à viabilidade de propositura de Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI.
- B)** Produção de 144 pareceres quanto à viabilidade de propositura de ADI.
- C)** Ajuizamento de 97 ADIs em face de leis e atos normativos municipais que instituíram um total de 8.422 cargos públicos de provimento em comissão de forma contrária ao texto constitucional.

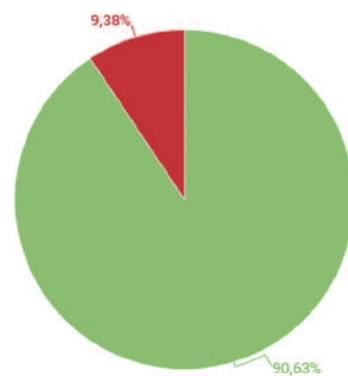


Estudos



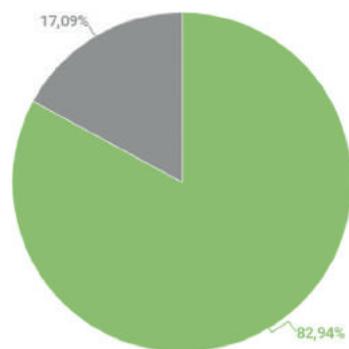
● Municípios > 20 mil ● Municípios < 20 mil

Normas pela Inviabilidade



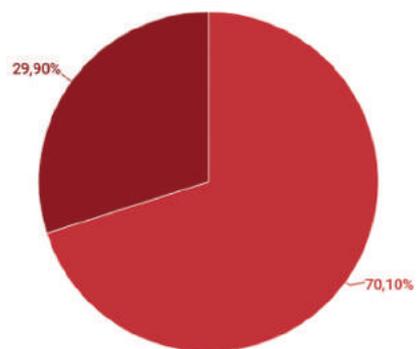
● Municípios > 20 mil ● Municípios < 20 mil

Normas pela Viabilidade



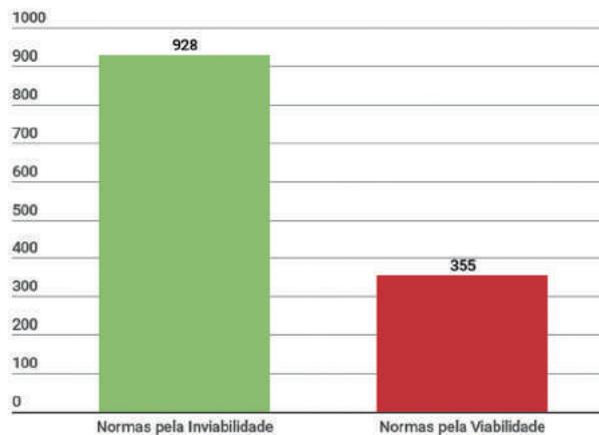
● Municípios > 20 mil ● Municípios < 20 mil

Proposição de ADI

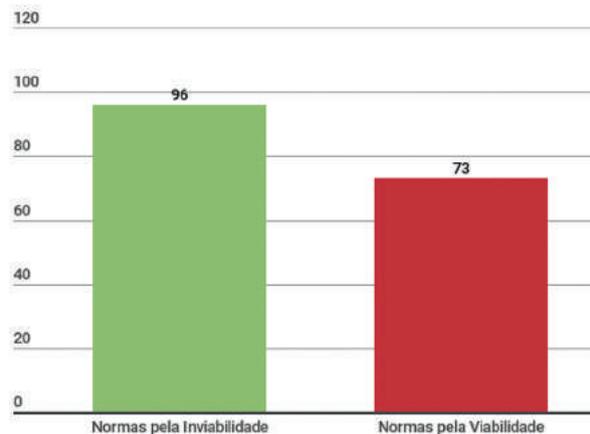


● Municípios > 20 mil ● Municípios < 20 mil

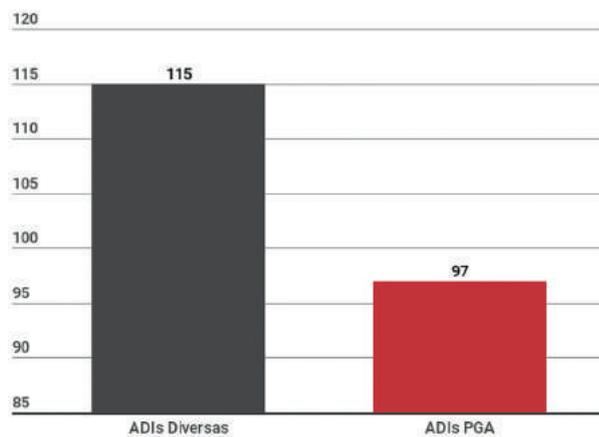
Inviabilidade x Viabilidade
Município com população maior de 20 mil habitantes



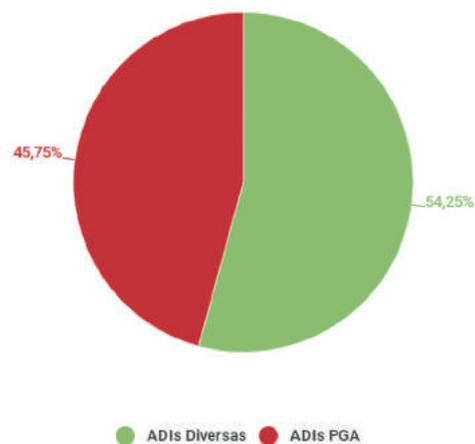
Inviabilidade x Viabilidade
Município com população menor de 20 mil habitantes



Quantidade de ADIs Ajuizadas pelo CECCON
Período de 2016-2017



Incremento de ADIs ajuizadas em razão do PGA
Período de 2016-2017





OBJETIVO ESTRATÉGICO 4

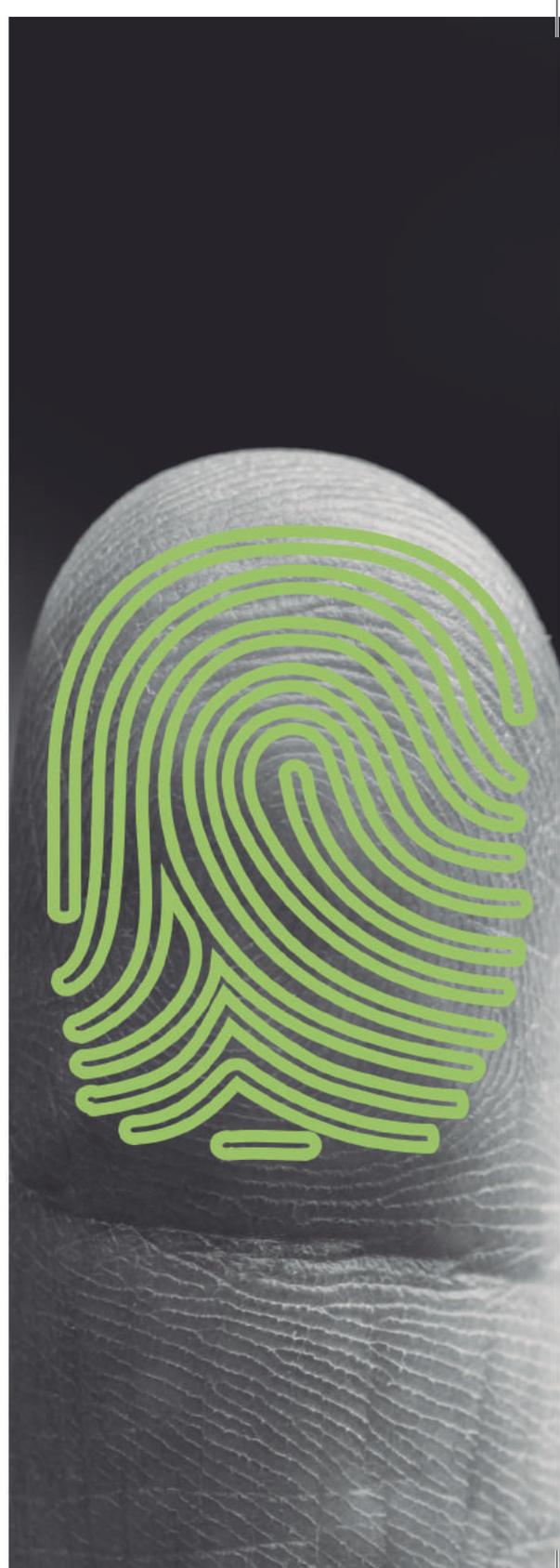
QUALIFICAR A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO ENFRENTAMENTO DA CRIMINALIDADE

OBJETIVO

Definir as diretrizes de política criminal na atuação institucional. Prestar apoio operacional às Promotorias criminais na resolução de seus desafios diários. Estimular a integração entre as Promotorias de Justiça criminais, a partir da definição dos programas e projetos nas seguintes frentes de atuação: tutela difusa da segurança pública, controle externo da atividade policial, combate à corrupção e impunidade, penas e medidas alternativas. Difundir questões de natureza teórica, doutrinária e jurisprudencial. Identificar tendências jurisprudenciais relativas às teses do Ministério Público.

RESPONSÁVEIS

Centro de Apoio Operacional Criminal (CCR) e Promotorias de Justiça



INICIATIVAS ESTRATÉGICAS ESTRUTURADAS

1 PROGRAMA TUTELA DIFUSA DA SEGURANÇA PÚBLICA

O programa “Tutela Difusa da Segurança Pública” visa à redução da criminalidade e da violência no Estado. Para isso busca a atuação de forma multidisciplinar, preventiva e integrada com diversos órgãos, a criação de Promotorias de Justiça Regionais, especializadas em segurança pública, e a utilização de ferramentas tecnológicas de inteligência para obtenção de diagnósticos criminais detalhados.

1.1. PROJETO PROMOTORIAS REGIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA

OBJETIVO

Criar Promotorias Regionais com atribuição exclusiva e especializada na tutela difusa da segurança pública e no controle externo da atividade policial, o que implica: reorganização espacial, especialização e aperfeiçoamento funcional; resolutividade (busca de soluções diretas e judicialização como último recurso); e adoção de planos de ação integrados com a sociedade civil e os órgãos de segurança pública.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

Apoio às Promotorias Regionais de Segurança Pública.

2.2 PROJETO TUTELA DIFUSA DA SEGURANÇA PÚBLICA

OBJETIVO

Estimular as Promotorias Regionais de Segurança Pública (PRORESPs) para atuarem de modo interdisciplinar

nas causas da criminalidade, voltado à construção e execução de políticas públicas que ofereçam mecanismos preventivos do crime e da violência. Incentivar o acesso a instrumentos procedimentais de tutela dos interesses difusos e coletivos, proporcionando a condução da investigação com base no inquérito civil, na celebração de termos de ajustamento de conduta e na expedição de recomendações. A judicialização dos conflitos, portanto, somente será implementada quando fracassarem as tentativas de alcançar o resultado pelo consenso.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

Apoio às Promotorias Regionais de Segurança Pública.

2.3 PROJETO DIAGNÓSTICOS CRIMINAIS

OBJETIVO

Criar uma plataforma de ferramentas de análise associativa de dados que oferecerá aos Promotores de Justiça da área criminal a possibilidade de organizar e analisar informações, auxiliando-os a tomar decisões qualificadas no âmbito da tutela difusa da segurança pública e do controle externo da atividade policial.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

- A) Tratativas com a Polícia Civil para desenvolvimento de aplicação de análise de dados associativa referente a boletins de ocorrência.
- B) Tratativas com o Instituto Geral de Perícias para desenvolvimento de aplicação de análise de dados associativa aos laudos periciais.

- C)** Tratativas com o Departamento de Administração Prisional (DEAP) para desenvolvimento de aplicação de análise de dados associativa referente ao sistema prisional catarinense.

RESULTADOS

- A)** Iniciado desenvolvimento de aplicação de análise de dados associativa referente aos boletins de ocorrência registrados pela Polícia Civil.
- B)** Iniciado desenvolvimento de aplicação de análise de dados associativa referente aos laudos do IGP.
- C)** Iniciado desenvolvimento de aplicação de análise de dados associativa referente ao sistema prisional catarinense.
- D)** Assinatura e publicação do Termo de Cooperação Técnica n. 013/2017 entre o MPSC e a SJC para cooperação no desenvolvimento e compartilhamento de soluções de análise de dados associativa.

2. PROJETO REESTRUTURAÇÃO DO CONTROLE EXTERNO

OBJETIVO

Permitir ao Promotor de Justiça o pleno desenvolvimento do exercício do controle externo da atividade policial, buscando uma aproximação entre o MPSC, Polícias e Instituto Geral de Perícias (IGP) para, em conjunto, aperfeiçoarem os procedimentos de investigação, tornando-os mais céleres e eficientes. Busca prevenir, orientar e fiscalizar as práticas policiais, com adoção de medidas extrajudiciais ou judiciais que importem a correção de eventuais irregularidades e a prestação de um melhor serviço à população.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

Solicitações à Secretaria de Segurança Pública (SSP) de dados relativos aos registros de ocorrência envolvendo mortes decorrentes de intervenção policial.

RESULTADOS

Obtenção de dados sobre mortes decorrentes de intervenção policial e preenchimento de sistema nacional de registro dessas ocorrências no sítio eletrônico do CNMP.

3. PROGRAMA PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS

OBJETIVO

Obter melhores resultados na fiscalização e aplicação das penas e medidas alternativas. O Programa fundamenta-se na aproximação da ideia de pena ressocializante e tem como uma das principais ações fomentar a expansão das Centrais de Penas e Medidas Alternativas (CPMAs), garantindo doação de móveis, computadores e veículos para estruturar as futuras CPMAs.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

- A)** Expansão e aperfeiçoamento das Centrais de Penas e Medidas Alternativas (CPMAs), criadas pelo Decreto Estadual n. 1.012, de 5 de junho de 2012, e inseridas na estrutura da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania (SJC). São órgãos que apoiam e monitoram a execução de penas e medidas alternativas aplicadas pelo Poder Judiciário.
- B)** Em outubro de 2012, o MPSC, o Poder Judiciário e a SJC firmaram o Protocolo Operativo de Intenções que expandiu e fortaleceu as CPMAs no Estado. Após essa data, foram instaladas CPMAs em Joinville, Blumenau, Criciúma, Itajaí, Chapecó

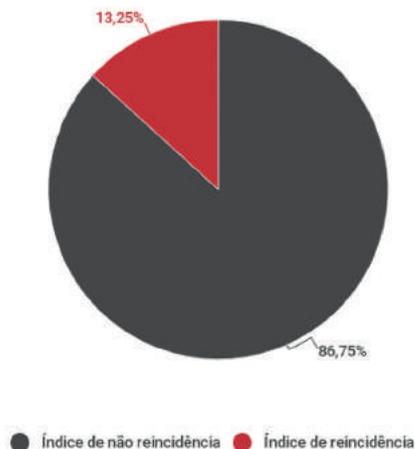
e Laguna, além das já existentes em Florianópolis e São José, desde 2010. Segundo o protocolo, ao MPSC cabe fornecer mobiliário e equipamentos, passíveis de doação, necessários à instalação das CPMAs; ao Judiciário, providenciar espaço físico para a instalação das Centrais; à SJC, contratar pessoal que atuará nas Comarcas. Ademais, dentro do Conselho Comunitário de Ituporanga, há outra CPMA, criada de forma diferente das demais: por meio de convênio entre as Prefeituras dos sete Municípios daquela Comarca.

Resultados em 2017

- A)** Índice de reincidência de 13,25% entre os apenados.
- B)** Continuidade de alto índice de cumprimento das penas alternativas, no patamar de 86,27%.
- C)** Atendimentos realizados pelas CPMAs de 1/1/17 a 31/12/17: 30.411.
- D)** Evolução gradual, ininterrupta e significativa do número de instituições parceiras: 2012: 505; 2013: 1.065; 2.014: 1.320; 2015: 1.547; 2016: 1.588; 2017: 1.688.

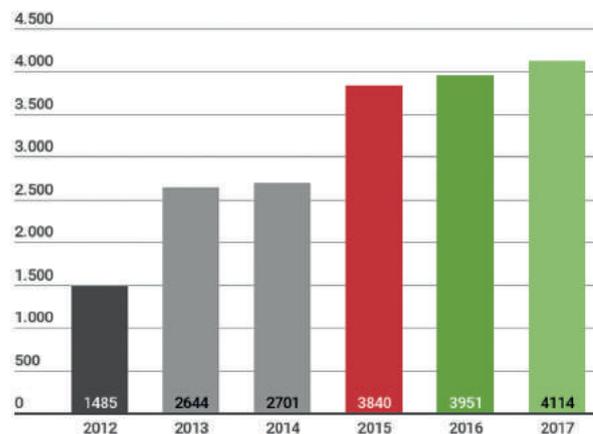
INDICADORES DE DESEMPENHO DAS CENTRAIS DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS

Índice de Reincidência
Dados: 2017



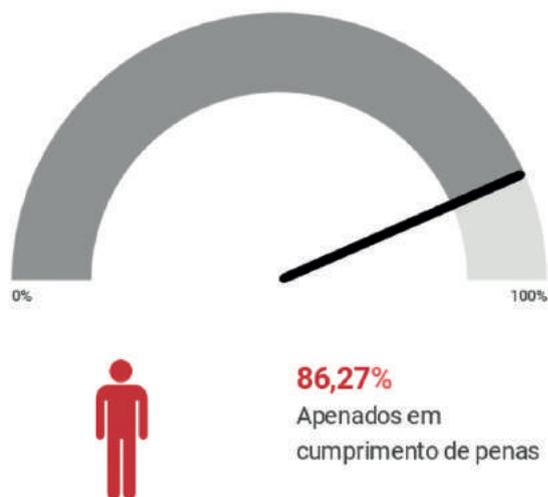
Fonte: Coordenação Técnica-Operacional das CPMAs/Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania

Beneficiários atendidos (processos ativos)



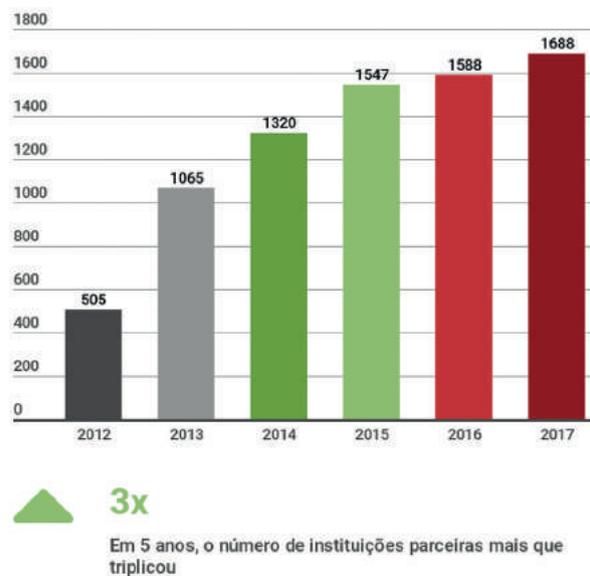
Fonte: Coordenação das CPMAs - Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania

Cumprimento de Penas Alternativas



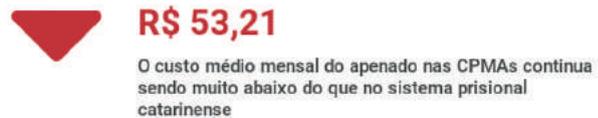
Fonte: Coordenação Técnica-Operacional das CPMA's/Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania

Instituições Parceiras: Evolução



Fonte: Coordenação Técnica-Operacional das CPMA's/Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania

Custo médio mensal de um beneficiário da CPMA Ano de 2017



Fonte: Coordenação Técnica-Operacional das Centrais de Penas e Medidas Alternativas



OBJETIVO ESTRATÉGICO 5

PROMOVER E DEFENDER OS DIREITOS E GARANTIAS INFANTOJUVENIS

OBJETIVO

Assegurar a crianças e adolescentes catarinenses o efetivo respeito pelo Poder Público e pela sociedade em geral aos direitos e garantias que lhe são assegurados, primordialmente nas áreas de assistência social, educação, saúde e segurança.

RESPONSÁVEIS

Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CIJ) e Promotorias de Justiça.



INICIATIVAS ESTRATÉGICAS IMPLEMENTADAS

1 PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO E APOIA

OBJETIVO

Reduzir a evasão e a infrequência escolar; instar o fortalecimento das políticas públicas intersetoriais relacionadas à educação infantojuvenil para prevenir e combater o abandono e a reprovação escolar, além de promover a educação de qualidade e o sucesso escolar.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

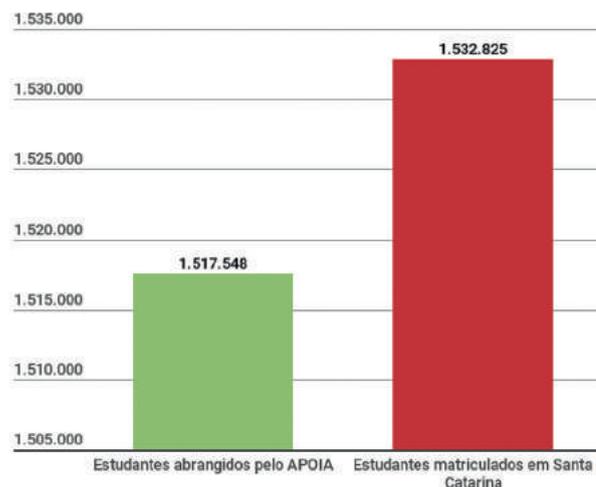
- A)** Ampliação dos Municípios com Sistema APOIA Online (sistema eletrônico que permite o repasse imediato, em tempo real, dos avisos de infrequência escolar dos alunos entre a Escola, o Conselho Tutelar e o Ministério Público).
- B)** Capacitações na modalidade de educação a distância, capacitando membros e servidores do Ministério Público, educadores (professores, orientadores educacionais, diretores etc.) e conselheiros tutelares.
- C)** Facilitação de diagnósticos, com o desenvolvimento de painéis de indicadores do Programa, obtidos a partir da ferramenta *Business Intelligence (BI)*, com base em informações sobre a infrequência escolar extraídas do Sistema APOIA Online.

RESULTADOS

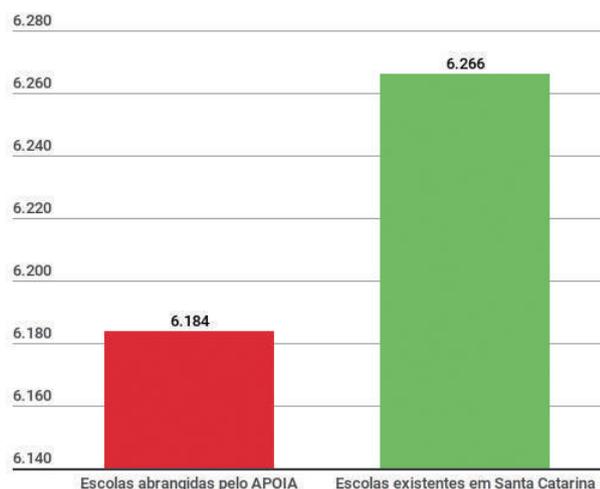
- A)** Atualmente, 290 Municípios já assinaram o Termo de Adesão ao Sistema APOIA Online, de modo que apenas cinco Municípios, que equivalem a duas Comarcas, ainda não implantaram o sistema informatizado que integra o Programa. Tal número corresponde a 98% dos Municípios do Estado de Santa Catarina.

- B)** Foram capacitados 1.472 profissionais, entre Conselheiros Tutelares, Servidores da Educação, Servidores do Ministério Público e Promotores de Justiça, de diversos municípios, para a utilização do Sistema APOIA Online.
- C)** Permitido acesso ao sistema do Ministério Público (*Business Intelligence* do Programa APOIA) à Secretaria Estadual de Educação, para auxiliar na formulação de políticas públicas na área da educação.
- D)** Apenas no ano de 2017, mais de 15.000 alunos retornaram aos bancos escolares em razão do Programa APOIA.

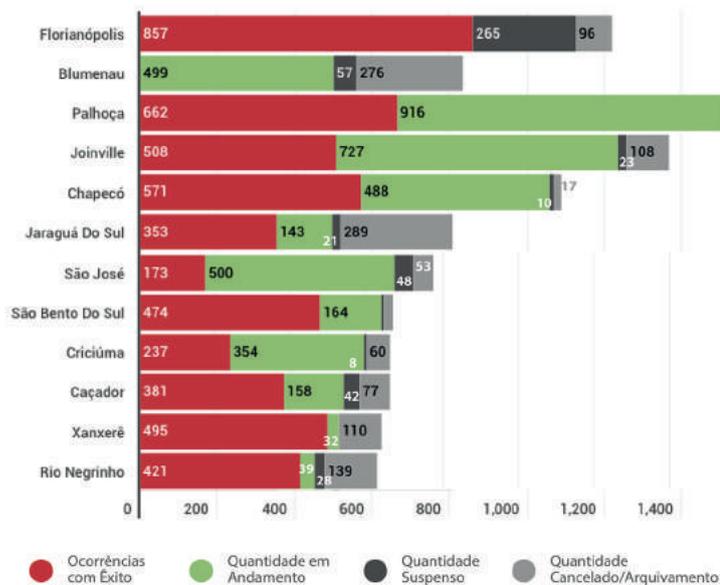
Estudantes abrangidos pelo APOIA desde o início do programa



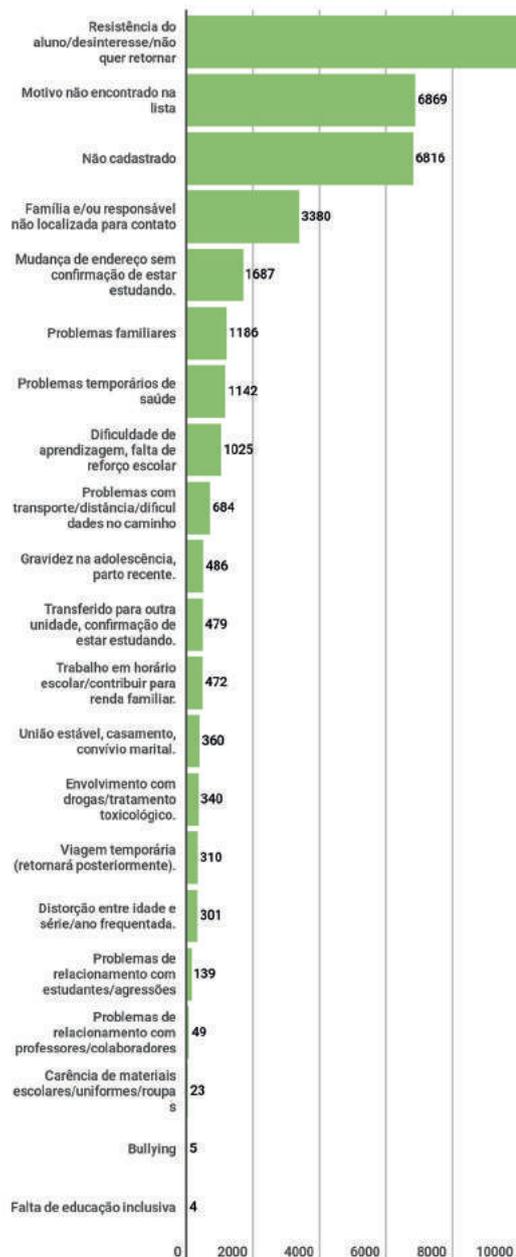
Total



Distribuição APOIAS Por Município

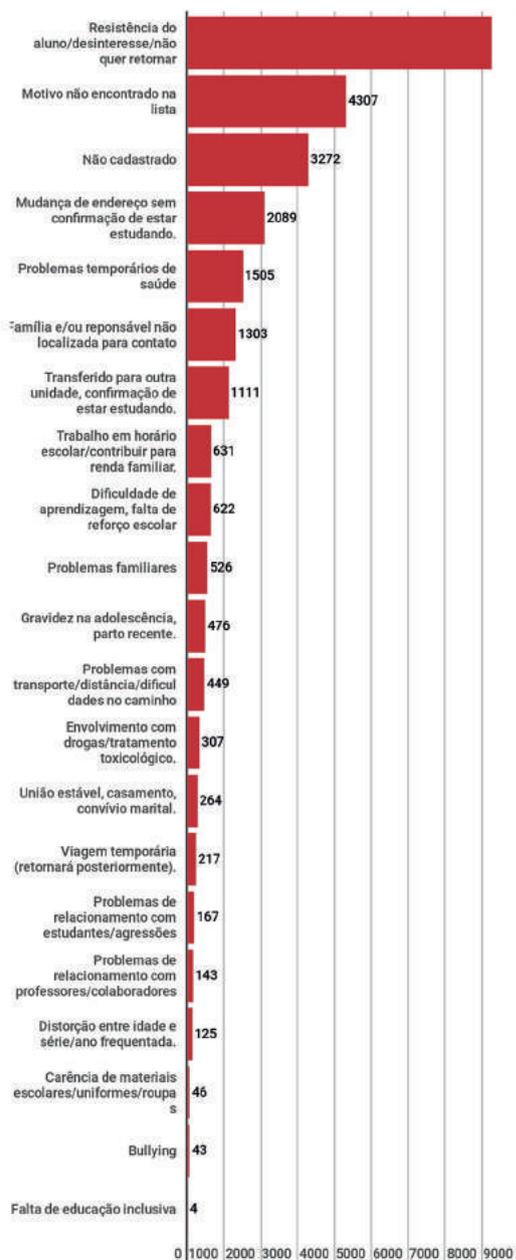


Motivos para a Evasão e Infrequência Escolar Relatados pela Escola

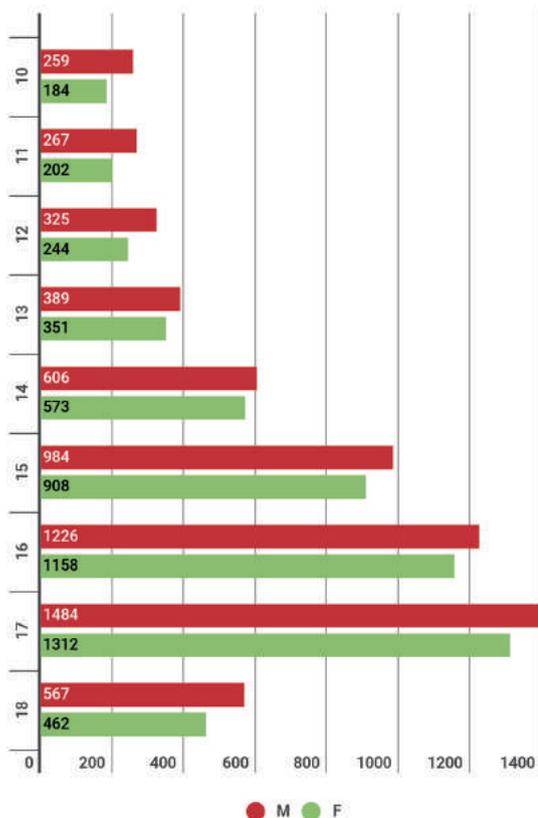


Motivos para a Evasão e Infrequência Escolar

Relatados pelo Conselho Tutelar



Infrequência escolar por faixa etária



Motivo CT	OCORRÊNCIAS APOIA
Resistência do aluno/desinteresse/não quer retornar à aula de forma alguma.	8140
Motivo não encontrado na lista?	4125
Não cadastrado	3728
Mudança de endereço (outra Cidade / outro Estado) sem confirmação de estar estudando.	2046
Problemas temporário de saúde(afastamento por problemas de saúde e/ou mobilidade).	1478
Família e/ou responsável não localizada para contato/ resposta sobre sobre assunto.	1251
Transferido para outra unidade escolar (mesma Cidade / outra Cidade / outro Estado) com confirmação de estar estudando.	1065
Está trabalhando em horário escolar/necessidade de contribuir para renda familiar.	616
Dificuldade de aprendizagem, falta de reforço escolar que desmotiva o aluno.	608
Problemas familiares(separação dos pais, demonstram desinteresse ao estudo do filho(a)).	521
Gravidiz na adolescência, parto recente.	463
Problemas com transporte/com a distância/dificuldades no caminho casa-escola.	441
Envolvimento com drogas/dependente químico/tratamento toxicológico.	304
União estável, casamento, convívio marital.	261
Viagem temporária (visita a familiares, amigos, mas retornará posteriormente).	211
Problemas de relacionamento com colegas-estudantes/ agressões física ou psicológicas.	165
Problemas de relacionamento com professores e/ou colaboradores na escola.	140
Distorção entre idade e série/ano frequentada.	121
Carência de materiais escolares/uniformes/roupas adequadas para frequência da aula.	46
Bullying	41
Falta de educação inclusiva (falta de estrutura adequada para alunos com necessidades de educação especial).	4



2 NÚCLEO INTERSETORIAL DE SUPORTE AO APOIA (NISA)

OBJETIVO

Fomentar a implantação e manutenção de grupos intersetoriais que trabalhem de modo articulado em questões relacionadas à qualidade da educação e às causas da infrequência escolar. Esses grupos são articulados pelo Ministério Público, sendo compostos por representantes de Escolas, Conselhos Tutelares, Secretarias da Educação, da Saúde e de outros órgãos.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

- A)** Seminários de apresentação e sensibilização para criação de novos NISAs.
- B)** Oficinas de implantação de novos NISAs.
- C)** Capacitações para os NISAs já existentes.

RESULTADOS

- A)** Em 2017 o Programa NISA foi apresentado nas Comarcas de Blumenau e Descanso, com perspectiva de implantação em 2018. Nesses eventos, apresentou-se o conteúdo conceitual do trabalho em rede e a proposta do NISA. Nas duas Comarcas, tivemos um total de 182 participantes, sendo 62 em Blumenau e 120 em Descanso.
- B)** O NISA foi implantado na Comarca da Capital, com a divisão em quatro grupos, haja vista a complexidade e o porte do Município. Destaca-se que, para o

NISA de Florianópolis, há o envolvimento direto das 9ª, 10ª, 15ª e 25ª Promotorias de Justiça. No processo de implantação houve a participação de aproximadamente 100 pessoas nas sete reuniões realizadas.

- C)** Foram realizadas cinco capacitações nos NISAs já existentes, sendo duas em Chapecó, uma em Lages, uma em Xanxerê e uma em Meleiro, sendo capacitadas, aproximadamente, 525 pessoas. As capacitações tiveram como públicos conselheiros tutelares, educadores, servidores e membros do Ministério Público.



OBJETIVO

O Programa Aprendiz trabalha com a formação técnico-profissional de jovens e adolescentes com vulnerabilidade que normalmente são rejeitados ou preteridos pelo mercado de trabalho ou até mesmo por programas regulares de aprendizagem, ao mesmo tempo em que combate a evasão escolar e fomenta a inclusão social e acessibilidade no Ministério Público.

O programa desenvolvido pelo Ministério Público de Santa Catarina é diferenciado e pioneiro, pois prioriza a contratação de adolescentes com vulnerabilidade social ou familiar, já que destina 80% das 20 vagas a adolescentes em cumprimento medida socioeducativa, oriundos de instituições de acolhimento ou que componha família com renda *per capita* inferior a dois salários mínimos, desde que comprovem sua frequência escolar; às pessoas com deficiência são reservadas 20% das vagas, sem limite de idade.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

- A)** Renovação contratual com a contratada para dar continuidade à prestação dos serviços de formação teórica dos aprendizes.
- B)** Avaliações de desempenho e do Programa pelo Sistema de Formulários Dinâmicos.
- C)** atendimentos psicossociais individuais e em grupos.
- D)** Reuniões mensais da Comissão de Acompanhamento do Programa.
- E)** Reuniões mensais com a equipe psicossocial da Comissão de Acompanhamento do Programa

Aprendiz com representantes do CREAS e da contratada para discussão técnica de casos individuais relacionados ao Programa Aprendiz.

- F)** Atendimento pedagógico individual.
- G)** Supervisão pedagógica dos grupos de encontro mensal.

RESULTADOS

- A)** Contratação de 13 novos aprendizes.
- B)** Participação dos aprendizes na campanha Setembro Amarelo, promovida pelo Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos e Terceiro Setor.
- C)** Cinco atividades com o grupo de aprendizes (Plano de Acompanhamento Psicossocial – PAP).
- D)** Três atividades com o grupo de orientadores.
- E)** Seis reuniões técnicas com profissionais do CREAS e da contratada.
- F)** Capacitação dos aprendizes como Auxiliar Administrativo.
- G)** Acompanhamento da frequência escolar dos aprendizes.
- H)** Atividades práticas nas áreas administrativas do Ministério Público.
- I)** Encaminhamento de uma aprendiz a programa de estágio da Justiça Federal e de um aprendiz deficiente visual ao SENAI, em curso técnico de mecânica.



4 GRUPO APOIO E REFLEXÃO (GAR)

OBJETIVO

Atendimento, prestado por servidores capacitados do Ministério Público de Santa Catarina, a pessoas em processos de divórcio, discussão de guarda e regulamentação de visitas, evitando, assim, o agravamento de conflitos familiares.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

- A)** Formalização do Grupo de Apoio e Reflexão (GAR), o qual funciona em sala do Fórum do Estreito (Comarca da Capital) através da publicação do Ato nº 0754/2017/PGJ, que Institui o Programa de Incentivo à Autocomposição Familiar (PIAF) no âmbito do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.
- B)** Elaboração do Projeto de Capacitação de Servidores do Ministério Público, para atuarem como facilitadores, em três etapas: sensibilização

através de um *workshop* do Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição (NUPIA), curso de técnicas autocompositivas para resolução de conflitos e aplicação das técnicas de autocomposição no âmbito do Ministério Público.

- C)** Condução e facilitação de grupos com aplicação das técnicas de autocomposição familiar

RESULTADOS

- A)** Atendimento a 60 pessoas, partes em processo judicial na vara da família.
- B)** Resolução efetiva dos conflitos familiares, por meio da mediação e conciliação entre as partes.

4 FORTALECIMENTO DA SAÚDE MENTAL INFANTOJUVENIL

OBJETIVO

O programa tem como objetivo diagnosticar a situação atual e fomentar a ampliação, em todo o Estado, da rede pública de atenção e do atendimento básico à saúde mental da criança e do adolescente.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

Aproximação das novas coordenações de Saúde Mental da Secretaria de Estado da Saúde e do MPSC, resultando na ampliação do alcance do Termo de

Cooperação já existente entre o MPSC e a Secretaria de Estado da Saúde, o que facilita o acesso mútuo a informações sobre a Rede de Atenção de Psicossocial (RAPS).

RESULTADOS

Melhoria na fiscalização dos serviços, bem como a celeridade na adequação da rede para aprimorar o atendimento em saúde mental das crianças e adolescentes.

5 INICIATIVAS COMPLEMENTARES

5.1 CAMPANHA "BULLYING, ISSO NÃO É BRINCADEIRA"

OBJETIVO

Prevenir e combater a prática do *bullying* nas escolas catarinenses por meio de ampla campanha intersetorial de conscientização a respeito do tema.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

Produção de material gráfico consistente em cartaz, folder, cartilha, gibi e marca texto.

RESULTADOS

Distribuição do material gráfico junto às Promotorias de Justiça de todo o Estado, para a realização de ações locais.





OBJETIVO ESTRATÉGICO 6

ASSEGURAR A DEFESA E A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE URBANO E RURAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

OBJETIVO

Promover as medidas necessárias para garantir às presentes e futuras gerações o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado e ao desenvolvimento sustentável.

RESPONSÁVEIS

Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente (CME) e Promotorias de Justiça.



INICIATIVAS ESTRATÉGICAS IMPLEMENTADAS

1 PROGRAMA LIXO NOSSO DE CADA DIA

OBJETIVO

Promover medidas visando à elaboração dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, dar continuidade à fiscalização da destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos domiciliares, além de estimular os órgãos de execução a exigir implantação de políticas públicas.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

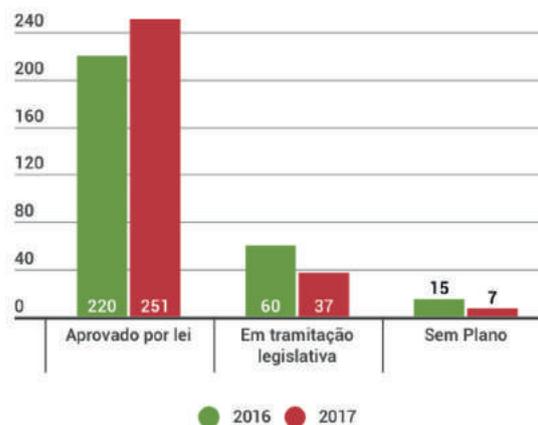
- A)** Acompanhamento pelas Promotorias de Justiça no cumprimento da elaboração dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) e da adequação destes ao conteúdo mínimo previsto no art. 19 da Lei n. 12.305/2010, o que tem se mostrado crucial para obter bons resultados em favor da sociedade catarinense.

RESULTADOS

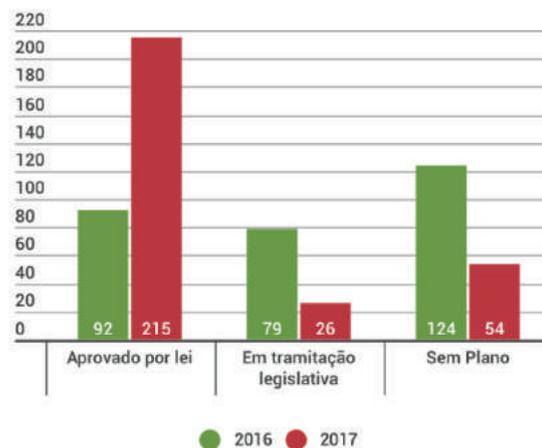
- A)** Diagnóstico realizado identificando que 73% dos municípios catarinenses possuem Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos aprovado por lei.

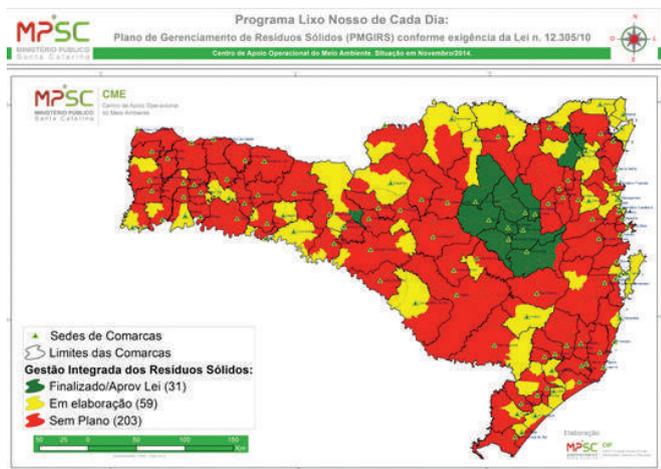
* Foram considerados 293 Municípios, e não os 295. Pescaria Brava e Balneário Rincão ainda estavam fora da contagem tendo em vista que a Secretaria de Estado do Planejamento não os havia incluído no mapa político do Estado.

Municípios com Plano Municipal de Saneamento Finalizado

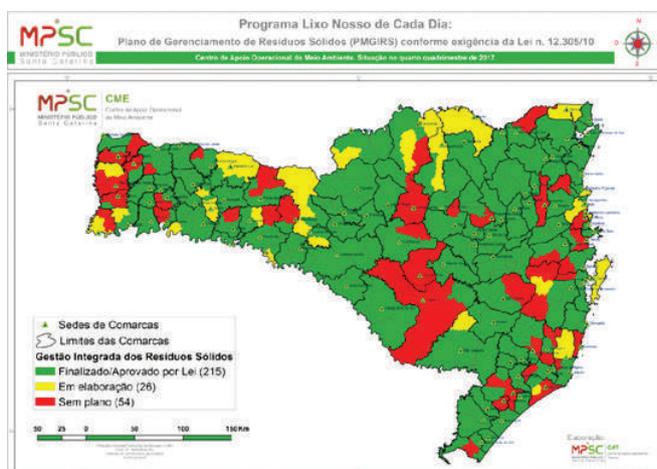


Municípios com Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Municipal Finalizado





antes



depois

PROGRAMA SANEAMENTO BÁSICO

OBJETIVO

Aumentar o índice de esgotamento sanitário e a eficiência dos sistemas de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

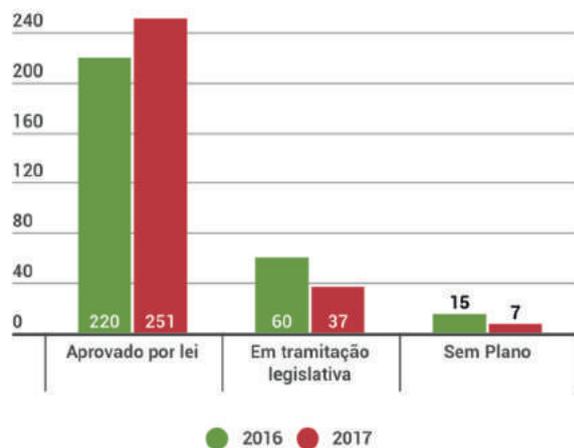
As ações acontecem desde 2004, e diante da ausência de dados oriundos dos diversos órgãos públicos com atribuição ao fornecimento de melhoria das condições do esgotamento sanitário, o Ministério Público de Santa Catarina estabeleceu como uma das atividades a consolidação das informações existentes e a busca por novos dados, relacionados aos 295 municípios

catarinenses, inclusive sobre as obras executadas que impliquem melhoria e ampliação dos sistemas de esgotamento sanitário, as quais trazem resultado direto na qualidade de vida dos catarinenses.

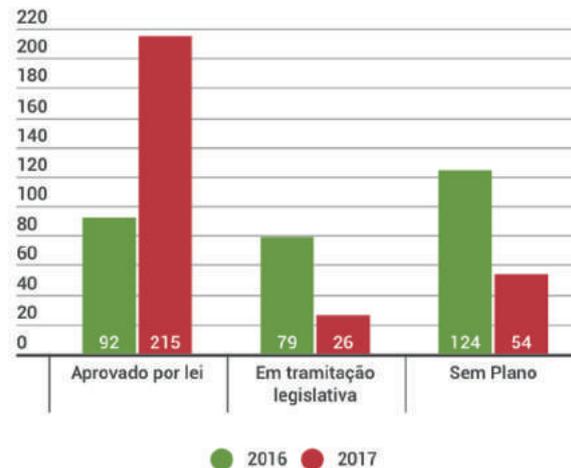
RESULTADOS

- A) Concluiu-se, a partir do diagnóstico realizado, que 85% dos municípios catarinenses possuem Plano de Saneamento Básico aprovado por lei.

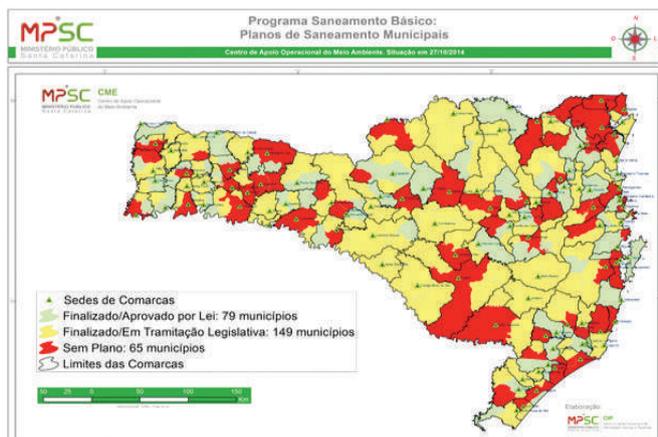
Municípios com Plano Municipal de Saneamento Finalizado



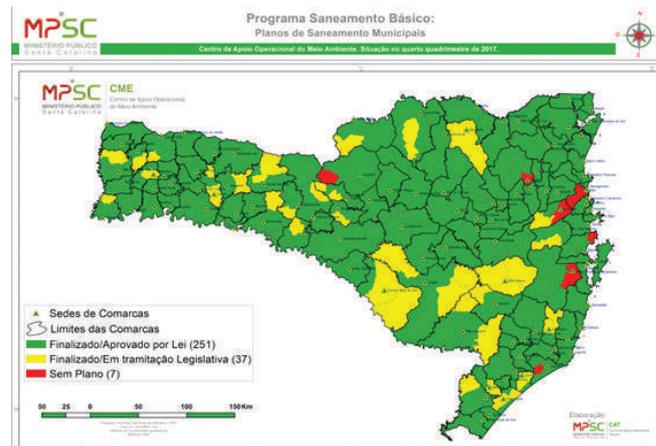
Municípios com Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Municipal Finalizado



* Foram considerados 293 Municípios, e não os 295. Pescaria Brava e Balneário Rincão, ainda estavam fora da contagem, tendo em vista que a Secretaria de Estado do Planejamento não havia incluído no mapa político do Estado.



Antes



Depois



OBJETIVO

Zelar pela sustentabilidade das cidades; regularização de áreas degradadas; proteção e áreas especialmente protegidas; fiscalização do uso e ocupação do solo urbano; e acompanhamento da elaboração e respectivas alterações legislativas.

Diante do acelerado processo de expansão urbana estabelecido ao longo dos anos de forma desordenada e desarticulada, propiciando o surgimento de verdadeiros núcleos de urbanização, totalmente desconstruídos e sem privilegiar cidades com áreas integradas, compreendeu-se pela necessidade de dar início à discussão do tema no âmbito do Ministério Público Catarinense.

As medidas adotadas pelo Ministério Público estão todas direcionadas no sentido de aproximar as políticas de planejamento urbano com regularização fundiária, prioritariamente em relação às áreas de risco, as quais, em sua grande maioria, são ocupadas por população de baixa renda, sendo imprescindível alicerçar as políticas públicas em relação ao tema, resguardando assim direitos fundamentais de dignidade humana, possibilitando o acesso a moradia digna e verdadeira inclusão social.

3.1. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

OBJETIVO

Induzir o cumprimento do dever constitucional dos municípios de promover o ordenamento urbano de seu território, concretizando-o na elaboração do diagnóstico socioambiental, principalmente para fins

de regularização fundiária.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

A) Edição de enunciados de delimitação de Áreas de Preservação Permanentes (APP) Urbanas Consolidadas, resultante de evento ocorrido em 2007 e 2014, que objetivou auxiliar a atuação dos Promotores de Justiça com atribuição na área do Meio Ambiente e Direito Urbanístico no Estado de Santa Catarina, tendo em vista a dificuldade no tratamento do tema APPs Urbanas e definição dos limites legalmente impostos para proteção das matas ciliares ali situadas, ante a realidade histórica de urbanização das cidades do Estado catarinense, iniciadas e desenvolvidas, em sua maioria, às margens dos cursos d'água.

Constou nos enunciados revisados em 2014 a imprescindibilidade de delimitação do perímetro urbano pelo poder público municipal, por intermédio de um diagnóstico socioambiental que identificasse as áreas de risco e de preservação permanente, objetivando a proteção da população e do meio ambiente.

No ano de 2017 foram realizadas reuniões com os integrantes do Conselho Consultivo do Meio Ambiente, Promotores de Justiça Regionais, os quais atuam na área ambiental, com a finalidade de debater as adequações dos referidos enunciados aos novos ditames legais.

B) Atualização do material de apoio para atuação dos órgãos de execução do MPSC, composta por Recomendação, TAC e ACP.

- C)** Atualização dos Fluxogramas, conforme as alterações legislativas, que tratam dos Institutos Urbanísticos e a Atuação do Ministério Público;
- D)** E-mail remetido às Promotorias de Justiça, em 14/12/2017, com intuito de atualizar as informações sobre os encaminhamentos adotados, objetivando a prestação de contas das ações previstas no Planejamento Estratégico relacionadas à necessidade de elaboração dos diagnósticos socioambientais, os quais servem de documento norteador da atuação de políticas urbanas, a fim de coibir, ou pelo menos diminuir, os danos ambientais sobre o município, identificando as áreas urbanas consolidadas, as áreas de risco e as áreas de relevante interesse ecológico.

Vale ressaltar que o diagnóstico socioambiental é um instrumento norteador da atuação de política urbana, o qual servirá para coibir, ou pelo menos diminuir, as consequências dos desastres naturais sobre a população, identificando as áreas urbanas consolidadas, as áreas de risco e as áreas de preservação permanente.

RESULTADOS

- A)** Elaboração dos diagnósticos socioambientais: a situação, segundo dados até dezembro de 2017, em relação aos municípios que já finalizaram seus diagnósticos socioambientais ou estão em fase de elaboração, bem como da atuação das Promotorias de Justiça, é a seguinte:

	2016	2017
DIAGNÓSTICO FINALIZADO	9	16
DIAGNÓSTICO EM ELABORAÇÃO	37	54
ATUAÇÃO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA		
INQUÉRITO CIVIL INSTAURADO	8	65
RECOMENDAÇÃO EXPEDIDA	32	34
TAC FORMALIZADO	7	18
ACP AJUIZADA	11	30

- B)** Fluxogramas atualizados conforme as alterações legislativas.



4.1 LICENCIAMENTO AMBIENTAL MUNICIPAL

OBJETIVO

Adequar os órgãos ambientais municipais às exigências legais, técnicas e estruturais para o desenvolvimento de licenciamento e das atividades de fiscalização ambiental com impacto local, garantindo que a política pública de proteção ambiental seja efetivada com integral respeito às normas e princípios ambientais.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

- A)** Constante atualização dos dados relacionados aos municípios que passaram à condução do processo de licenciamento ambiental após novembro de 2015.
- B)** Remessa de e-mail aos Promotores de Justiça das respectivas Comarcas em que os municípios deram início ao processo de licenciamento e fiscalização ambiental até novembro de 2015, a fim de que fornecessem o levantamento das ações realizadas pelas Promotorias de Justiça, exigindo que a municipalidade tenha estrutura mínima para desenvolver tal atividade adequadamente (29/11/2016).
- C)** Realização de palestras que elucidam a importância e imprescindibilidade de estruturação adequada dos órgãos ambientais municipais que passam a exercer a atividade de licenciamento ambiental.

RESULTADOS

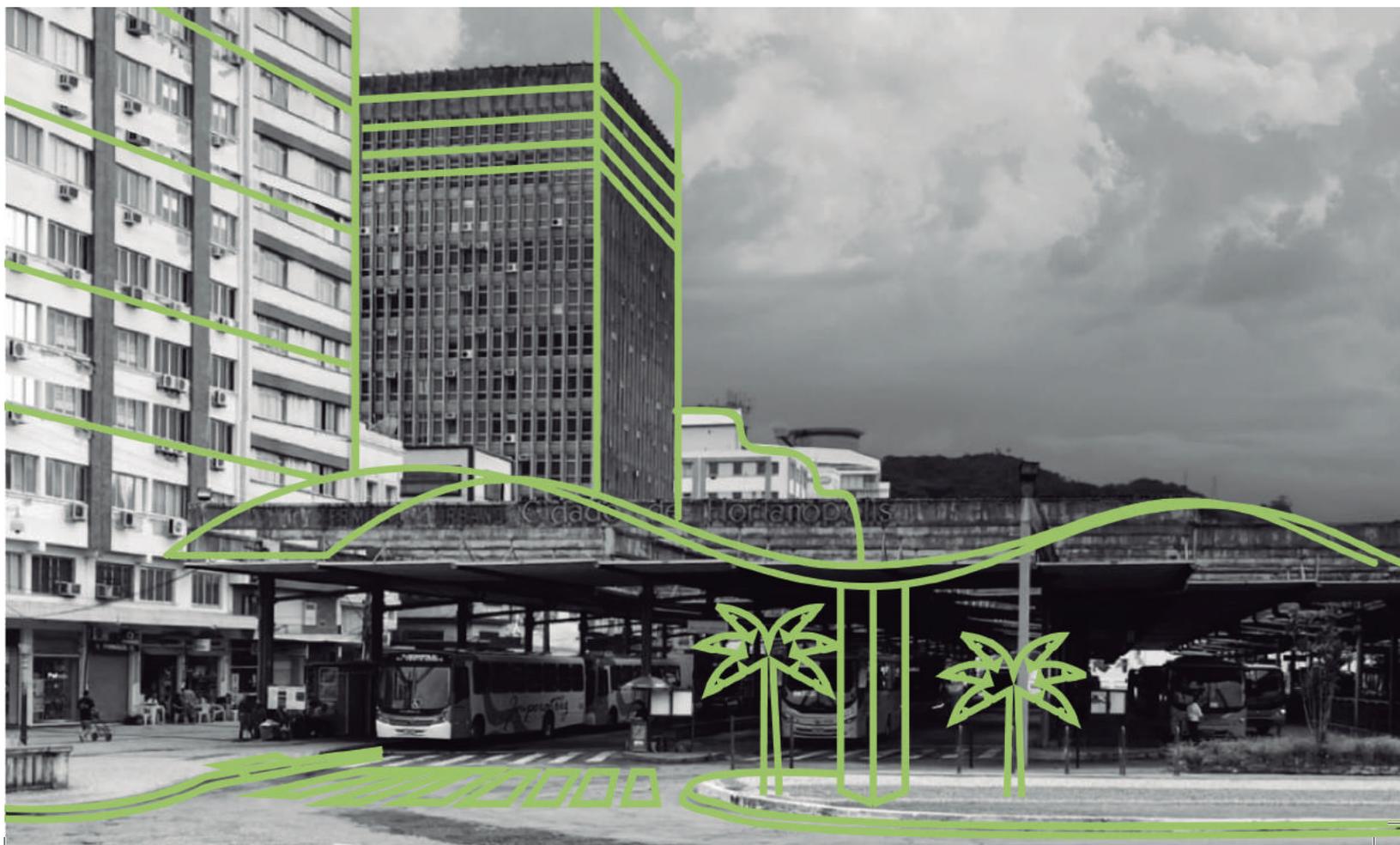
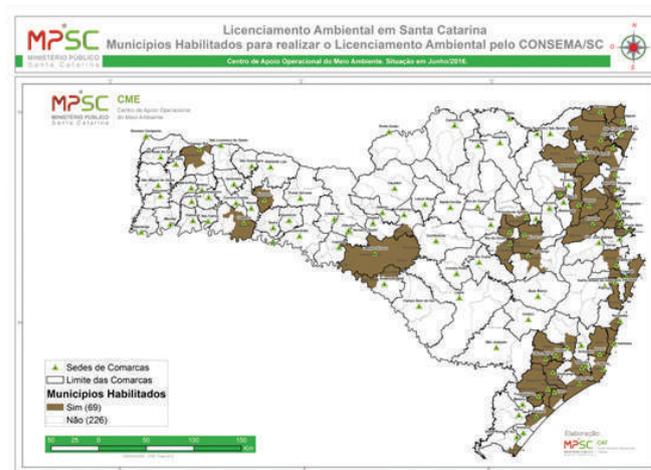
- A)** A partir de 2015, com o incremento da ação do MPSC, com as PJs cobrando a adequação dos municípios as normas legais e administrativas para a condução do licenciamento, houve uma redução drástica de municípios que se consideram habilitados.

Vale destacar que, adotando-se a entrada em vigor da Lei nº 140/2011, como um marco relativo ao licenciamento ambiental efetuado por municípios para atividades geradoras de impacto local, em Santa Catarina, tem-se:

Ano	Nº devMunicípios Habilitados para o Exercício do Licenciamento
2007	07
2008	07
2009	03
2010	01
2011	04
2012	09
2013	09
2014	17
2015	22
2016	07
2017	10

Resultados das medidas adotadas pelos órgãos de execução do Ministério Público, conforme resposta exarada no segundo semestre de 2017:

- Notícia de Fato – 1;
- PP/IC – 19 ;
- TAC – 12;
- ACP – 2.



OBJETIVO ESTRATÉGICO 7

COMBATER A CORRUPÇÃO E DEFENDER COM EFICIÊNCIA O PATRIMÔNIO PÚBLICO E A MORALIDADE ADMINISTRATIVA

OBJETIVO

Tornar mais eficiente a atuação ministerial na tutela da moralidade administrativa e do patrimônio público, por meio do estabelecimento de um padrão de rotinas e fluxos de trabalho estrategicamente planejados, que leve em consideração as dificuldades inerentes à demanda dessa área específica

RESPONSÁVEIS

Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa (CMA) e Promotores de Justiça com atuação na Defesa da Moralidade Administrativa



INICIATIVAS ESTRATÉGICAS IMPLEMENTADAS

1 PROGRAMA TRANSPARÊNCIA E CIDADANIA

OBJETIVO

Promover o cumprimento das Leis de Acesso à Informação e da Transparência, pelos órgãos da administração pública, direta e indireta, estaduais e municipais.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

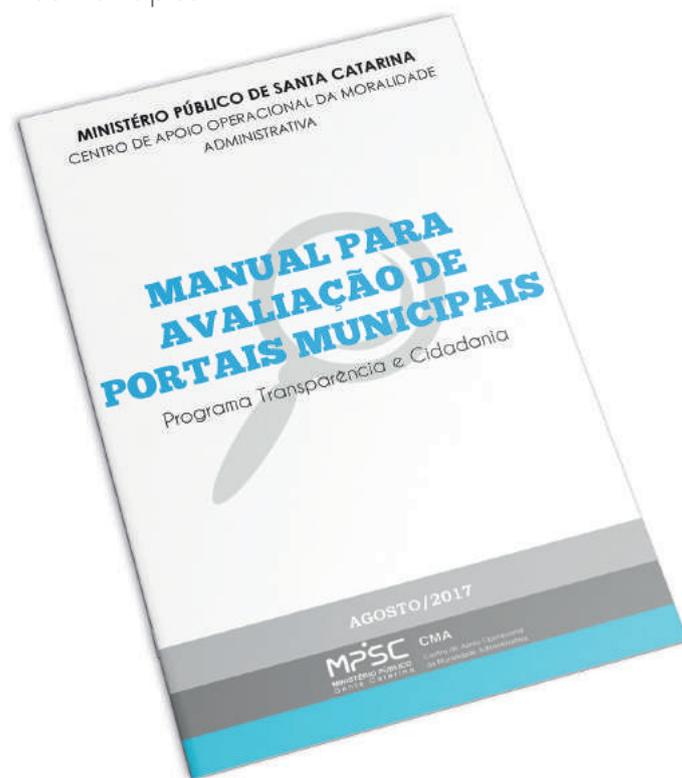
Em seu quarto ano de existência, o Programa Transparência e Cidadania sofreu profundas alterações e estendeu seu escopo de atuação para além da avaliação dos portais municipais.

- A)** Notificação às empresas de informática organizadoras dos portais públicos, de forma a preservar os dados no início dos mandatos dos Prefeitos Municipais.
- B)** Avaliação dos portais dos Poderes estaduais e do próprio MPSC, com o encaminhamento das conclusões aos Chefes de cada Poder.
- C)** Produção do Manual de Avaliação dos Portais Municipais;
- D)** Modificação da metodologia de avaliação dos portais municipais, que passarão a ser realizadas sob demanda.
- E)** Análise das avaliações realizadas por outros órgãos de controle, de modo a prover o Promotor de Justiça e os entes públicos avaliados de informações seguras quanto à adequação de seus respectivos

portais e evitando a “concorrência de avaliações”, que confundem o administrador.

RESULTADOS

- A)** Produção do Manual para Avaliação dos Portais de Transparência Municipais, o qual foi disponibilizado para, além dos Promotores de Justiça, autoridades municipais por intermédio das associações regionais de Municípios.



OBJETIVO

Garantir a adequada atuação, na plenitude de suas atribuições, das Unidades de Controle Interno Municipais (UCIs), conforme disposto nos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal. Atuar preventivamente para fortalecer a UCI como canal de comunicação e resolução de irregularidades. Fortalecer a gestão pública municipal e aumentar o ambiente de controle e a transparência, prevenindo a corrupção.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

Iniciativa que estimula o fortalecimento das controladorias internas dos órgãos públicos, enfatizando a conjugação de esforços e o trabalho preventivo como eficazes mecanismos de combate à corrupção. Entre as iniciativas destacam-se as seguintes:

- A)** Produção de 25 modelos de Termos de Ajuste de Conduta, sob solicitação dos Promotores de Justiça.
- B)** Realização de catorze seminários regionais, envolvendo Promotores, Prefeitos e Controladores Internos.
- C)** Diligências junto ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) para aprovação de recomendação que estimule a atuação do Ministério Público no fortalecimento das controladorias.
- D)** Coleta de dados para composição de banco de boas práticas de controle, em elaboração no portal do MPSC.
- E)** Sugestões para aprimoramento do controle interno do Estado de Santa Catarina, encaminhadas pelo Procurador-Geral de Justiça ao Governador do Estado.



RESULTADOS

- A)** Consolidação das parcerias com a CGU e o TCE e ampliação da iniciativa com a participação, nos seminários, de representantes de entidades de vereadores e da Escola de Gestão da FECAM.
- B)** Atuação na Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), que adotou o modelo de TAC e o questionário usados no Unindo Forças como padrões nacionais para fortalecimento das controladorias.
- C)** Apresentação do programa em foros nacionais, como o XIII Encontro Nacional do Conselho Nacional de Controle Interno (CONACI), em Manaus-AM, no mês de outubro, e IV Encontro do Município Sustentável, no mês de abril, em Brasília-DF, promovido pela Frente Nacional de Prefeitos.



PROGRAMA

SERVIÇO PRESTADO, CONTRATO FISCALIZADO

OBJETIVO

Desenvolver metodologia de análise adequada para fiscalização e identificação de padrões de fraude na contratação e execução de serviços de difícil mensuração econômica, como contratos de publicidade e consultoria.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

- A)** Levantamentos teóricos sobre a remuneração das agências e a formação e execução dos contratos de consultoria.
- B)** Compilação de peças judiciais sobre o tema e disponibilização na intranet.
- C)** Pesquisa das despesas com publicidade realizadas pelos candidatos vencedores nas eleições municipais de 2016 nos 50 maiores municípios catarinenses.
- D)** Levantamento dos gastos com publicidade legal e

institucional realizados por todos os Municípios de SC entre 2013 e 2017, e subsequente envio aos Promotores de Justiça.

- E)** Levantamento das despesas com publicidade realizadas pela Administração Pública Estadual.
- F)** Encaminhamento, como sugestão de atuação, de modelo de lei municipal que estimula a publicação das despesas com propaganda no mesmo instrumento que veiculou a mensagem publicitária.

RESULTADOS

- A)** Diálogo consolidado com o Sindicato das Agências de Publicidade de Santa Catarina (SINAPRO).
- B)** Instauração de dezenas de inquéritos civis para apuração de possíveis irregularidades nos contratos de publicidade.



GRUPO ESPECIAL

ANTICORRUPÇÃO (GEAC)

OBJETIVO

A partir do Plano Geral de Atuação para o biênio 2016-2017, cujo tema prioritário, o "Combate à Corrupção para Transformação Social", foi escolhido por votação dos membros, iniciou-se uma nova estratégia de combate à corrupção no Estado: a prevenção e a

repressão à corrupção passaram a permear todas as áreas de atuação da Instituição.

Como primeira medida de implementação do PGA 2016-2017, pelo Ato n. 760/2015/PGJ, foi criado o

Grupo Especial Anticorrupção (GEAC), vinculado à estrutura orgânica do Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa (CMA) e composto por membros do Ministério Público com atuação em destaque na defesa da moralidade administrativa. A atuação do Grupo visa dinamizar as ações ministeriais preventivas e repressivas no combate à corrupção, mediante colaboração com o Promotor de Justiça Natural na investigação e processamento dos casos complexos e de maior repercussão social envolvendo atos de improbidade administrativa e crimes contra a Administração Pública.

A identidade visual objetiva demarcar as ações promovidas pelo Grupo, chamando atenção do Poder Judiciário e da população, deixando evidente que naquela demanda existe primordial bem jurídico tutelado: defesa da moralidade administrativa.

A existência do GEAC na estrutura administrativa da Instituição denota a preocupação com a maximização da eficiência das ações do Ministério Público, ampliando a tutela da moralidade administrativa.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

Em 2017, o GEAC deu continuidade às suas atividades focadas nos critérios da eficiência e repercussão social, elegendo como prioridades processos resultantes de grandes operações estaduais de combate à corrupção.

Em razão da atuação do Grupo, o trabalho em equipe e coordenado entre os membros do Ministério Público possibilitou o ajuizamento de ações com segurança sobre seu conteúdo – pois decorrentes de cuidadosos estudos e discussões –, porém com a agilidade que a gravidade e repercussão dos fatos exigia.

Para deliberação, estudo e discussão das teses, foram realizadas bimestralmente reuniões ordinárias presenciais e virtuais e, sempre que a urgência exigiu, houve reuniões extraordinárias em ambiente virtual,

com economia à Instituição, pois sem necessidade de deslocamento dos integrantes do Grupo, que são lotados em Comarcas distintas.

A partir de solicitações formais dos membros do Ministério Público, os integrantes do GEAC colaboraram com a realização de inúmeros atos de instrução em investigações, além do efetivo ajuizamento e acompanhamento de ações civis públicas por atos de improbidade administrativa e ações penais. O GEAC esteve presente em fases de campo de operações de combate à corrupção desencadeadas por investigações próprias do Ministério Público, participando de interrogatórios, coleta de depoimentos de testemunhas e análise documental. De forma integrada com o Promotor de Justiça Natural, participou de diversas discussões que culminaram com a formalização de termos de colaborações premiadas, relevantes para o deslinde de grandes esquemas de corrupção no Estado de Santa Catarina.

A partir da experiência obtida nos dois primeiros anos de atividade, consolidou-se a estratégia de observar três pilares fundamentais para maior efetividade da atuação ministerial na tutela da moralidade administrativa e do patrimônio público:

- A) agilidade**, dando pronta resposta às solicitações de apoio para buscar melhores resultados à sociedade e respaldo do Poder Judiciário aos pleitos formulados;
- B) cooperação intrainstitucional**, agindo de forma proativa ao estimular o agir concatenado dos membros e servidores em prol da causa comum, em especial com o GAECO, os Centro de Apoio Operacional, as Procuradorias de Justiça e as Coordenadorias de Recursos Cível e Criminal;
- C) profissionalização da atuação**, ao realizar rígido acompanhamento das ações ajuizadas.

RESULTADOS:

Ao completar dois anos de atividade, no final do ano de 2017, o GEAC consolidou-se no MPSC como instrumento de combate à corrupção e colheu diversos resultados em prol da sociedade catarinense, destacando-se os seguintes:

- A)** Houve incremento de mais de 200% nos pedidos para colaboração do GEAC: em 2016, foram 13 Solicitações de Apoio, e em 2017, houve 31 Solicitações de Apoio.
- B)** O GEAC foi reconhecido pelo Conselho Nacional do Ministério Público ao receber o Prêmio CNMP 2017 como terceiro colocado dentre as iniciativas do Ministério Público Brasileiro na categoria “Redução da Corrupção”.
- C)** Nas ações judiciais propostas em 2017 com a colaboração do GEAC, buscou-se ressarcir aos cofres públicos e sancionar os responsáveis em quase 5 (cinco) milhões de reais decorrentes de atos criminosos e ímprobos cometidos por agentes públicos e particulares em Santa Catarina.



Gráfico aumento da demanda: 238,5%



5.1 PRODUÇÃO DE MANUAIS

Foram produzidos diversos guias e manuais que foram remetidos aos Promotores de Justiça, dentre os quais, o manual *Noções Gerais sobre Orçamento Público e Responsabilidade Fiscal*, que visa atender antigo pedido dos Promotores de Justiça quanto à necessidade de capacitação para acompanhamento dos orçamentos públicos.

O CMA produziu, ainda, o Guia para Consulta de Cadastros Nacionais de Empresas Punidas, roteiro que auxilia o Promotor de Justiça a pesquisar, em diversos acervos nacionais, eventuais restrições lançadas contra empresas sob investigação. O referido material foi também disponibilizado às autoridades municipais por intermédio das associações regionais de Municípios, o que bem ilustra a preocupação do MPSC com a prevenção da prática de ilícitos.

5.2 PARCERIA INSTITUCIONAL

No final do ano, o MPSC celebrou parceria institucional com a Associação Nacional da Indústria Cerâmica (ANICER), entidade que se comprometeu a colaborar com as investigações ministerial remetendo informações acerca da má utilização de blocos de cerâmica em obras públicas e privadas, além de realizar a avaliação técnica do material, o que certamente impulsionará a atuação do MP na fiscalização de empreendimentos públicos.





OBJETIVO ESTRATÉGICO 8

PREVENIR E REPRIMIR A SONEGAÇÃO FISCAL NOS ÂMBITOS ESTADUAL E MUNICIPAL

OBJETIVO

Atuar no combate aos crimes contra a ordem tributária, destacando perante a sociedade em geral a importância da arrecadação regular de tributos, com o objetivo de criar uma nova consciência de cidadania fiscal, a partir da aplicação de medidas pedagógicas de combate à sonegação fiscal e da posterior e necessária repressão aos crimes dessa espécie.

RESPONSÁVEIS

Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária (COT) e Promotorias de Justiça.



INICIATIVAS ESTRATÉGICAS IMPLEMENTADAS

1 PROGRAMA SAÚDE FISCAL DOS MUNICÍPIOS

OBJETIVO

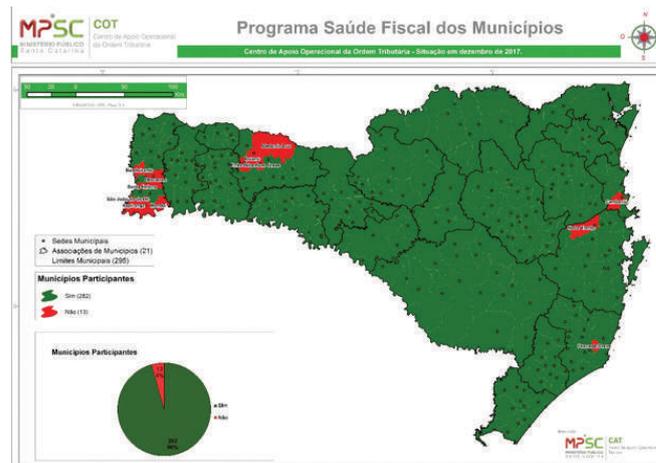
Incentivar a implementação de estrutura, fiscalização e cobrança dos tributos municipais, visando ao combate aos crimes contra a ordem tributária (Lei n. 8.137/90).

AÇÕES DESENVOLVIDAS

- A)** Participação na 13ª Edição do Congresso Catarinense de Secretários de Finanças, Contadores Públicos e Controladores Internos Municipais (FECAM), além de periódica atuação em Reuniões Técnicas com integrantes do CONFAZ-M, Auditores Fiscais e Prefeitos Municipais, com o objetivo de expor a atuação Institucional no combate à sonegação fiscal de tributos municipais e à renúncia de receita tributária.
- B)** Continuidade dos diálogos com os municípios que ainda não aderiram ao Programa, objetivando apresentar as estratégias de atuação e ampliar sua abrangência.
- C)** Apresentação, em 12 encontros regionais e macrorregionais, abrangendo 276 municípios, aos novos Prefeitos Municipais, dos resultados obtidos pelo programa e as perspectivas e ações a serem desenvolvidas no âmbito do Ministério Público Catarinense, visando conferir maior eficácia no combate à sonegação fiscal e à renúncia tributária municipal.

RESULTADOS

- A)** Adesão de 27 novos municípios ao Programa Saúde Fiscal, que finalizou o ano de 2017 com o percentual de integração de mais de 95% dos municípios catarinenses.
- B)** Elaboração de metodologia de análise detalhada das receitas públicas municipais, a fim de subsidiar os gestores públicos municipais no planejamento de ações que visem reduzir a renúncia tributária municipal e, assim, garantir maior eficiência na arrecadação tributária, permitindo a prestação e o custeio dos serviços públicos municipais.





OBJETIVO

Os programas objetivam, respectivamente, interagir, contínua e progressivamente, com instituições e órgãos públicos cujas atividades estejam relacionadas à ordem tributária e buscar a responsabilização criminal dos infratores, intensificando a recuperação dos tributos sonegados.

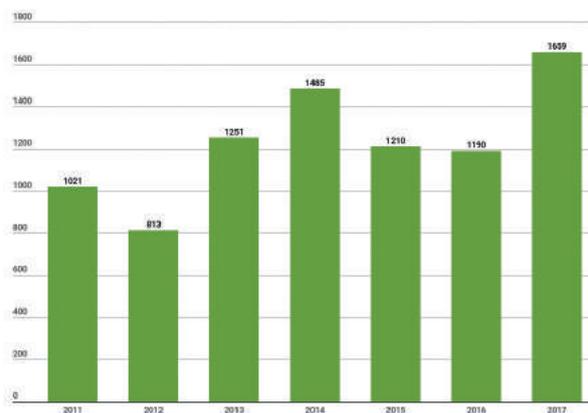
AÇÕES DESENVOLVIDAS

- A)** Reuniões técnicas com a Procuradoria-Geral do Estado a fim de integrá-la ao termo de cooperação técnica entre MPSC e SEF.
- B)** Suporte técnico-jurídico aos Órgãos de Execução de primeiro e segundo grau, com elaboração de minutas de peças processuais e pareceres técnicos específicos da área tributária e penal tributária.
- C)** Reuniões técnicas com a Secretaria de Estado da Fazenda, visando incrementar o combate à sonegação fiscal no Estado.
- D)** O Ministério Público de Santa Catarina fortaleceu as parcerias institucionais com o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, às Associações de Municípios, à Federação Catarinense de Municípios (FECAM), à União de Vereadores, à Federação Nacional dos Auditores Fiscais Municipais (FENAFIM), à Federação Nacional dos Auditores Fiscais Estaduais (FENAFISC) e ao SINDIFISCO/SC, além de outras entidades públicas, por meio de múltiplas reuniões, contatos e eventos próprios, em especial para atuação integrada e voltada a eliminar a sonegação fiscal.

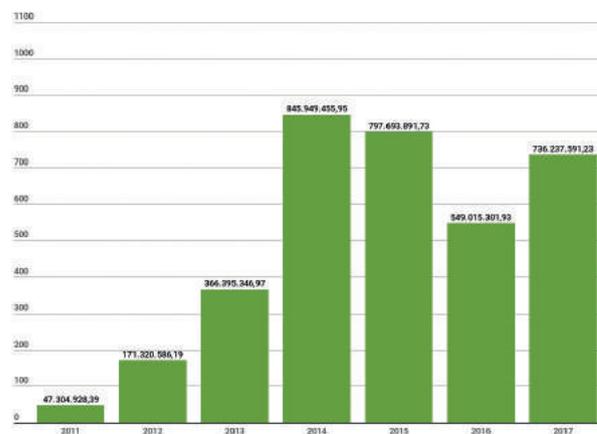
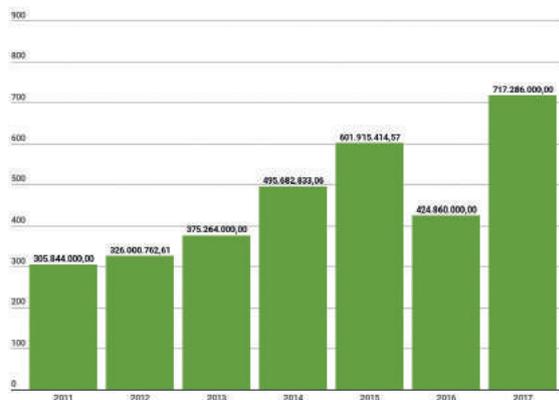
RESULTADOS

- A)** Integração da Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina na parceria consolidada entre o Ministério Público e a Secretaria de Estado da Fazenda, compondo a criação do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos – CIRA-SC.
- B)** Atendimento, por meio do Centro de Apoio da Ordem Tributária, de 568 solicitações de apoio das Promotorias de Justiça e Procuradorias de Justiça Criminais com atribuições na ordem tributária.
- C)** Como resultado da repressão à sonegação fiscal no âmbito Estadual foram propostas, pelos Órgãos de Execução com atribuições na ordem tributária, 1.659 ações penais, de acordo com os Relatórios da Corregedoria-Geral e especificamente das Promotorias Regionais da Ordem Tributária de Lages, Chapecó, Joinville, Criciúma, Blumenau, Itajaí e de Florianópolis, envolvendo montante sonegado/denunciado de mais de R\$ 717 milhões.

Denúncias oferecidas

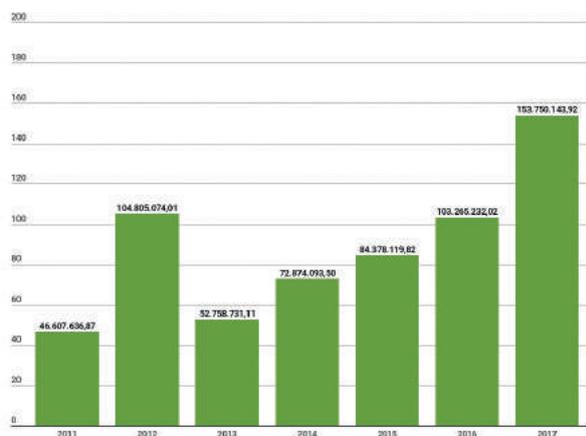


Valores sonegados



No decorrer de 2017, a continuidade da atuação coordenada do Ministério Público no combate aos crimes contra a ordem tributária resultou em um incremento de arrecadação do Estado de R\$ 153.750.143,92, diretamente recolhidos aos cofres públicos, finalizando-se, no último dia do ano, com um saldo de parcelamentos tributários originários de procedimentos investigativos e ações penais, a serem recolhidos pelos investigados por delitos tributários, de R\$ 736.237.591,23.

- D) O Programa Combate à Sonegação Fiscal foi o vencedor do prêmio do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), na categoria Unidade e Eficiência da Atuação Institucional e Operacional. Concorreram ao Prêmio CNMP 1.077 iniciativas do Ministério Público brasileiro, em nove categorias.





OBJETIVO

Garantir a isonomia tributária e o respeito à capacidade contributiva assegurados na Constituição Federal (art. 150, II, e art. 145, § 1º), atendendo aos princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade administrativa, a fim de evitar a concessão indiscriminada de benefícios fiscais em detrimento da arrecadação tributária do Estado e dos Municípios catarinenses, bem como impedir desvirtuamentos de conduta de agentes públicos na concessão de benefícios fora das hipóteses legais ou, ainda, a falta de fiscalização e acompanhamento das condições eventualmente fixadas para sua concessão, de forma a garantir a transparência e a isonomia de tratamento tributário.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

- A)** Expedição de ofício aos Prefeitos Municipais orientando quanto à necessidade de elaboração de estudos para a adequação da legislação local, especialmente para a revogação de benefícios fiscais concedidos em desconformidade às novas regras estabelecidas pela legislação federal (Lei Complementar n. 157/2016).
- B)** Encaminhamento de ofício à Federação Catarinense de Municípios sugerindo o acompanhamento e a elaboração de estratégias conjuntas para garantia do cumprimento, pelos Municípios catarinenses, das diretrizes previstas na Lei Complementar n. 157/2016.
- C)** Apresentação do programa Transparência Fiscal para Prefeitos e Secretários de Fazenda municipais, em 12 encontros regionais e macrorregionais, abrangendo 276 Municípios, destacando seus objetivos e iniciativas para o biênio, especialmente

quanto à necessidade de regularização das respectivas leis tributárias municipais à Lei Complementar n. 157/2016 e às consequências de seu descumprimento.

- D)** Análise das leis estaduais regulamentadoras da concessão de benefícios fiscais como isenção, anistia, remissão ou tratamento tributário diferenciado.

RESULTADOS

- A)** Expressivo comparecimento de prefeitos, secretários de fazenda e fiscais tributários municipais nos encontros macrorregionais de apresentação do programa realizados nas Associações de Municípios Catarinenses, fortalecendo a atuação preventiva e de orientação do Ministério Público Catarinense.
- B)** Propositura da ADI n. 8000014-09.2017.8.24/0000, pelo Procurador-Geral de Justiça e pelo Coordenador-Geral do CECCON, para expurgar do ordenamento jurídico estadual dispositivo que autorizava o chefe do Poder Executivo a implementar benefícios fiscais autorizados pelo CONFAZ sem a edição de lei formal específica aprovada pelo Parlamento catarinense. A ação foi julgada procedente, por unanimidade, em 20 de novembro de 2017, constituindo-se em importante marco na busca da transparência e da isonomia de tratamento tributário em Santa Catarina.
- C)** Propositura de Ação Civil Pública objetivando a declaração incidental de inconstitucionalidade do Decreto Governamental n. 911/2016, com deferimento liminar de medida que suspendeu a concessão de benefícios fiscais ao segmento atacadista no Estado de Santa Catarina, evitando significativa perda de receita ao Estado.

\$



OBJETIVO ESTRATÉGICO 9

ASSEGURAR O PLENO EXERCÍCIO DAS ATRIBUIÇÕES, PRERROGATIVAS E GARANTIAS

OBJETIVO

Assegurar pleno exercício das atribuições, prerrogativas e garantias da Instituição e de seus membros para que possam defender, com eficiência, a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis.

RESPONSÁVEL

Procurador-Geral de Justiça



INICIATIVAS ESTRATÉGICAS IMPLEMENTADAS:

1 ASSEGURAR AS GARANTIAS INSTITUCIONAIS

OBJETIVO

Permitir o crescimento da Instituição na defesa dos interesses da sociedade catarinense, por meio da manutenção das garantias constitucionais.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

- A)** Criação de cargos de Promotores de Justiça.
- B)** Reestruturação administrativa.
- C)** Promotorias de Justiça instaladas.
- D)** Providos cargos de Procuradores de Justiça.
- E)** Posse dos novos Promotores de Justiça.

RESULTADOS

- A)** Cinco transformações de cargos ANB (4 Auxiliar Técnico do MP II e 1 Auxiliar Técnico do MP) para o cargo de Técnico do MP (ANM), face às aposentadorias concedidas, em observância ao parágrafo único do artigo 15 da Lei Complementar estadual n. 223/2002.
- B)** Instalação da 20ª, 21ª, 22ª e 23ª circunscrições do MPSC nas comarcas de Brusque, Jaraguá do Sul, Palhoça e Araranguá.
- C)** Promoção de Procuradores de Justiça: 7.
- D)** Promotores de Justiça empossados: 23.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 10

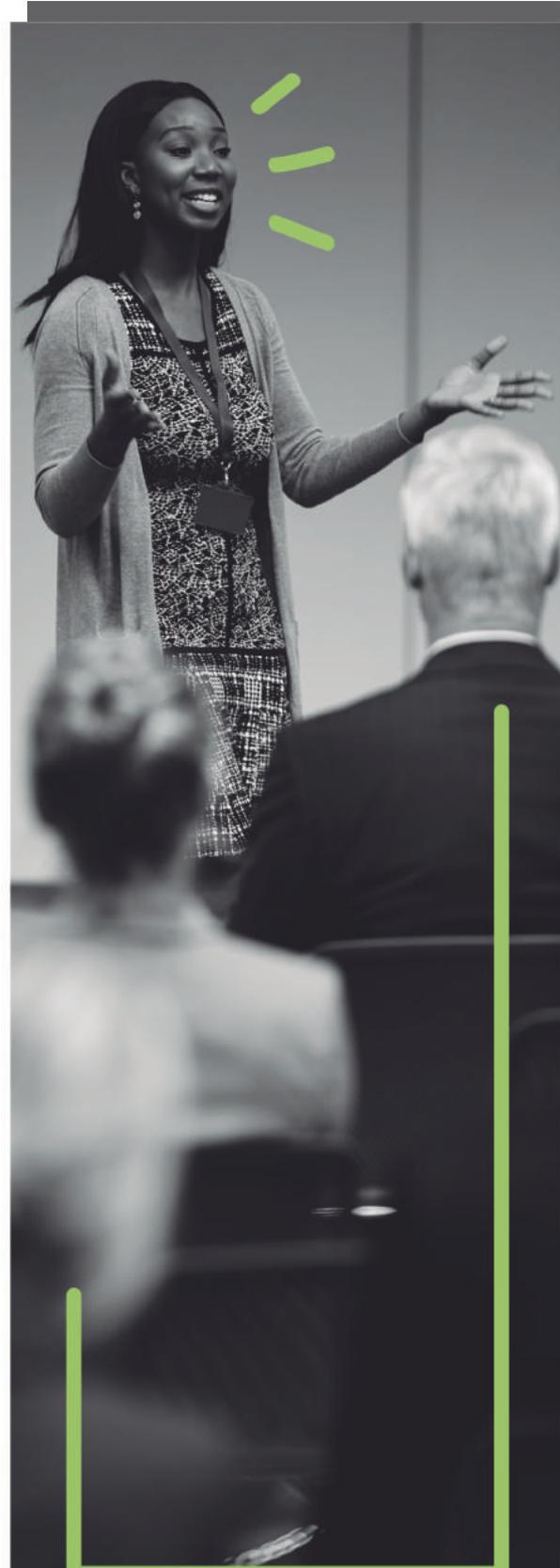
AUMENTO DA CREDIBILIDADE

OBJETIVO

Consolidar a imagem e aumentar a credibilidade do Ministério Público, por meio de atividades que incrementem a efetividade das ações e divulguem o trabalho da Instituição, fomentando a disseminação e a compreensão, pela sociedade, de suas funções e ampliando o conhecimento do trabalho realizado.

RESPONSÁVEIS

Procuradoria-Geral de Justiça Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), Coordenadoria de Comunicação Social (COMSO) e Setor de Atendimento ao Cidadão (SEAC).



INICIATIVAS ESTRATÉGICAS IMPLEMENTADAS

1 PROGRAMA DE EXCELÊNCIA NO ATENDIMENTO AO CIDADÃO

OBJETIVO

Buscar a melhoria da imagem do MPSC mediante o oferecimento de atendimento ágil e de qualidade ao cidadão.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

- A)** Realização de cursos de capacitação para membros, servidores e estagiários sobre “Dinâmicas do Atendimento de Excelência” em nove Comarcas do Estado (Capital, Balneário Camboriú, Chapecó, Criciúma, Joinville, Rio do Sul, Videira e Lages).
- B)** Extensão do Projeto de Posto de Atendimento ao Cidadão instalado no Edifício Campos Salles, em Florianópolis, para Comarcas do Interior com o objetivo de facilitar o acesso ao cidadão, sempre localizado no térreo e com acesso sem a necessidade de identificação prévia.
- C)** Ampliação e atualização contínua de conteúdo acessível no *site* oficial do MPSC (atualização da lista de perguntas frequentes e de dados no Portal da Transparência do MPSC).
- D)** Disponibilização do Guia de Atendimento ao Cidadão a todos os atendentes do MPSC na intranet da instituição, tendo como objetivo harmonizar os fluxos e procedimentos de atendimento ao cidadão e buscar maior isonomia no tratamento das demandas apresentadas.



RESULTADOS

- A)** 150 servidores capacitados em excelência no atendimento ao cidadão.
- B)** 69 membros capacitados em excelência no atendimento ao cidadão.
- C)** Nove Comarcas do Estado receberam o curso “Dinâmicas do Atendimento de Excelência” (Capital, Balneário Camboriú, Chapecó, Criciúma, Joinville, Rio do Sul, Videira e Lages).
- D)** Três novos prédios do MPSC têm em seu projeto o Posto de Atendimento ao Cidadão.
- E)** 2.340 atendimentos realizados pelo Posto de Atendimento ao Cidadão no edifício das Promotorias de Justiça da Capital (Campos Salles) no ano de 2017, sendo 871 pessoais, 439 por telefone e 1.030 de forma eletrônica (e-mail, Facebook e formulário eletrônico).

OBJETIVO

Aproximar o Ministério Público do cidadão.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

- A)** Recebimento de visitas institucionais de escolas e universidades na Procuradoria-Geral de Justiça, visando à ampliação do acesso à Instituição e ao conhecimento e disseminação das suas atribuições.
 - B)** Projeto MPSC em rede - manutenção do Portal.
 - C)** Desenvolvimento de conteúdos específicos para a Rádio MPSC.
 - D)** Curso de *Media Training* para Membros.
 - E)** Desenvolvimento de campanhas exclusivas para redes sociais como “Dicas para proteger as crianças na internet” (fevereiro) e Semana Nacional do Trânsito (setembro).
 - F)** Desenvolvimento da campanha “Bullying, isso não é brincadeira” com o objetivo de prevenir e combater a prática do *bullying* nas escolas catarinenses por meio de ampla campanha intersetorial de conscientização a respeito do tema.
 - G)** Desenvolvimento da Campanha Gratuidade do SUS com o objetivo de explicar que todos os atendimentos realizados em hospitais públicos ou credenciados ao Sistema Único de Saúde são integralmente gratuitos. Foram desenvolvidos cartazes para distribuição nos estabelecimentos públicos e privados credenciados ao SUS e *posts* para redes sociais.
 - H)** Desenvolvimento da campanha Violência Obstétrica.
- O material teve como objetivo orientar as mulheres e profissionais da saúde sobre a Lei Estadual n. 17.097/17, a qual dispõe sobre a implantação de medidas de informação e proteção à gestante e parturiente contra a violência obstétrica no Estado de Santa Catarina. O conteúdo foi adaptado para vídeos e *posts* em redes sociais.
- I)** Desenvolvimento da ação “É o fim da Picada!”. O material teve como objetivo orientar a população catarinense sobre os perigos do mosquito *Aedes Aegypt* na transmissão da Dengue, Zika e Chikungunya. O *posts* trazia uma versão bem-humorada do mosquito “preocupado” com as atitudes dos humanos que estavam trabalhando para acabar de vez com o mosquito. Além do *posts*, foram produzidos *posts* para redes sociais, página no Portal do MPSC e matérias jornalísticas.
 - J)** Desenvolvimento do material informativo sobre violência doméstica. O *posts* trazia informações explicativas sobre o que é violência doméstica, o que são medidas protetivas e como fazer para denunciar. O mesmo material foi adaptado para redes sociais.
 - K)** Promoção da campanha “Você é o tipo de alguém” com o objetivo de estimular novos doadores de sangue em todo Estado.
 - L)** Desenvolvimento da comunicação visual do evento “Doenças Mentais: Falar para Prevenir, Conhecer para Tratar” para o “Setembro Amarelo”. O evento pretende incentivar ações que chamem a atenção da sociedade para a questão do suicídio como um problema de saúde pública que deve ter a atenção de todos e pode ser evitado.

- M)** Pelo quinto ano consecutivo, o MPSC aderiu às campanhas “Outubro Rosa” e “Novembro Azul”. Nos meses de outubro e novembro, foram publicadas, no Portal, na Intranet e no canal do YouTube notícias sobre fatores de risco, dicas para evitar o câncer de mama e próstata e informações do direito à saúde garantido pela Constituição Federal.
- N)** Iniciada a reestruturação da campanha “O que você tem a ver com a corrupção?” - projeto reconhecido internacionalmente que tem viés educativo e busca conscientizar a sociedade a partir do incentivo à honestidade e à transparência das atitudes do cidadão.
- O)** Relacionamento com a imprensa.
- P)** Criação de identidade visual para eventos.
- Q)** Desenvolvimento de vídeos jornalísticos e institucionais para publicação no canal do YouTube, página do Facebook e Portal do MPSC.

RESULTADOS

- A)** Cinco visitas institucionais de universidades públicas e privadas do Estado.
- B)** Número de seguidores do MPSC no Twitter: 29.182.
- C)** Número de visualizações dos vídeos do MPSC no Youtube: 266.063.
- D)** Número de pessoas alcançadas no Facebook: 1.666.500.
- E)** Número de curtidas no Facebook: 30.298.
- F)** Número de visitas únicas ao Portal do MPSC: 4.948.961.
- G)** Número de matérias produzidas para o Portal MPSC: 936.
- H)** Número de inscrições no canal YouTube: 3.359
- I)** Número de vídeos produzidos:146.
- J)** As campanhas exclusivas para redes sociais “Dicas para proteger as crianças na internet” (fevereiro) teve onze posts e um alcance de 12.790 pessoas. Já a Semana Nacional do Trânsito (setembro) alcançou aproximadamente 12.088 pessoas em sete postagens.
- K)** Para a ação “É o fim da picada!”, foi disponibilizada a arte de *folder* para quem teve interesse em imprimir o material. Acompanharam a ação *posts* de Facebook e matérias no Portal.
- L)** A campanha “Bullying, isso não é brincadeira” teve a impressão de 1.500 cartazes, 3 mil gibis de colorir, 5 mil cartilhas informativas, 2 mil marcadores de páginas e 3.500 *flyers*. Todos os materiais foram distribuídos para as promotorias com atuação na área da infância e juventude. Foi produzido um vídeo sobre o tema e publicado no YouTube que teve 455 visualizações e no Facebook com 2.894 visualizações e mais de 12 mil pessoas alcançadas. Além disso, foi produzido um programa especial “Promotor Responde”, publicado no YouTube. Foram publicados *posts* no Facebook com alcance de mais de 5 mil pessoas. Matérias especiais no portal e na Rádio MPSC também foram produzidas, além de uma página de campanha para quem tiver interesse em fazer *download* dos materiais criados.
- M)** A campanha Violência Obstétrica teve como peça principal um *folder* explicativo sobre o que é, como prevenir e identificar a prática dessa violência. Foram impressos 5 mil *folders* e distribuídos para gestantes na rede pública de saúde. Uma sequência de *posts* foram publicados na página do Facebook com um total de 6.784 compartilhamentos e mais de 23.500 pessoas alcançadas. Matérias especiais no portal e na Rádio MPSC também foram produzidas e uma

página de campanha para quem tiver interesse em fazer download dos materiais criados.

- N)** Para a campanha Violência doméstica foi impresso 5 mil unidades de um folder com informações sobre o assunto. O material foi destinado para Polícia Civil da Capital que fez a distribuição em atendimentos a vítimas. Para alcançar todo o Estado foram desenvolvidos posts para redes sociais mais de 11 mil pessoas alcançadas. Matérias especiais no portal e na Rádio MPSC também foram produzidas e uma página de campanha para quem tiver interesse em saber mais sobre o assunto também foram criadas.
- O)** Nas ações para “Outubro Rosa” e “Novembro Azul” foram criados conteúdos para redes sociais e matérias especiais no Portal.
- P)** O evento “Doenças Mentais: Falar para Prevenir, Conhecer para Tratar” teve a distribuição de 1.000 flyer de divulgação, 200 cartazes impressos, matérias especiais para Portal e posts de facebook.
- Q)** Em 2017, o MPSC realizou 937 atendimento à imprensa.
- R)** Foram criadas cerca de identidades visuais para oito evento estaduais ou nacionais promovidos pelo MPSC.
- S)** O MPSC produziu 6 vídeos para o Programa Alcançe, 27 vídeos Institucionais e 15 Programas Promotor Responde.



A Rádio MPSC é um serviço web que visa ampliar a comunicação da Instituição com a sociedade. De caráter pedagógico e gratuito, os produtos do novo veículo são produzidos em arquivos de mídia digital para possibilitar o download e o compartilhamento pela internet. Os arquivos digitais produzidos pela Rádio MPSC estão disponíveis no Portal da Instituição e podem ser utilizados por emissoras de rádio de difusão, comunitária e por toda a sociedade. O ato que instituiu a Rádio MPSC proíbe, porém, a utilização dos produtos da Rádio MPSC em publicações de caráter promocional, comercial, político-eleitoral ou publicitário.

AÇÕES DESENVOLVIDAS:

- A)** Implementação da Rádio MPSC com desenvolvimento de Programas específicos.

RESULTADOS:

- A)** Produção de conteúdo e compartilhamento com a imprensa Estadual. Foram produzidos 203 áudios do Programete “MPSC Notícias”, 12 áudios em formato Spot; Programete Você Sabia foram 61 áudios; Entrevista da Semana 19 áudios e boletim Destaques da Semana 16 áudios.



4 GRUPO DE VALORIZAÇÃO À ÉTICA E À CIDADANIA (GVEC)

O grupo é uma iniciativa preventiva e interdisciplinar que tem como objetivo promover e coordenar ações educativas relacionadas à construção da cidadania, à prevenção da corrupção e ao fortalecimento da honestidade nas relações interpessoais.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

- A)** Implementação do Programa Cultivando Atitudes com realização do projeto piloto .
- B)** Início de estudo de reformulação da campanha “O que você tem a ver com a corrupção?”

RESULTADOS

- A)** Em dezembro de 2017, quatro Promotores de

Justiça realizaram o projeto piloto do Programa Cultivando Atitudes e quase 200 crianças foram impactadas. As palestras aconteceram na Capital, Erval Velho, Concórdia e Tubarão.

- B)** Reestruturação da campanha “O que você tem a ver com a corrupção?”. O personagem Zé Moral vai ganhar novas responsabilidades e uma família e a partir delas contará novas histórias, que serão divulgadas por meios digitais e gibis.
- C)** A campanha “O que você tem a ver com a corrupção?” foi reconhecida pelo CNMP como a primeira iniciativa de combate à corrupção do Ministério Público brasileiro.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 11

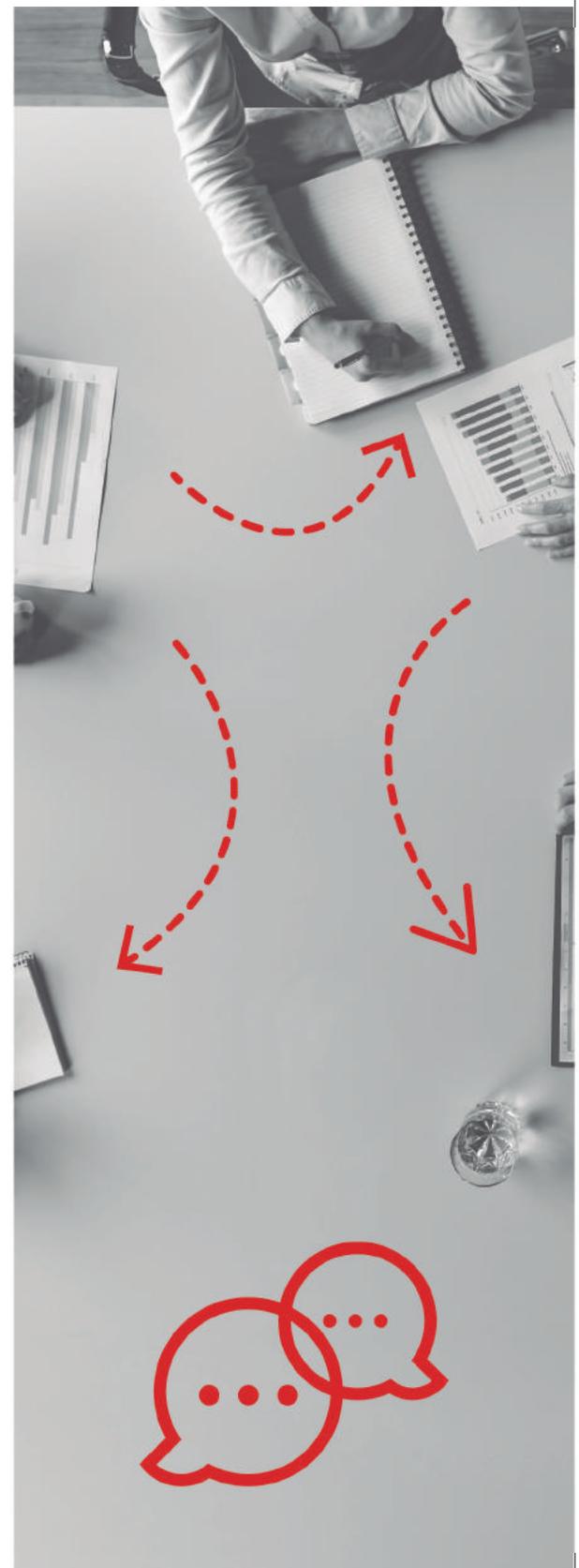
AUMENTAR A EFETIVIDADE E A PROATIVIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA

OBJETIVO

Desenvolver ações e criar mecanismos institucionais que contribuam para o aumento da efetividade e da proatividade das ações realizadas pelo Ministério Público.

RESPONSÁVEIS

Procuradoria-Geral de Justiça e Centro de Apoio Operacional Técnico (CAT).



INICIATIVAS ESTRATÉGICAS IMPLEMENTADAS

1 PROGRAMA DE INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA PARA AS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

OBJETIVO

Buscar maior efetividade da atuação investigativa do Ministério Público mediante apoio técnico aos órgãos de execução.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

- A)** Atuação junto com o Centro de Apoio dos Direitos Humanos e Terceiro Setor no Programa SC Acessível e em curso EAD de acessibilidade em vias e edificações para profissionais responsáveis pela aprovação e fiscalização dos respectivos projetos arquitetônicos, cujos dados serão informados por aquele Centro de Apoio.

RESULTADOS

- A)** Duas gerências do Centro de Apoio Operacional Técnico (CAT) receberam 177 demandas e resolveram outras 250 no mesmo período. As principais áreas de atuação resumem-se em Fundações e Terceiro Setor, Meio Ambiente, Moralidade Administrativa e Cidadania.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 12

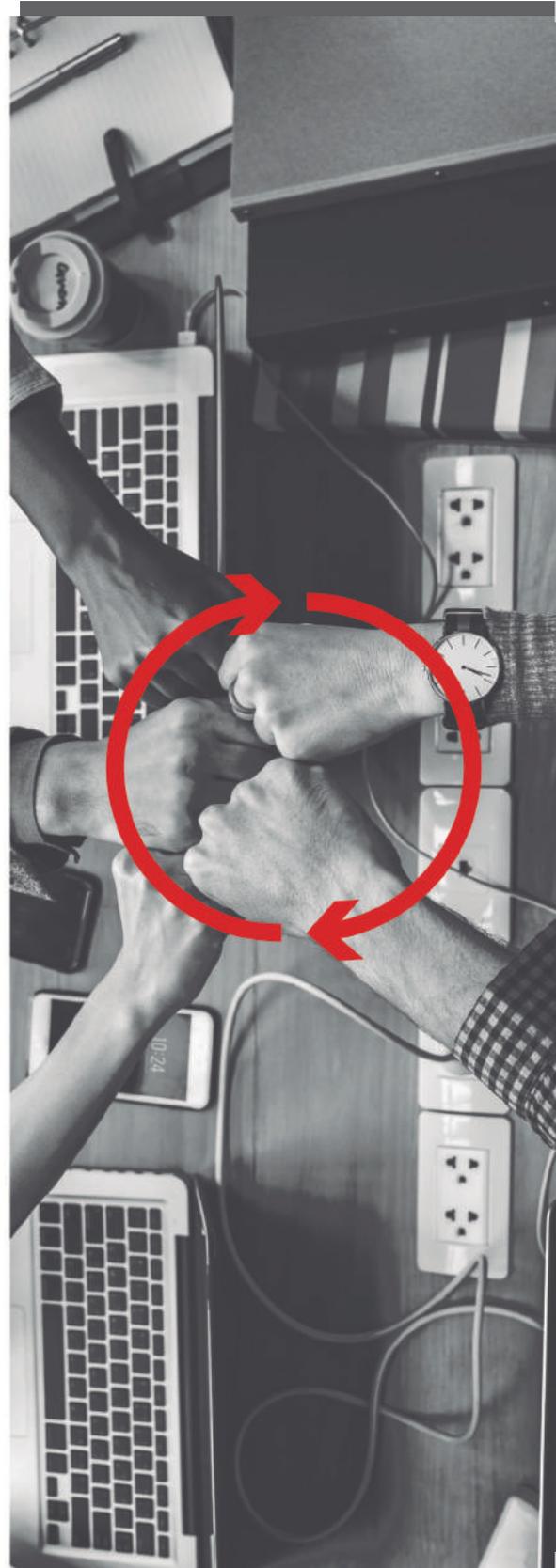
MELHORAR AS RELAÇÕES COM OS STAKEHOLDERS

OBJETIVO

Fomentar e fortalecer o relacionamento institucional, inclusive mediante proposta de ações conjuntas com os Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo e com outras entidades públicas e privadas que possam contribuir para a viabilização dos objetivos institucionais do Ministério Público.

RESPONSÁVEIS

Procuradoria-Geral de Justiça, Centros de Apoio Operacional, Promotores de Justiça, Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) e Coordenadoria de Informações Sociais (COINFO)



INICIATIVAS ESTRATÉGICAS IMPLEMENTADAS

11 PROGRAMA PARA A PROMOÇÃO DE PROJETOS CONJUNTOS COM OS STAKEHOLDERS

OBJETIVO

Conceber e implementar mecanismo de atuação sinérgica, envolvendo o Ministério Público de Santa Catarina e os seus principais *stakeholders*, com o propósito de identificar objetivos, preocupações comuns e alternativas aptas à viabilização de soluções.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

A) Realização de cursos e eventos de capacitação em parceria com os *stakeholders*, fomentando a atuação conjunta e a melhoria dos serviços prestados à sociedade

RESULTADOS

A) Realização dos eventos I Encontro Estadual sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e Seminário de Inteligência, que, ao todo, capacitaram mais de 350 participantes, entre membros e servidores do MPSC e servidores de órgãos parceiros.

B) Em 2017, foram realizados 61 cursos para o público interno, 55 para o público externo, 23 cursos em EAD e mais 12 disciplinas do Curso de Pós-graduação.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 13

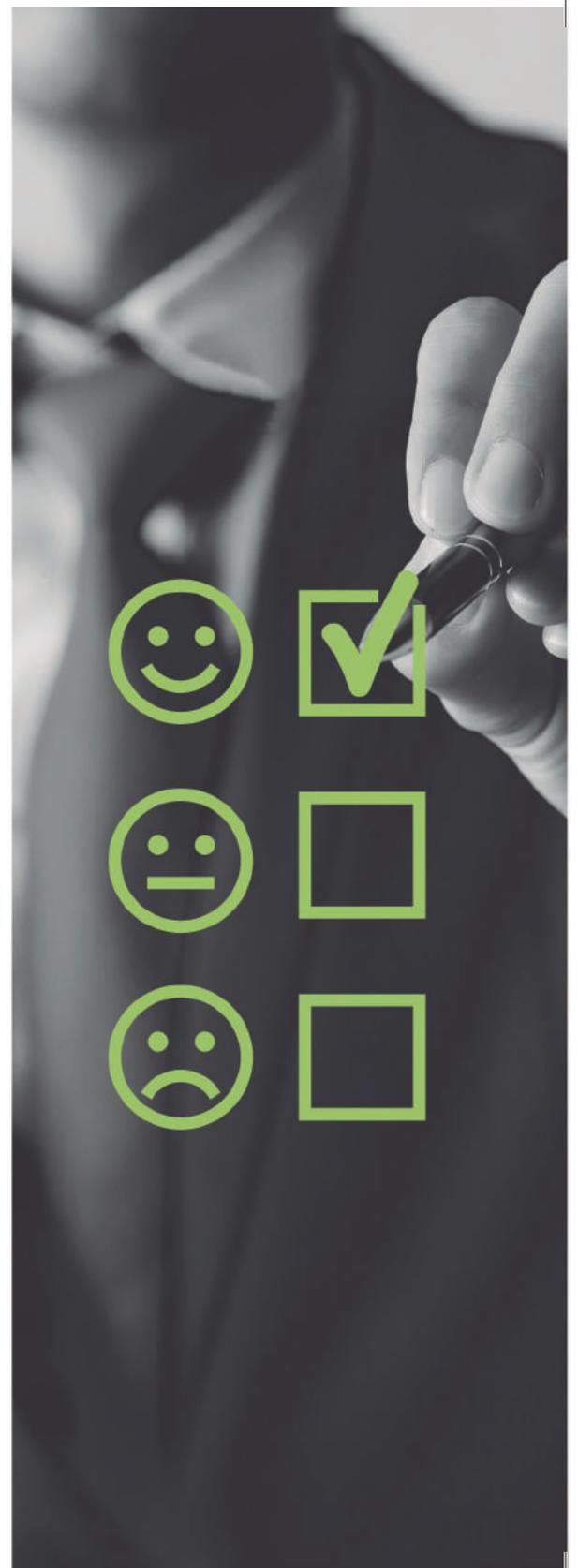
APRIMORAR A AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

OBJETIVO

Desenvolver e implantar um sistema de avaliação de resultados das ações do Ministério Público que possibilite a melhoria dos serviços prestados à sociedade.

RESPONSÁVEIS

Coordenadoria-Geral Administrativa (COGER) e Coordenadoria de Planejamento (COPLAN).



INICIATIVAS ESTRATÉGICAS IMPLEMENTADAS

1 PROGRAMA DE APRIMORAMENTO DA AVALIAÇÃO DE RESULTADO

OBJETIVO

Monitorar, avaliar e divulgar os resultados das ações institucionais.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

- A)** Revisão anual e acompanhamento das ações do Planejamento Estratégico 2012-2022.
- B)** Elaboração do Plano Geral de Atuação (PGA), biênio 2018-2019.
- C)** Elaboração do Relatório de Gestão Institucional (RGI 2016).
- D)** Aquisição do Sistema Integrado de Gestão Administrativa (SIGA). O novo sistema integrará toda a área administrativa da Instituição, por meio de plataformas, e promoverá a melhoria dos fluxos e rotinas, reunindo dados e processos administrativos em uma única solução, constituindo um *Interprise Resource Planning* (ERP), que significa “Sistema de Gestão Empresarial”.
- E)** Publicação das informações institucionais no Portal da Transparência, em cumprimento à Lei de Acesso à Informação (LAI) e às Resoluções do CNMP (nº 86/2012, nº 89/2012 e nº 115/2014).

RESULTADOS

- A)** Percentual de desempenho das estratégias previstas no Planejamento Estratégico (PE): 78,12%. O indicador é calculado tendo como base os índices de

alcançe das metas, acima de 70%, dos indicadores estratégicos e o de execução das ações (Projetos e Atividades), em andamento e/ou finalizadas.

- B)** Índice de cumprimento das estratégias previstas para o Plano Geral de Atuação (PGA): 65,18%. Este percentual é mensurado por meio dos índices de alcance das metas, acima de 70%, dos Indicadores Sociais, e o de execução dos Projetos, em andamento e/ou finalizados.
- C)** Realização, pela Comissão de Gestão de Planejamento Estratégico do MPSC, de Reuniões de Análise da Estratégia (RAEs).
- D)** Conquista do 1º lugar no *ranking* do “Transparentômetro”, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que avalia os Portais da Transparência de todos os ramos do Ministério Público brasileiro.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 14

CONSOLIDAR TESES INSTITUCIONAIS

OBJETIVO

Definir e consolidar teses jurídicas que reflitam o entendimento majoritário dos Membros do Ministério Público catarinense e sirvam de paradigma orientador da atuação ministerial.

RESPONSÁVEIS

Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) e Conselho de Consolidação de Teses Institucionais.



INICIATIVAS ESTRATÉGICAS IMPLEMENTADAS

11 PROGRAMA PARA INCREMENTO DA ATUAÇÃO DO CONSELHO DE CONSOLIDAÇÃO DE TESES INSTITUCIONAIS

OBJETIVO

Promover estudos para o desenvolvimento de novas estratégias de divulgação e mecanismos de mensuração das teses institucionais no dia a dia das Promotorias de Justiça.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

A) Consolidação de teses institucionais.

RESULTADO

A) Nove teses institucionais consolidadas até 2017.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 15

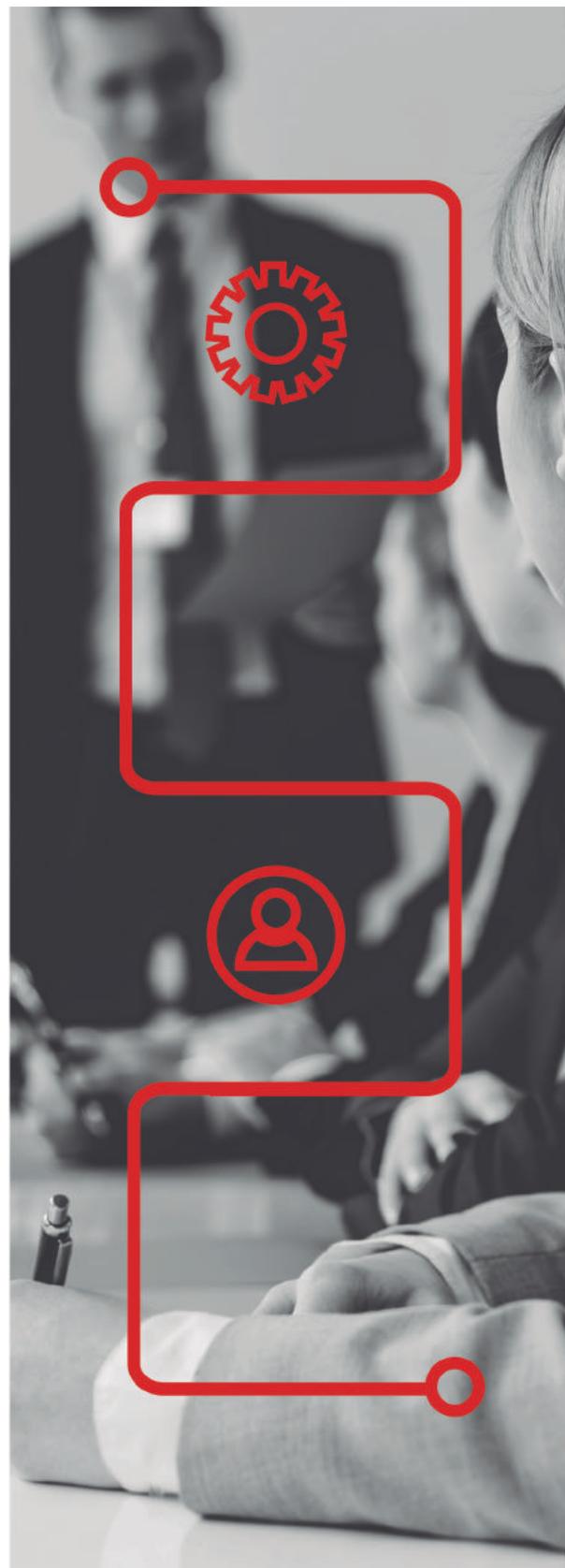
OTIMIZAR E POTENCIALIZAR A ATUAÇÃO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

OBJETIVO

Otimizar a ação e potencializar os resultados das ações desenvolvidas pelas Promotorias de Justiça, mediante a implementação de propostas de atuação plena e racional de todas as unidades.

RESPONSÁVEIS

Colégio de Procuradores de Justiça, Centro de Apoio Operacional de Apoio Técnico (CAT), Coordenadoria-Geral Administrativa, Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Escritório de Processos.



INICIATIVAS ESTRATÉGICAS IMPLEMENTADAS

1 PROGRAMA PARA OTIMIZAR A GESTÃO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

OBJETIVO

Racionalizar e padronizar as rotinas das Promotorias de Justiça, contribuindo para a produção de dados gerenciais e estratégicos ao Ministério Público de Santa Catarina.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

- A)** Implantação do nível I do projeto, *in loco*, nas Promotorias de Justiça do Estado.
- B)** Certificação de Promotorias de Justiça no nível I do projeto.
- C)** Acompanhamento e manutenção da certificação ISO 9001:2015 na 25ª Promotoria de Justiça da Capital.
- D)** Apresentação do projeto GesPro para representantes de outros Ministérios Públicos.
- E)** Realização de curso do GesPro para os novos Promotores de Justiça.

RESULTADOS

- A)** Projeto premiado como melhor prática na categoria Ministério Público pelo Prêmio Innovare 2017.
- B)** 86 Promotorias de Justiça com o nível I do projeto implantado, totalizando 149 Promotorias até o final de 2017.
- C)** Nove Promotorias de Justiça certificadas pelo nível I do projeto GesPro.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 16

TORNAR OS PROCESSOS DE GESTÃO MAIS EFETIVOS

OBJETIVO

Adotar novas práticas e estabelecer métodos para a estruturação e melhoria dos processos de gestão, visando a agregar valor aos serviços prestados aos clientes internos e contribuir para a efetividade da atividade-fim do Ministério Público.

RESPONSÁVEIS

Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF),
Coordenação do GesPro (CAT – Núcleo de Gestão Técnica) e
Setor de Escritório de Processos (SESCP).



INICIATIVAS ESTRATÉGICAS IMPLEMENTADAS

1 PROGRAMA PARA MELHORAR A INTERAÇÃO E A COMUNICAÇÃO ENTRE AS ÁREAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

OBJETIVO

Integrar os diversos setores da estrutura do Ministério Público de Santa Catarina, mediante a disseminação da cultura organizacional.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

- A)** Capacitação de servidores em gestão de processos para a melhoria dos processos de trabalho, visando a agregar valor aos serviços prestados aos clientes internos e à sociedade, contribuindo para a eficiência operacional da Instituição.
- B)** Elaboração de pesquisa para comunicação interna

com objetivo de integrar o público interno do MPSC à missão, à visão, aos valores e aos objetivos estratégicos da Instituição, ampliando a integração entre seus membros e modernizando as formas de disseminação das informações internas.

RESULTADO

- A)** 300 participantes, entre membros e servidores, capacitados em Gestão de Processos e no Projeto de Gestão Administrativa de Promotorias – Gespro.
- B)** Finalização da elaboração de pesquisa para comunicação interna focando a aplicação do questionário em 2018.

2 PROGRAMA DE GESTÃO POR PROCESSOS

OBJETIVO

Implementar a gestão por processos no Ministério Público de Santa Catarina (MPSC).

AÇÕES DESENVOLVIDAS

- A)** Mapeamento dos processos de trabalho das Secretarias de Promotorias de Justiça.

- B)** Auxílio na melhoria dos processos de trabalho da Coordenadoria de Recursos Criminais – CRCriminal.
- C)** Manutenção do Manual de Processos de Trabalho das Promotorias de Justiça de Santa Catarina (projeto GesPro).
- D)** Início do projeto de padronização e melhoria dos processos de trabalhos dos Centros de Apoio Operacional.

RESULTADOS

- A)** Manual de Processos de Trabalho das Promotorias de Justiça atualizado e disponibilizado digitalmente a todas as Promotorias de Justiça de Santa Catarina.
- B)** Manual de processos de trabalho das Secretarias de Promotorias de Justiça elaborado.
- C)** Obtenção da recertificação ISO 9001:2015 pela 25ª Promotoria de Justiça da Capital de Santa Catarina.
- D)** Apresentação do projeto para os Ministérios Públicos Estaduais de São Paulo, Piauí e Minas Gerais.



OBJETIVO ESTRATÉGICO 17

MELHORAR A ESTRUTURA FÍSICA E A SEGURANÇA

OBJETIVO

Promover a melhoria da segurança institucional, reduzindo vulnerabilidades em recursos humanos, áreas e instalações, documentos, informação e seus sistemas, e atuando na prevenção, detecção e neutralização de ações de qualquer natureza que constituam ameaça à Instituição e seus membros, inclusive no que se refere a sua imagem e reputação.

RESPONSÁVEIS

Coordenadoria de Inteligência e Segurança Institucional (CISI), Casa Militar, Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura (COENG).



INICIATIVAS ESTRATÉGICAS IMPLEMENTADAS

1 PROGRAMA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

OBJETIVO

Garantir a segurança de membros, servidores e seus familiares em situação de risco decorrente da atividade funcional, além de proteger a Instituição, inclusive com relação a sua imagem e reputação.

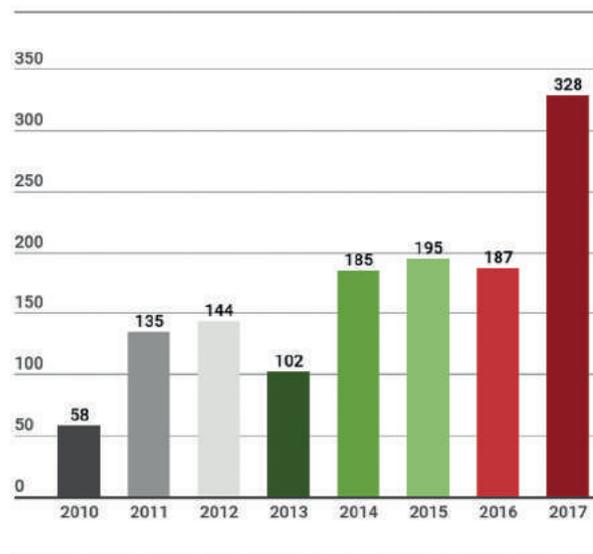
AÇÕES DESENVOLVIDAS:

- A)** Segurança pessoal de membros, servidores e de instalações.
- B)** Escoltas em Sessões do Tribunal do Júri.
- C)** Escolta de membros em visitas aos estabelecimentos prisionais de Santa Catarina.
- D)** Monitoramento da frota e instalações.
- E)** Curso de autoproteção para membros.
- F)** Diagnóstico de segurança em novas instalações.
- G)** Implantação de *software* de Solução Integrada de Gestão de Segurança Institucional.
- H)** Produção de conhecimento de inteligência.
- I)** Promoção de Seminário de Inteligência em parceria com o Centro de Apoio Operacional Criminal (CCR) e Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF).

RESULTADOS:

- A)** 328 Procedimentos instaurados, sendo:
 - 292 Procedimentos de Resposta à Solicitação de Apoio (PRSA);
 - 6 Procedimentos de Resposta a Incidente de Segurança (PRIS).

Evolução anual do número de procedimentos instaurados



Fonte: CISI

- B)** 1.800 ações desenvolvidas em desdobramentos aos 328 procedimentos instaurados.
- C)** 231 solicitações de membros e 97 solicitações de servidores atendidas.
- D)** 62 cidades atendidas.
- E)** 73 Relatórios de inteligência produzidos.
- F)** 336 Relatórios Técnicos Operacionais produzidos.
- G)** 341 câmeras de videomonitoramento em funcionamento em todo o Estado.
- H)** Frota monitorada em sua totalidade.

2 PROGRAMA DE ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA

OBJETIVO

Dotar a Instituição de ambientes físicos de trabalho que atendam a critérios de sustentabilidade, ergonomia e acessibilidade, com vistas ao melhor atendimento do cidadão e à qualidade do ambiente de trabalho de membros, servidores e colaboradores.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

- A)** Diagnóstico das condições de acessibilidade das estruturas próprias do MPSC.
- B)** Acompanhamento das obras relacionadas à aquisição da nova Sede do MPSC.
- C)** Elaboração dos projetos arquitetônicos.
- D)** Formalizados editais de procura visando à locação ou aquisição de espaços físicos necessários à instalação de novas Promotorias de Justiça, ou ampliação de espaços físicos.
- E)** Efetuada a manutenção de todas as Unidades de lotação, com demandas para a SGMP.
- F)** Elaboração de estudos incorporados ao Programa Boas Práticas, visando à sustentabilidade das edificações da Instituição.
- G)** Cessão de imóvel pelo TJSC na comarca de Gaspar.
- H)** Aquisição de imóvel na comarca de Mafra.
- I)** Aquisição de imóvel na comarca de São José.
- J)** Aquisição de imóvel na comarca de Bom Retiro.
- K)** Aquisição de imóvel na comarca de Braço do Norte.

RESULTADOS:

- A)** Pagamento de parcela referente à segunda medição judicial do Ed. Sede do MPSC.
- B)** Reforma do Edifício Palas e adequação às normas de acessibilidade.

- C)** Realizada a locação de 6 imóveis para instalação e adequação de Promotorias de Justiça.
- D)** 100% dos novos espaços, locados em 2017, de acordo com os padrões de infraestrutura.
- E)** Realizados 491 serviços de engenharia e manutenção predial no ano de 2017.
- F)** Conclusão dos projetos complementares para licitar a execução da obra da nova Sede em Lages.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 18

MELHORAR O DESEMPENHO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

OBJETIVO

Estruturar os sistemas de informação de modo a assegurar a disponibilidade, a confiabilidade, a integridade e a confidencialidade das informações e desenvolver soluções que assegurem a integração dos sistemas e a eficiência na entrega da informação.

RESPONSÁVEIS

Coordenadoria-Geral Administrativa e Coordenadoria de Tecnologia de Informação.



INICIATIVAS ESTRATÉGICAS IMPLEMENTADAS

1 PROGRAMA PARA A SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

OBJETIVO

Garantir permanentemente o serviço de rede, o armazenamento de dados e a integridade das informações captadas, acessadas ou geradas pelo Ministério Público de Santa Catarina.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

- A)** Elaboração e redação da versão Beta do Código Corporativo de Segurança da Informação.
- B)** Criação da Gerência de Segurança da Informação e Gestão de Riscos.
- C)** Instalação do novo parque tecnológico do *data center* principal e secundário.
- D)** Reformulação do novo contrato de infraestrutura tecnológica.

RESULTADOS

- A)** Aumento da segurança e disponibilidade de serviços e informações.
- B)** Aumento da segurança de dados em eventual sinistro no *site* principal, reduzindo de 7 horas para 15 minutos.
- C)** Código Corporativo de Segurança da Informação estabelecendo diretrizes e regras, padrões e procedimentos obrigatórios para a proteção dos ativos e atividades da instituição.
- D)** Evolução da infraestrutura tecnológica do MPSC.

2 PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS

OBJETIVO

Simplificar os procedimentos de acesso do Ministério Público de Santa Catarina a bancos de dados e garantir a eficiência tecnológica da Instituição.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

- A)** Início do projeto de implantação do Sistema de Gestão Administrativo (SIGA), da área-meio do MPSC.

- B)** Apoio a finalização do processo de contratação do novo sistema voltado à atuação da área-fim do MPSC.
- C)** Ampliação do novo modelo de disponibilização de informações gerenciais por meio de painéis de *Business Intelligence* e mídia social.
- D)** Continuidade da implementação da telefonia IP.
- E)** Desenvolvimento de aplicativos para dispositivos móveis.

PROGRAMA DE GOVERNANÇA DE TI

OBJETIVO

Elevar o grau de maturidade da governança e da gestão do uso da Tecnologia da Informação no Ministério Público de Santa Catarina.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

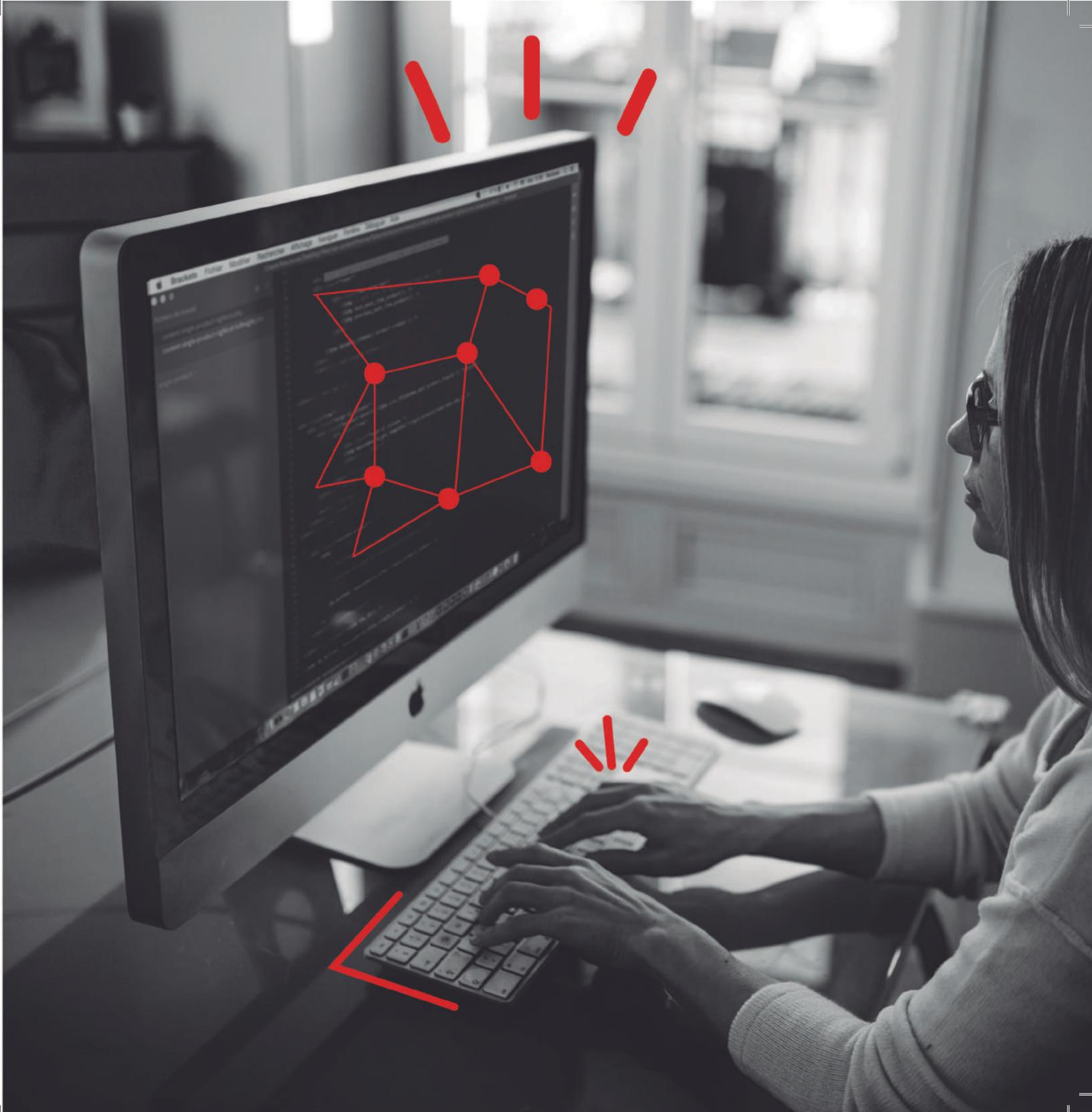
- A)** Criação da Gerência de Governança e Qualidade de TI.
- B)** Elaboração do Programa de Governança de TI atendendo à Política Nacional de TI do CNMP.
- C)** Sensibilização sobre Governança de TI.
- D)** Aprovação do Plano de implantação do Programa de Governança de TI pelo Comitê Estratégico de TI.

RESULTADOS

- A)** Andamento do projeto de implantação do ERP da atividade-meio do MPSC.
- B)** Evolução e manutenção de painéis de *Business Intelligence* para todas as áreas do MPSC e do Portal do Promotor de Justiça.
- C)** Implementação de uma nova cultura de análise de informações na Instituição.
- D)** A disponibilidade dos sistemas de informação foi de 99,92% durante o exercício de 2017.

RESULTADOS:

- A)** Início da execução do Programa de Governança de Tecnologia da Informação.
- B)** Conformidade do MPSC com a Política Nacional de TI (PNTI) do CNMP.
- C)** Início do uso de Governança de TI para direcionar, avaliar e monitorar o uso da Tecnologia da Informação na instituição.



OBJETIVO ESTRATÉGICO 19

TER PESSOAL QUALIFICADO E EM NÚMERO SUFICIENTE

OBJETIVO

Adequar o quantitativo e promover o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes dos membros e servidores, visando a melhorar o clima organizacional e aumentar a efetividade dos resultados das ações do Ministério Público.

RESPONSÁVEIS

Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) e Coordenadoria de Recursos Humanos (CORH).



INICIATIVAS ESTRATÉGICAS IMPLEMENTADAS

1 PROGRAMA PARA O APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA DE CAPACITAÇÃO DOS MEMBROS E SERVIDORES

OBJETIVO

Criar as competências requeridas para os processos de trabalho da Instituição.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

- A)** Finalização da primeira turma da pós-graduação, em nível de especialização do CEAF-MPSC, em Formação e Aperfeiçoamento na Carreira do Ministério Público, com 23 disciplinas oferecidas entre 2015 e 2017 e 18 artigos científicos publicados na Revista Atuação.
- B)** Continuidade e início da segunda e terceira turmas da Pós-Graduação, respectivamente, com a oferta de 11 novas disciplinas, em 2017.
- C)** Renovação do Credenciamento do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento (CEA como Escola de Governo pelo Conselho Estadual de Educação.
- D)** Publicação de 5 volumes da Revista Jurídica Atuação.
- E)** Expansão dos cursos presenciais nas comarcas do interior, sendo realizados cursos nas comarcas de Chapecó, Criciúma, Blumenau, Joinville, Itajaí, Balneário Camboriú, Lages e Caçador.
- F)** Estruturação e expansão dos cursos de EAD, sendo disponibilizadas novas turmas dos cursos a distância em Excelência do Atendimento ao Cidadão e Acessibilidade em vias e edificações públicas.

RESULTADOS

- A)** 719 membros participantes de cursos de capacitação promovidos pelo CEAF.
- B)** 55% de membros capacitados, sendo 82% lotados no interior.
- C)** 1.174 servidores participantes de cursos e eventos.
- D)** 45% de servidores capacitados, sendo mais de 50% lotados no interior.
- E)** 11 disciplinas da Pós-Graduação ofertadas.
- F)** 105 cursos e eventos promovidos internamente para membros e servidores, nas modalidades presencial e a distância.
- G)** 55 cursos externos com custeio do CEAF.
- H)** 50 bolsas de graduação e pós-graduação concedidas a membros e servidores.
- I)** Realização de eventos com temas de destaque e profissionais de renome nacional: Encontro Técnico: Institutos Urbanísticos e a Atuação do Ministério Público, I Encontro Estadual sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, Seminário de Inteligência do Ministério Público de Santa Catarina.
- J)** Principais temas de capacitação em 2017: Meio Ambiente, Infância e Juventude, Mediação de conflitos, Inteligência e Segurança Institucional, Tribunal do Júri, Atendimento ao Cidadão, Gestão de Promotoria, Gestão de Processos, Gestão de

Projetos, Linguagem Brasileira de Sinais, Tecnologia da Informação, Relacionamento interpessoal, Orçamento e Contabilidade Pública.

- K)** Conceito Geral de 4,34 (muito bom) de 5 obtido no recredenciamento do CEAF como Escola de Governo.



2 PROGRAMA DE MELHORIA NA GESTÃO DE PESSOAS

OBJETIVO

Identificar, nos processos mapeados no âmbito do Ministério Público de Santa Catarina, as competências requeridas para o bom desempenho das respectivas funções, o número de pessoal necessário, os critérios de avaliação de desempenho, as políticas de motivação e o incentivo à carreira e definir modelos de gestão por resultados.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

- A)** Concepção do novo instrumento de avaliação de desempenho, vinculada à Gestão por Competências.
- B)** Acompanhamento psicológico para novos Promotores de Justiça e para aqueles em estágio probatório.

- C)** Convocações de 13 servidores efetivos aprovados no concurso público realizado em 2014.

RESULTADOS:

- A)** Índice de rotatividade de pessoal (*turnover* global):
- Membros: 2,76%;
 - Servidores efetivos: 1,87%;
 - Servidores comissionados: 18,08%.
- B)** Índice de desligamentos:
- Membros: 0,65%;
 - Servidores efetivos: 1,19%;
 - Servidores comissionados: 17,81%.
- C)** O acompanhamento psicológico foi realizado com 33 Promotores de Justiça em Estágio Probatório.



PROGRAMA DE HUMANIZAÇÃO DO AMBIENTE DE TRABALHO

OBJETIVO

Proporcionar no ambiente de trabalho dos membros e servidores do Ministério Público de Santa Catarina, além da acessibilidade plena, conforto ambiental, redução de conflitos e baixo índice de afastamentos decorrentes de problemas de saúde.

AÇÕES DESENVOLVIDAS:

- A)** Aquisição de mobiliário e equipamentos para a Gerência de Atenção à Saúde (GESAU).
- B)** Realização da Pesquisa de Clima Organizacional – 2017 (Guia Você S.A. – Melhores empresas para você trabalhar).
- C)** Elaboração do plano de melhoria em relação aos resultados apontados na Pesquisa de Clima Organizacional.

RESULTADOS:

- A)** Resultados da Pesquisa de Clima Organizacional - 2017:
 - Índice de Qualidade no Ambiente de Trabalho (IQAT): 83,4%, acima da meta fixada de 78%;
 - Índice de Qualidade na Gestão de Pessoas (IQGP): 30,4%;
 - Índice de Felicidade no Trabalho (IFT): 67,5%;
 - Índice de satisfação de Membros e Servidores com a Instituição: 81,2%, acima da meta fixada de 76%.



PROGRAMA QUALIDADE DE VIDA E SAÚDE OCUPACIONAL DO MPSC

OBJETIVO

Promover a qualidade de vida e a saúde ocupacional dos colaboradores do MPSC.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

- A)** Realização das ações mensais do “Calendário Saúde”, vinculadas ao Projeto Qualidade de Vida.

B) Promoção, pelo Projeto Saúde Ocupacional:

- da disponibilização de vídeos na Intranet com exercícios preventivos ocupacionais;
- do acompanhamento de membros e servidores afastados por Licença para Tratamento de Saúde (LTS) ou Licença para Tratamento de Saúde de Pessoa da Família (LTSPF).

C) Acompanhamento das adequações autorizadas do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA).

D) Designação e capacitação dos Representantes de Saúde e Segurança do Trabalho (RSST), com o intuito de zelar pela integridade física dos colaboradores e visitantes das unidades da Instituição.

E) Acompanhamento do Projeto de Análise Documental Preventiva - análise e acompanhamento dos colaboradores terceirizados.

F) Programa de Teletrabalho no MPSC, com acompanhamento bimestral de produtividade e acompanhamento psicológico periódico.

RESULTADOS:

A) Índice de Absenteísmo:

- Membros: 2,31%;
- Servidores Comissionados: 0,38%;
- Servidores Efetivos: 5,77%.

B) 95 do total de 105 Comarcas possuem Representantes de Saúde e Segurança do Trabalho (RSST).

C) A produtividade dos servidores participantes do Projeto-Piloto de Teletrabalho superou, em cerca de 22,28%, as metas definidas pelas chefias, as quais já eram superiores às metas presenciais.



OBJETIVO ESTRATÉGICO 20

ASSEGURAR RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E OTIMIZAR SUA ALOCAÇÃO

OBJETIVO

Promover ações para assegurar os recursos necessários à viabilização das ações à execução do processo de desenvolvimento institucional do Ministério Público e garantir sua aplicação eficiente e racional.

RESPONSÁVEIS

Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ), Coordenadoria-Geral Administrativa (COGER), Coordenadoria de Planejamento (COPLAN) e Coordenadoria de Finanças e Contabilidade (COFIN).



INICIATIVAS ESTRATÉGICAS IMPLEMENTADAS

1 PROGRAMA DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

OBJETIVO

Garantir o aporte de recursos necessários ao desenvolvimento das atividades e ao alcance dos objetivos estratégicos definidos pela instituição.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

- A)** Definição das prioridades (Subações Orçamentárias) para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
 - B)** Elaboração do Orçamento Anual.
 - C)** Revisão do Plano Plurianual (PP2016-2019).
 - D)** Acompanhamento da execução Orçamentária e Financeira da Instituição.
- Índice de execução orçamentária do FECEAF: 45,87%;
 - Índice de execução orçamentária do FERMP: 37,96%.
 - D)** Índice de comprometimento de 1,66% com despesas de pessoal, de acordo com o Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2017, e em conformidade à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

RESULTADOS

- A)** Orçamento Anual aprovado, em conformidade com o percentual de 3,98% fixado na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- B)** Plano Plurianual 100% revisado.
- C)** Execução Orçamentária em 31/12/2017 (Fonte: Indicador do Planejamento Estratégico):
 - Índice de execução orçamentária do MPSC: 96,58%;
 - Índice de execução orçamentária do FRBL: 3,54;



4. DADOS ESTATÍSTICOS DA ÁREA ADMINISTRATIVA

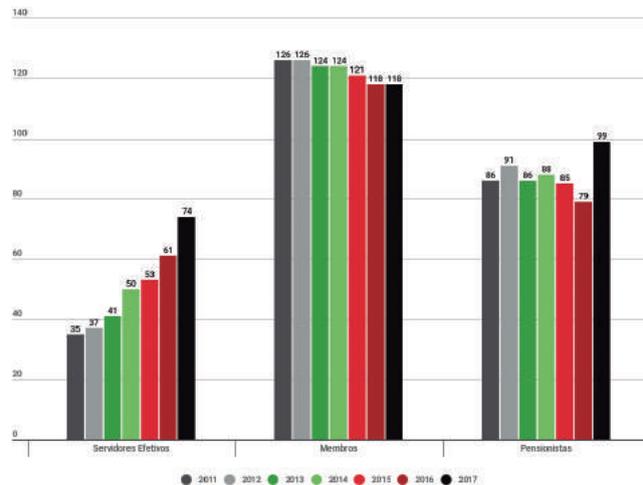
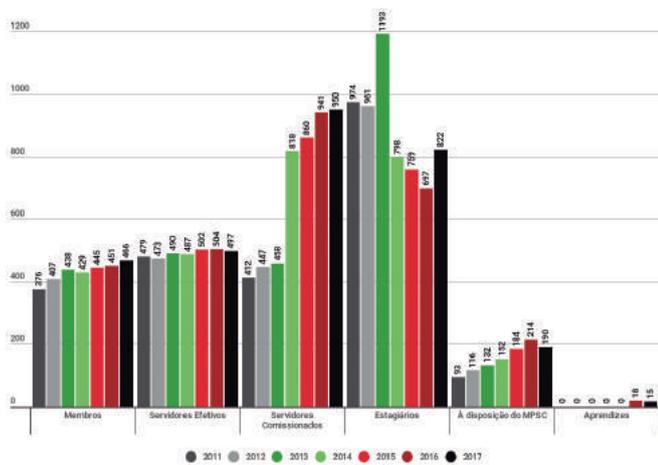
4.1 EVOLUÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL

Membros e Servidores Ativos							
Cargos	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Membros	376	407	438	429	445	451	466
Servidores Efetivos	479	473	490	487	502	504	497
Servidores Comissionados	412	447	458	818	860	941	950
Estagiários	974	961	1193	798	759	697	822
À disposição do MPSC	93	116	132	152	184	214	190
Aprendizes	0	0	0	0	0	18	15

Fonte: SRH - Sistema de Recursos Humanos

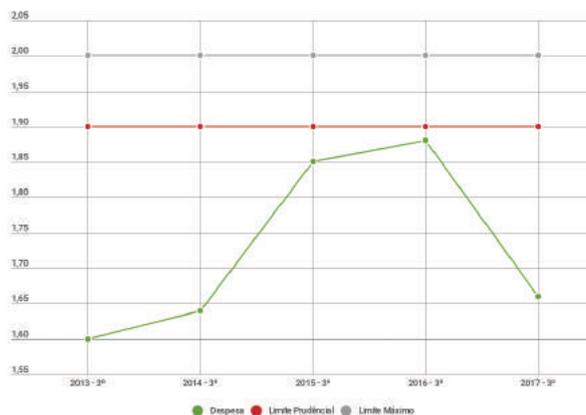
Membros e Servidores Inativos							
Cargos	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Servidores Efetivos	35	37	41	50	53	61	74
Membros	126	126	124	124	121	118	118
Pensionistas	86	91	86	88	85	79	99

Fonte: Sistema - Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina (CIASC)



4.2 EVOLUÇÃO DA DESPESA COM PESSOAL - LRF

Evolução da despesa com pessoal

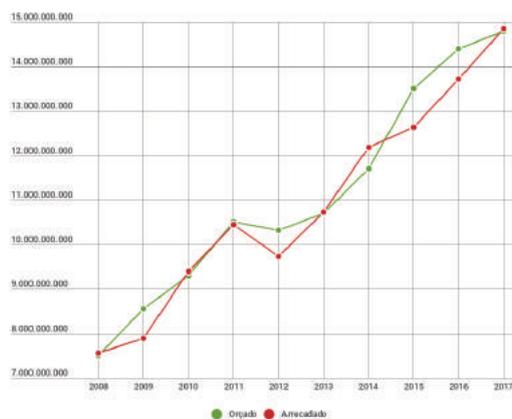


4.3 EVOLUÇÃO DAS FINANÇAS DO MPSC

4.3.1 DEMONSTRATIVO DA ARRECADAÇÃO DA RLD – FONTE 100

Ano	Orçado	Arrecadado	Percentual	Inflação	Crescimento	Cresc. Real	
2008	R\$ 7.500.000.000,00	R\$ 7.563.135.902,95	0,84%	5,90%			3,10%
2009	R\$ 8.550.000.000,00	R\$ 7.887.476.692,88	-7,75%	4,31%	4,29%	-0,02%	3,10%
2010	R\$ 9.300.000.000,00	R\$ 9.388.959.819,53	0,96%	5,91%	19,04%	13,13%	3,10%
2011	R\$ 10.500.000.000,00	R\$ 10.446.650.574,25	-0,51%	6,50%	11,27%	4,77%	3,23%
2012	R\$ 10.320.000.000,00	R\$ 9.729.409.044,37	-5,72%	5,84%	-6,87%	-12,71%	3,91%
2013	R\$ 10.690.000.000,00	R\$ 10.723.347.592,37	0,31%	5,91%	10,22%	4,31%	3,91%
2014	R\$ 11.700.000.000,00	R\$ 12.172.898.914,97	4,04%	6,41%	13,52%	7,11%	3,91%
2015	R\$ 13.500.000.000,00	R\$ 12.627.118.016,48	-6,47%	10,67%	3,73%	-6,94%	3,91%
2016	R\$ 14.400.000.000,00	R\$ 13.717.725.700,92	-4,74%	6,29%	8,64%	2,35%	3,91%
2017	R\$ 14.780.000.000,00	R\$ 14.843.007.381,38	0,43%	2,95%	8,20%	5,25%	3,98%

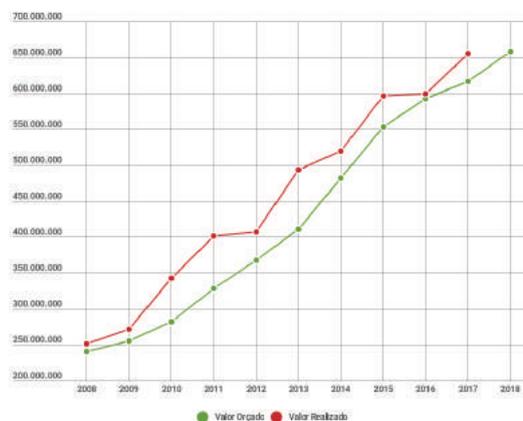
Receita líquida Disponível



4.3.2 DEMONSTRATIVO DO ORÇAMENTO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA – MPSC

Ano	Valor Orçado (a)	Valor Realizado	Percentual	RLD	Superávit	Receita Arrecadada (b)	Diferença (b - a)	Cresc Receita MPSC	Inflação	Diferença
2008	R\$ 240.006.906,00	R\$ 250.867.885,10	104,53%	3,10%	R\$ 5.819.946,39	R\$ 260.873.370,18	R\$ 20.866.464,18		5,90%	
2009	R\$ 254.970.636,00	R\$ 270.916.346,18	106,25%	3,10%	R\$ 31.201.174,69	R\$ 264.482.686,69	R\$ 9.512.050,69	1,38%	4,31%	-2,93%
2010	R\$ 281.281.368,00	R\$ 342.454.162,17	121,75%	3,10%	R\$ 29.284.230,06	R\$ 321.278.726,72	R\$ 39.997.358,72	21,47%	5,91%	15,56%
2011	R\$ 327.444.279,00	R\$ 401.101.357,18	122,49%	3,23%	R\$ 34.825.496,28	R\$ 362.934.963,81	R\$ 35.490.684,81	12,97%	6,50%	6,47%
2012	R\$ 367.195.248,00	R\$ 406.501.503,72	110,70%	3,91%	R\$ 39.922.270,61	R\$ 386.743.855,45	R\$ 19.548.607,45	6,56%	5,84%	0,72%
2013	R\$ 410.359.458,00	R\$ 492.832.207,15	120,10%	3,91%	R\$ 26.098.474,83	R\$ 436.317.984,08	R\$ 25.958.526,08	12,82%	5,91%	6,91%
2014	R\$ 482.039.491,00	R\$ 519.517.002,38	107,77%	3,91%	R\$ 16.922.413,60	R\$ 496.619.527,44	R\$ 14.580.036,44	13,82%	6,41%	7,41%
2015	R\$ 553.240.003,00	R\$ 596.403.646,99	107,80%	3,91%	R\$ 46.776.527,58	R\$ 520.359.470,54	-R\$ 32.880.532,46	4,78%	10,67%	-5,89%
2016	R\$ 592.369.924,00	R\$ 599.034.665,59	101,13%	3,91%	R\$ 32.111.583,21	R\$ 545.216.789,23	-R\$ 47.153.134,77	4,78%	6,29%	-1,51%
2017	R\$ 616.482.100,00	R\$ 655.252.847,30	106,29%	3,98%	R\$ 34.220.116,98	R\$ 600.184.265,96	-R\$ 16.297.834,04	10,08%	2,95%	7,13%
2018	R\$ 657.997.853,00		0,00%	3,98%	R\$ 50.627.474,49					
Dotação Inicial		Obs.: Valor Pago			Crédito Adicional					

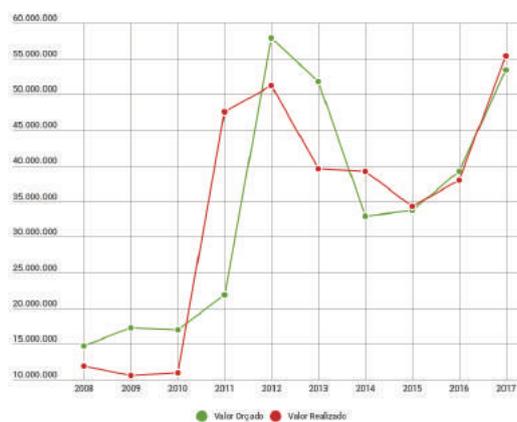
Evolução do Orçamento do MPSC



4.3.3 DEMONSTRATIVO DO ORÇAMENTO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA – FERMP

Ano	Valor Orçado	Valor Realizado	Percentual	Superávit
2008	R\$ 14.700.000,00	R\$ 11.973.417,57	81,45%	R\$ 9.308.220,91
2009	R\$ 17.268.135,00	R\$ 10.562.992,22	61,17%	R\$ 11.358.264,07
2010	R\$ 16.952.180,00	R\$ 10.946.309,42	64,57%	R\$ 17.494.821,84
2011	R\$ 21.857.815,00	R\$ 47.502.384,47	217,32%	R\$ 26.750.244,46
2012	R\$ 57.865.341,00	R\$ 51.218.082,16	88,51%	R\$ 16.947.807,70
2013	R\$ 51.799.040,00	R\$ 39.628.706,80	76,50%	R\$ 28.313.934,79
2014	R\$ 32.895.856,00	R\$ 39.160.097,55	119,04%	R\$ 24.878.583,74
2015	R\$ 33.689.665,00	R\$ 34.313.632,84	101,85%	R\$ 53.895.829,20
2016	R\$ 39.183.598,00	R\$ 37.903.827,75	96,73%	R\$ 87.340.866,15
2017	R\$ 53.411.865,00	R\$ 55.378.024,75	103,68%	R\$ 92.461.617,77
	Dotação Inicial	Obs.: Valor Pago		Crédito Adicional

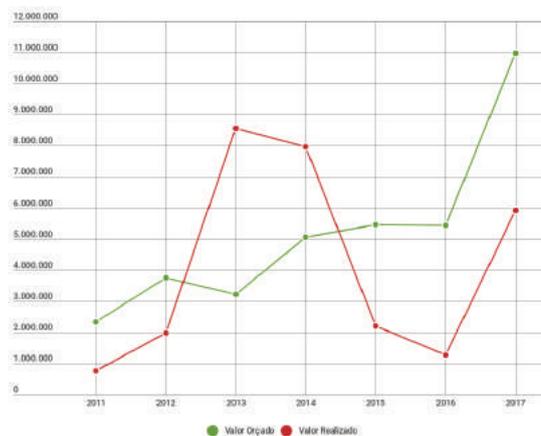
Evolução do Orçamento - FERMP



4.3.4 DEMONSTRATIVO DO ORÇAMENTO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA – FRBL

Ano	Valor Orçado	Valor Realizado	Percentual	Superávit
2011	R\$ 2.322.228,00	R\$ 758.117,46	32,65%	R\$ 11.249.869,29
2012	R\$ 3.749.305,00	R\$ 1.981.743,33	52,86%	R\$ 14.719.594,38
2013	R\$ 3.206.879,00	R\$ 8.566.897,71	267,14%	R\$ 15.776.613,96
2014	R\$ 5.061.711,00	R\$ 7.968.519,60	157,43%	R\$ 13.756.812,20
2015	R\$ 5.464.623,00	R\$ 2.188.456,79	40,05%	R\$ 8.783.132,77
2016	R\$ 5.429.414,00	R\$ 1.262.891,87	23,26%	R\$ 18.169.143,03
2017	R\$ 10.989.344,00	R\$ 5.933.234,06	53,99%	R\$ 24.810.112,73
Dotação Inicial		Obs.: Valor Pago		Crédito Adicional

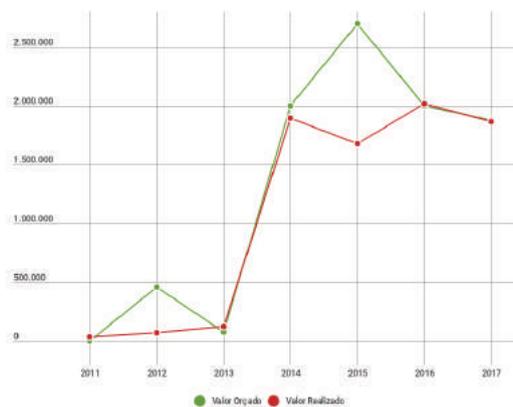
Evolução do Orçamento - FRBL



4.3.5 DEMONSTRATIVO DO ORÇAMENTO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA – FECEAF

Ano	Valor Orçado	Valor Realizado	Percentual	Superávit
2011	R\$ 316.942,00	R\$ 33.003,12	10,41%	R\$ 320.463,85
2012	R\$ 460.000,00	R\$ 70.800,00	15,39%	R\$ 350.133,29
2013	R\$ 74.988,00	R\$ 124.496,07	166,02%	R\$ 373.605,71
2014	R\$ 2.000.000,00	R\$ 1.897.358,01	94,87%	R\$ 693.309,52
2015	R\$ 2.700.000,00	R\$ 1.678.126,01	62,15%	R\$ 1.155.318,60
2016	R\$ 2.000.000,00	R\$ 2.016.615,41	100,83%	R\$ 3.483.775,18
2017	R\$ 1.880.664,00	R\$ 1.864.944,96	99,16%	R\$ 2.185.439,91
Dotação Inicial		Obs.: Valor Pago	Crédito Adicional	

Evolução do Orçamento - FECEAF



4.4 EVOLUÇÃO DAS ÁREAS DE IMÓVEIS PRÓPRIOS E LOCADOS

IMÓVEIS PRÓPRIOS					
Data	Unidade	Contrato	Área Terreno	Área Construída	Ocupação
04/03/1994	Casa do Barão	Matrícula 50.872-R1	2.284,39	12.113,92	Procuradorias de Justiça
19/09/2002	Palas	Matrícula 60.650 a 60.672-R3 Matrícula 60.696 a 60.715-R3	402,09	2.178,48	Centros de Apoio Operacional
17/04/2007	Curitibanos	Lei 14.000	4.516,64	0,00	Terreno
25/08/2011	Campos Salles	04/2011/FERMP	1.629,30	12.166,92	Promotorias de Justiça e Órgãos Adm.
02/09/2011	Lages	05/2011/FERMP	2.156,85	326,94	GAECO
05/07/2013	Joinville	04/2013/FERMP	2.429,00	1.709,64	GAECO
24/10/2013	Chapecó	Lei 16.787/2015	2.910,36	0,00	Terreno
12/12/2013	Nova Sede (Bocaiuva)	06/2013/FERMP	2.365,00	0,00	Em construção
16/04/2014	Jaraguá do Sul	05/2012/FERMP	4.471,97	1.627,39	Promotorias de Justiça
12/08/2014	Palhoça	Lei 16.451	11.879,00	0,00	Aguardando escritura
31/03/2018	Nova Sede (Bocaiuva)	06/2013/FERMP	0,00	20.974,67	Aguardando
12/02/2018	Mafra	N°009/2017/FERMP	781,90	1.918,63	Aguardando
22/02/2017	Braço do Norte	N°002/2017/FERMP	238,35	667,25	Promotorias de Justiça
05/07/2017	Bom Retiro	N°007/2017/FERMP	453,81	215,8	Promotorias de Justiça

LOCAÇÕES					
	Locação	Contrato	Área	Início	Final
1	São José - Ed. Terra Firme I	013/2010	121,62	18/06/2010	vigente
2	Canoinhas - Ed. Anne Maria	015/2010	83,81	09/07/2010	vigente

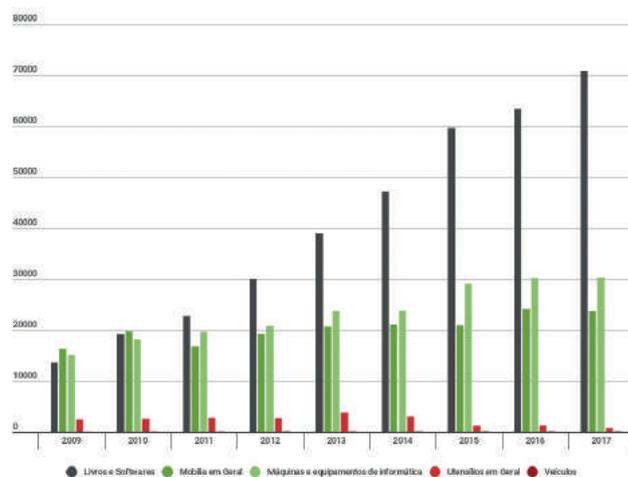
3	Criciúma - GAECO	018/2010	337,50	27/10/2010	vigente
4	Caçador	014/2011	398,00	29/04/2011	vigente
5	Santo Amaro da Imperatriz	015/2011	78,83	29/04/2011	vigente
6	São João Batista	031/2011	95,00	28/11/2011	vigente
7	Itajaí - GAECO	032/2011	228,30	29/11/2011	vigente
8	Videira	002/2012	327,27	09/03/2012	vigente
9	Santa Rosa do Sul	008/2012	56,80	04/04/2012	vigente
10	Braço do Norte	028/2012	350,27	13/08/2012	vigente
11	Navegantes	039/2012	205,47	24/10/2012	vigente
12	São José - Almoarifado I	004/2013	1.500,00	29/01/2013	vigente
13	Rio do Sul	005/2013	275,53	20/02/2013	vigente
14	Chapecó	006/2013	100,00	25/02/2013	vigente
15	Florianópolis - GAECO	007/2013	897,36	01/03/2013	vigente
16	Curitibanos	011/2013	185,43	13/03/2013	vigente
17	Florianópolis - Corporate	018/2013	112,56	17/05/2013	vigente
18	Florianópolis - Vintage	024/2013	1.262,25	18/07/2013	vigente
19	Camboriú	032/2013	163,26	25/09/2013	vigente
20	São José - Ed. Terra Firme II	024/2014	261,58	08/07/2014	vigente
21	Canoinhas	027/2014	108,85	16/07/2014	vigente
22	Tubarão	029/2014	212,09	01/08/2014	vigente
23	São José - Almoarifado II	035/2014	2.150,00	13/10/2014	vigente
24	São José do Cedro	036/2014	100,00	07/11/2014	vigente
25	Biguaçu	043/2014	174,38	19/12/2014	vigente
26	Chapecó - GAECO	015/2015	540,60	25/02/2015	vigente
27	Bom Retiro	032/2015	91,00	30/04/2015	vigente
28	Gaspar	033/2015	152,25	30/04/2015	vigente
29	Jaguaruna	064/2015	107,20	18/08/2015	vigente

30	São Miguel do Oeste	066/2015	103,43	01/09/2015	vigente
31	Xanxerê	067/2015	351,50	03/09/2015	vigente
32	Garopaba	077/2015	185,70	21/10/2015	vigente
33	Rio Negrinho	084/2015	125,80	12/11/2015	vigente
34	Porto União	019/2016	195,93	04/02/2016	vigente
35	Trombudo Central	012/2016	94,20	25/01/2016	vigente
36	Orleans	023/2016	184,16	22/02/2016	vigente
37	Abelardo Luz	018/2016	124,95	17/02/2016	vigente
38	Florianópolis - GAECO	018/2017	397,00	07/03/2017	vigente
39	Chapecó	020/2017	108,55	03/04/2017	vigente
40	Chapecó	021/2017	76,32	03/04/2017	vigente
41	Chapecó	022/2017	109,48	17/04/2017	vigente
42	Capivari de Baixo	029/2017	161,00	08/05/2017	vigente
TOTAL DE ÁREA =>			12.895,23	m²	27/08/2018

4.5 EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO MÓVEL

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO MÓVEL	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Livros e Softwares	13.555	19.157	22.659	29.962	38.926	47.072	58.603	63.320	70.827
Mobília em Geral	16.307	17.685	16.790	19.202	20.683	21.084	20.950	24.094	23.659
Máquinas e equipamentos de informática	15.073	18.058	19.645	20.807	23.679	23.721	29.025	30.161	30.259
Utensílios em Geral	2.511	2.622	2.757	2.728	3.755	2.959	1.247	1.280	772
Veículos *	50	75	83	103	107	116	110	109	107
Total	47.496	57.597	61.934	72.802	87.150	94.952	109.935	118.964	125.624

*Obs.: Incluindo aeronaves (Drone)



4.6 INVESTIMENTO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Software			
Documento	Especificação	Qtde	Valor Total
	SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO - ERP/SIGA	1	R\$ 356.580,14
CT-008/2017/FERMP	SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO - ERP/SIGA	3.500	R\$ 1.891.715,00
CT-008/2017/FERMP	SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO - ERP/SIGA	250	R\$ 2.407.655,00
CT-008/2017/FERMP	SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO - ERP/SIGA	1	R\$ 93.458,90
CT-003/2016/FERMP	RENOVAÇÃO DE LICENCIAMENTO E MANUTENÇÃO DO TIPO SOFTWARE ASSURANCE DE SOFTWARES DE DATACENTER	1	R\$ 1.329.532,48
CT-052/2017/MP	AQUISIÇÃO DE EXTENSÃO DE GARANTIA UTILIZADOS NA CONECTIVIDADE E SEGURANÇA DA REDE DE DADOS DO MPSC, SMARTNET NEXT BUSINESS DAY.	1	R\$ 565.560,00
PA-2017/025968-01/MP	SOLUÇÃO DE VÍDEO CONFERÊNCIA, SERVIÇO EM NUVEM POR 1 ANO	1	R\$ 3.300,00
CT-005/2017/FERMP	RENOVAÇÃO DAS LICENÇAS ORACLE DO TIPO "ULA", UNLIMITED LICENSE AGREEMENTS, DE USO ILIMITADO POR UM PRAZO DE 3 ANOS	1	R\$ 4.300.000,00
CT-002/2017/FERMP	QLIKVIEW	1	R\$ 657.600,00
TOTAL			R\$ 11.605.401,52

Serviço			
Documento	Especificação	Qtde	Valor Total
CT-004/2016/FERMP	COLOCATION DATA CENTER BACKUP	1	R\$ 823.080,00
CT-005/2017/FERMP	CONSULTORIA BIG DATA	1	R\$ 400.000,00
CT-003/2017/FERMP	LINK REPLICAÇÃO DATA CENTER PRINCIPAL E BACK-UP	1	R\$ 90.895,16
TOTAL			R\$ 1.313.975,16
Hardware			
Documento	Especificação	Qtde	Valor Total
RP-001/2017/FERMP	MIRCROCOMPUTADORES COMPACTO INTEGRADO	100	R\$ 553.500,00
RP-002/2017/FERMP	MICROCOMPUTADOR COMPACTO MINI <i>lw</i>	50	R\$ 125.949,50
RP-002/2017/FERMP	ULTRABOOK	30	R\$ 156.300,00
PA-2016/001266-01/FERMP	VIDEOWALL	1	R\$ 217.924,48
RP-001/2017/FERMP	HEADSET - TELEFONIA	750	R\$ 108.750,00
CT-003/2016/FERMP	EQUIPAMENTOS - DATACENTER PRINCIPAL E BACKUP	1	R\$ 4.789.357,05
TOTAL			R\$ 5.951.781,03
TOTAL GERAL			R\$ 18.871.157,71

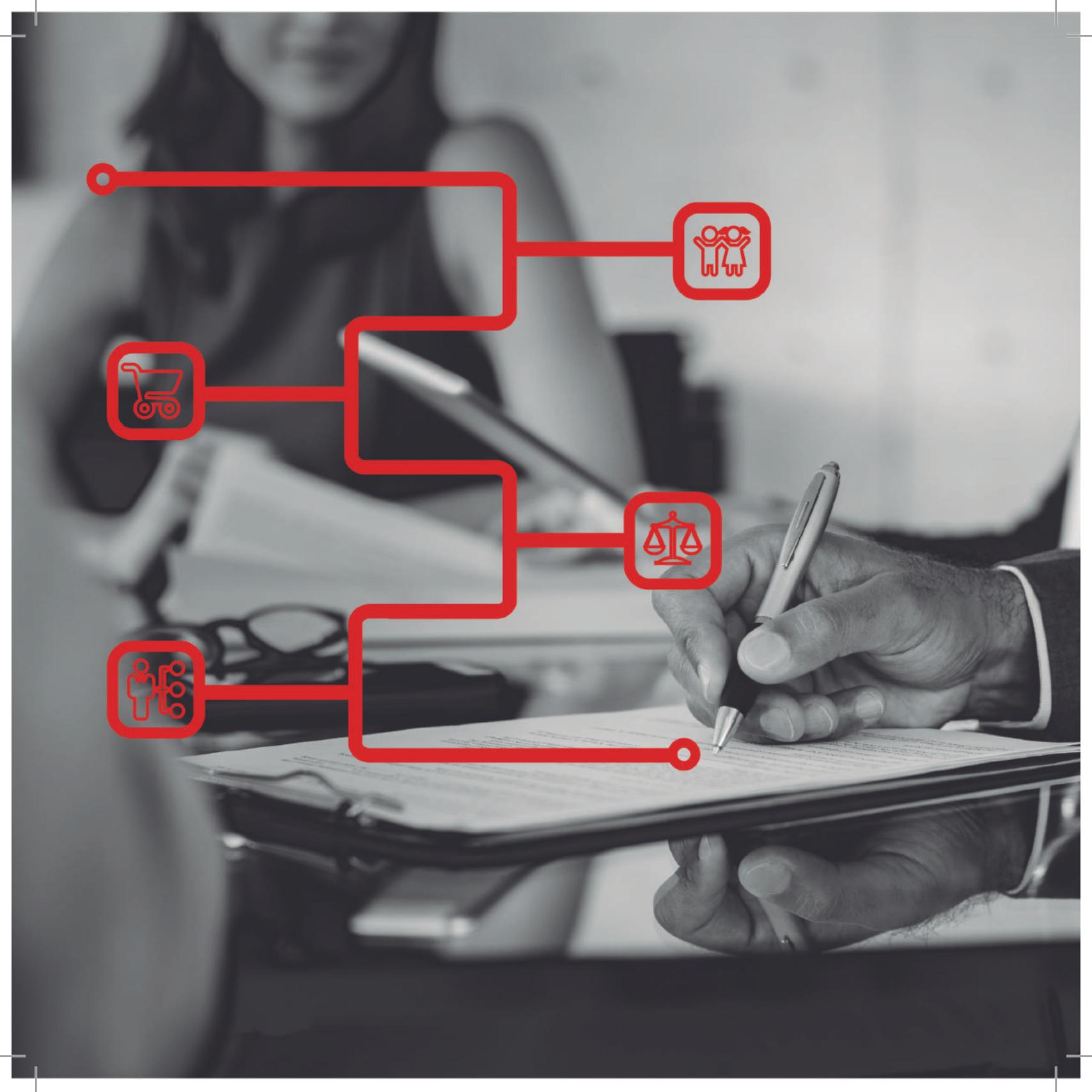
Legenda:

CT=Contrato

PA=Protocolo

RP=Registro de Preço







5 DAS ATIVIDADES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SEGUNDO GRAU

Nesta seção dedicada basicamente às atividades dos órgãos de execução do Ministério Público de segundo grau, estão incluídas as atividades da atribuição originária do Procurador-Geral, das Procuradorias de Justiça – áreas cível e criminal –, da Coordenadoria de Recursos, do Conselho Superior do Ministério Público, do Centro de Controle de Constitucionalidade e as da Ouvidoria.

5.1 ATRIBUIÇÃO ORIGINÁRIA DO PROCURADOR- GERAL DE JUSTIÇA

A atribuição originária do Procurador-Geral de Justiça é exercida por delegação em algumas situações específicas, a exemplo do que ocorre com os crimes praticados por prefeitos municipais.

No transcorrer do ano de 2017, na área criminal, foram recebidos 425 inquéritos, peças de informações, procedimentos investigatórios criminais e termos circunstanciados, que se somam aos 101 remanescentes do ano anterior, totalizando 526. Destes, remaneceram para o ano de 2018 um total de 71 feitos.

Também foram recebidos 133 processos criminais, remanescendo para o ano seguinte 11 feitos.

No ano de 2017 foram deflagrados também 2 procedimentos de quebra de sigilo bancário e 3 de interceptação telefônica.

Finalmente, em relação ao artigo 28 do Código de Processo Penal, foram recebidos 138 inquéritos policiais, sendo todos finalizados no período. Destes, 3 não foram conhecidos, 56 foram conhecidos e resultou mantido o arquivamento, e 79 foram conhecidos, com designação de outro Membro para atuar no feito.

Já na área cível foram recebidos 334 inquéritos civis e outras notícias de fato, que se somam aos 35 remanescentes do período anterior, totalizando 369 feitos, passando para o período seguinte 39.

Também foram recebidos 86 processos judiciais. Houve manifestação em 1 ação civil pública, 38 mandados de segurança, 1 ação popular, 4 recursos – razões, 8 recursos - contrarrazões, 3 intimações e 30 outras

manifestações. Já os procedimentos totalizaram 369, dos quais 39 foram arquivados, 14 tiveram representações indeferidas, 277 foram classificados em outras situações de baixa estatística e restaram 39, que passam para o exercício seguinte.

Quanto aos conflitos de atribuição entre membros do Ministério Público, foram recebidos 93 novos procedimentos e não houve saldo do período anterior. Foram apreciados e decididos 89 procedimentos e restaram 4 procedimentos para o ano seguinte. Foram recebidas também 2 consultas sobre atribuição, ambas respondidas no decorrer de 2017.

Relativamente às atividades do Centro de Apoio Operacional do Controle da Constitucionalidade (CECCON), estas são apresentadas de maneira resumida a seguir:

Tabela 1 – Atividades do Centro de Apoio Operacional do Controle da Constitucionalidade

Aspectos Quantitativos			
Espécie	2015	2016	2017
Pareceres em ADIn	104	112	210
Iniciais de ADIn ajuizadas	40	87	124
Controle de Efetividade de Decisão Proferida em Ação Direta de Inconstitucionalidade (CEADIs) - instaurados	18	6	20
Controle de Efetividade de Decisão Proferida em Ação Direta de Inconstitucionalidade (CEADIs) – arquivados	3	2	19
Sessões do Órgão Especial do TJ	22	22	22

Fonte: CECCON.

5.2 PROCURADORIAS DE JUSTIÇA

As Procuradorias de Justiça, órgãos de administração e de execução do Ministério Público, estão organizadas, desde 26 de outubro de 1999, de acordo com as disposições do Ato PGJ n. 80, alterado pelos Atos n. 111/00/PGJ, de 27 de setembro de 2000, n. 454/2008/PGJ, de 10 de dezembro de 2008, n. 20/2010/PGJ, de 19 de janeiro de 2010, e n. 156/2012/PGJ, de 25 de abril de 2012.

Nos termos dessa regulamentação, as Procuradorias de Justiça estão divididas em duas, sendo uma com atuação na área criminal e outra na área cível. Esta última, segundo as matérias de maior relevância institucional e o volume de feitos recebidos para manifestação, está subdividida em quatro áreas especializadas com implicação direta na distribuição dos processos aos Procuradores de Justiça: a) Direito Administrativo; b) Direito Tributário ou Fiscal; c) Direito da Infância e

Juventude, Família e Sucessões; d) Direitos Difusos; e e) Recuperação Judicial.

Na área criminal temos a seguinte divisão: a) Crimes de Competência do Tribunal do Júri; b) Crimes Contra o Consumidor, Ordem Econômica, Relações de Consumo e Economia Popular; c) Crimes Ambientais; d) Crimes Contra a Ordem Tributária; e) Atos Infracionais de Adolescentes e Crimes Previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente; f) Crimes Contra a Administração Pública; g) Violência Doméstica (Lei Maria da Penha); e h) Execução Penal.

5.2.1 QUADRO DE LOTAÇÃO DAS PROCURADORIAS DE JUSTIÇA

Segue abaixo o rol dos Procuradores de Justiça, por ordem decrescente de antiguidade no grau, e o quadro de lotação das Procuradorias de Justiça Cível e Criminal, considerado o ano de 2017.

Quadro 1 – Procuradores de Justiça

PROCURADORES DE JUSTIÇA POR ORDEM DE ANTIGUIDADE	
Membro	Exercendo Funções
Paulo Antônio Günther	Procuradoria de Justiça Criminal
Odil José Cota	Procuradoria de Justiça Criminal
Paulo Roberto Speck	Procuradoria de Justiça Criminal
Raul Schaefer Filho	Procuradoria de Justiça Criminal
Pedro Sérgio Steil	Procuradoria de Justiça Criminal
José Eduardo Orofino da Luz Fontes	Procuradoria de Justiça Criminal
Humberto Francisco Scharf Vieira	Procuradoria de Justiça Criminal
João Fernando Quagliarelli Borrelli	Procuradoria de Justiça Cível
Hercília Regina Lemke	Procuradoria de Justiça Cível

PROCURADORES DE JUSTIÇA POR ORDEM DE ANTIGUIDADE

Membro	Exercendo Funções
Mário Gemin	Procuradoria de Justiça Cível
Gilberto Callado de Oliveira	Corregedoria-Geral do MPSC (a partir de 10-4-2014)
Antenor Chinato Ribeiro	Procuradoria de Justiça Cível
Narcísio Geraldino Rodrigues	Procuradoria de Justiça Cível
Jacson Corrêa	Coordenadoria de Recursos Cíveis (a partir de 11-4-15)
Anselmo Jeronimo de Oliveira	Procuradoria de Justiça Cível (até 22/3/2017)
Basílio Elias De Caro	Procuradoria de Justiça Cível
Aurino Alves de Souza	Subprocuradoria-Geral para Assuntos Jurídicos (a partir de 17-4-2017)
Paulo Roberto de Carvalho Roberge	Procuradoria de Justiça Criminal
Tycho Brahe Fernandes	Procuradoria de Justiça Cível
Guido Feuser	Procuradoria de Justiça Cível
Plínio Cesar Moreira	Procuradoria de Justiça Cível
Gladys Afonso	Procuradoria de Justiça Cível
Paulo Ricardo da Silva	Procuradoria de Justiça Cível
Lenir Roslindo Piffer	Procuradoria de Justiça Cível
Paulo Cezar Ramos de Oliveira	Procuradoria de Justiça Cível
Paulo de Tarso Brandão	Procuradoria de Justiça Criminal
Gercino Gerson Gomes Neto	Procuradoria de Justiça Criminal
Francisco Bissoli Filho	Procuradoria de Justiça Criminal
Newton Henrique Trennepohl	Procuradoria de Justiça Cível
Heloísa Crescenti Abdalla Freire	Procuradoria de Justiça Criminal
Fábio de Souza Trajano	Subprocuradoria-Geral Institucional (a partir de 21/1/16)
Norival Acácio Engel	Procuradoria de Justiça Criminal (até 1/8/2017)
Carlos Eduardo Abreu Sá Fortes	Procuradoria de Justiça Criminal
Ivens José Thives de Carvalho	Subcorregedoria-Geral do MPSC (a partir de 22/2/2017)
Walkyria Ruicir Danielski	Procuradoria de Justiça Cível
Alexandre Herculano Abreu	Procuradoria de Justiça Cível
Durval da Silva Amorim	Centro de Apoio (a partir de 1/8/2016)
Vânio Martins de Faria	Procuradoria de Justiça Cível
Américo Bigaton	Procuradoria de Justiça Cível

PROCURADORES DE JUSTIÇA POR ORDEM DE ANTIGUIDADE

Membro	Exercendo Funções
Eliana Volcato Nunes	Procuradoria de Justiça Cível
Sandro José Neis	Procuradoria-Geral de Justiça (a partir de 10/4/2015)
Mário Luiz de Melo	Procuradoria de Justiça Cível (Coordenação)
Rogério Antônio da Luz Bertoncini	Procuradoria de Justiça Criminal
Genivaldo da Silva	Procuradoria de Justiça Criminal
Rui Arno Richter	Procuradoria de Justiça Criminal
Lio Marcos Marin	Procuradoria de Justiça Criminal
Cristiane Rosália Maestri Böell	Procuradoria de Justiça Criminal
Luiz Ricardo Pereira Cavalcanti	Procuradoria de Justiça Criminal
Murilo Casemiro Mattos	Procuradoria de Justiça Cível
Fábio Strecker Schmitt	Procuradoria de Justiça Criminal (Coordenação)
Sonia Maria Demeda Groisman Piardi	Procuradoria de Justiça Cível
Marcílio de Novaes Costa	Procuradoria de Justiça Criminal
Monika Pabst	Procuradoria de Justiça Cível
Jorge Orofino da Luz Fontes	Coordenadoria de Recursos Criminais (a partir de 18/4/17)
Onofre José Carvalho Agostini	Procuradoria de Justiça Cível
Carlos Alberto de Carvahó Rosa	Procuradoria de Justiça Cível
Rogê Macedo Neves	Procuradoria de Justiça Cível
Jayne Adala Bandeira	Procuradoria de Justiça Criminal
Ernani Dutra	Procuradoria de Justiça Criminal
Abel Antunes de Mello	Procuradoria de Justiça Criminal
Leonardo Felipe C. Lucchese	Procuradoria de Justiça Criminal
Carlos Henrique Fernandes	Procuradoria de Justiça Criminal

Fonte: Coordenadoria de Processos e Informações Jurídicas.

Conforme demonstrado no gráfico 1, no ano de 2017 foram distribuídos, na Procuradoria Criminal, 21.743 processos, enquanto 18.887 foram distribuídos na Procuradoria Cível, além de outros 6.588 processos recebidos e despachados pelo Coordenador das Procuradorias Cíveis, totalizando então, nesta última, 25.475 processos.

Analisando o período de 2010 a 2017, no gráfico 2, é possível verificar um crescimento relativamente uniforme no número de processos distribuídos às procuradorias. É importante destacar que não estão considerados neste gráfico os processos recebidos e despachados pelo Coordenador das Procuradorias Cíveis

Analisada detalhadamente a entrada de processos, conforme o gráfico 3, observa-se que as procuradorias criminais tiveram um crescimento linear, enquanto a quantidade de processos distribuídos às procuradorias cíveis sofreu variação no período de 2010 a 2017.

Gráfico 2 – Processos distribuídos nas Procuradorias.

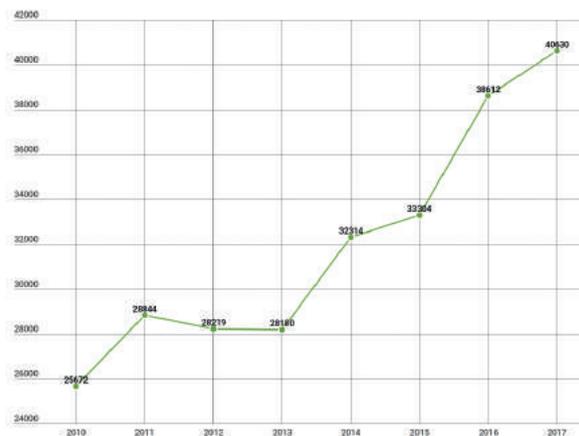


Gráfico 1 – Processos Distribuídos.

6.588 encaminhados à Coord. da Procuradoria Cível

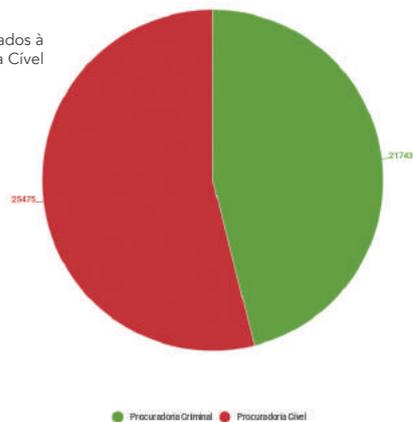
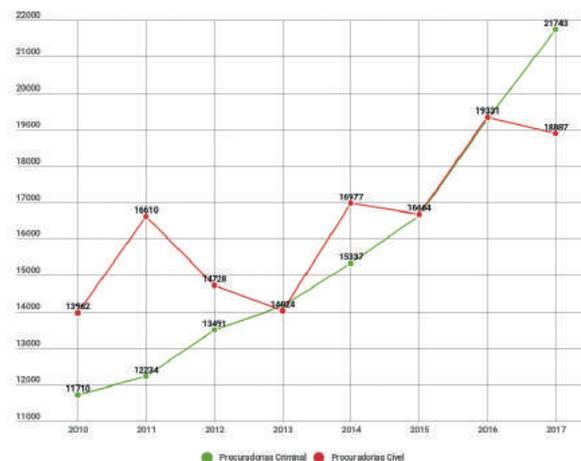


Gráfico 3 – Processos distribuídos nas Procuradorias Criminal e Cível.



5.2.2 ATIVIDADES DA PROCURADORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL

A Procuradoria Criminal recebeu, no ano de 2017, 21.743 processos e emitiu 21.418 manifestações. Para 2018 remanesceram 801 processos.

De forma individualizada, a tabela a seguir especifica a lotação dos Procuradores de Justiça da área criminal, a quantidade de processos distribuídos e o número de manifestações exaradas por eles:

Tabela 2 – Procuradoria de Justiça Criminal

Procuradoria de Justiça	Procurador de Justiça	Vindos	Distrib.	Parec.	Gab.
1ª Procuradoria de Justiça	Lio Marcos Marin	1	796	797	-
2ª Procuradoria de Justiça	Paulo Antônio Günther	-	831	831	-
3ª Procuradoria de Justiça	Cristiane Rosália Maestri Böell	-	808	804	4
4ª Procuradoria de Justiça	Odil José Cota	4	628	632	-
5ª Procuradoria de Justiça	Paulo Roberto Speck	-	1.148	1.131	17
6ª Procuradoria de Justiça	Raul Schaefer Filho	-	959	959	-
7ª Procuradoria de Justiça	Pedro Sérgio Steil	-	825	825	-
8ª Procuradoria de Justiça	José Eduardo O. da Luz Fontes	-	1.100	1.100	-
9ª Procuradoria de Justiça	Humberto Francisco Scharf Vieira	-	863	863	-
10ª Procuradoria de Justiça	Rogério Antônio da Luz Bertoncini	-	914	914	-
11ª Procuradoria de Justiça	Gilberto Callado de Oliveira 1	-	-	-	-
12ª Procuradoria de Justiça	Aurino Alves de Souza 2	-	-	-	-
13ª Procuradoria de Justiça	Paulo Roberto de Carvalho Roberge	-	944	932	12
14ª Procuradoria de Justiça	Genivaldo da Silva	-	1.119	1.115	4
15ª Procuradoria de Justiça	Gercino Gerson Gomes Neto	-	788	788	-
16ª Procuradoria de Justiça	Francisco Bissoli Filho	-	1.028	1.028	-
17ª Procuradoria de Justiça	Heloísa Crescenti Abdalla Freire	-	965	965	-
18ª Procuradoria de Justiça	Norival Acácio Engel	-	603	603	-
18ª Procuradoria de Justiça	Jorge Orofino da Luz Fontes 3	-	-	-	-
19ª Procuradoria de Justiça	Carlos Eduardo Abreu Sá Fortes	9	893	901	1
20ª Procuradoria de Justiça	Sidney Eloy Dalabrida	69	248	317	-
20ª Procuradoria de Justiça	Ermani Dutra	-	23	16	7
21ª Procuradoria de Justiça	Rui Arno Richter	-	665	664	1
22ª Procuradoria de Justiça	Luiz Ricardo Pereira Cavalcanti	-	1.016	1.016	-
23ª Procuradoria de Justiça	Fábio Strecker Schmitt 4	49	904	903	50

Procuradoria de Justiça	Procurador de Justiça	Vindos	Distrib.	Parec.	Gab.
24ª Procuradoria de Justiça	Sonia Maria Demeda Groisman Piardi 5	132	675	537	-
35ª Procuradoria de Justiça	Sonia Maria Demeda Groisman Piardi 6	-	-	270	-
24ª Procuradoria de Justiça	Jayne Abdala Bandeira	-	207	207	-
25ª Procuradoria de Justiça	Marcílio de Novaes Costa	149	1.069	960	258
26ª Procuradoria de Justiça	Paulo de Tarso Brandão	-	614	418	196
Promotores Convocados (Substitutos designados) 7		63	1.110	922	251
TOTAL		476	21.743	21.418	801

Fonte: Coordenadoria de Processos e Informações Jurídicas.

Observações:

1 Corregedor-Geral do MPSC.

2 Subprocurador-Geral para Assuntos Jurídicos.

3 Coordenador de Recursos Criminais.

4 Coordenador da Procuradoria Criminal.

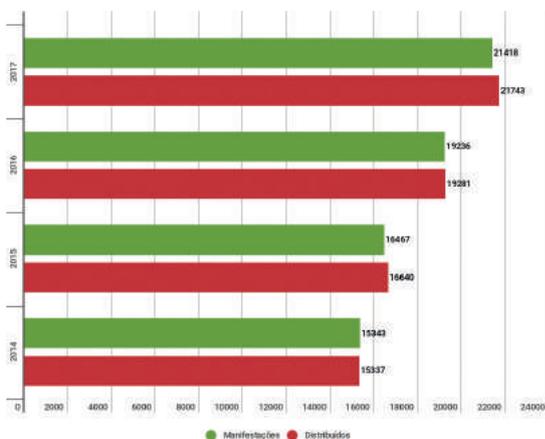
5 A Dra. Sonia ocupou a 24ª Procuradoria Criminal do até o dia 8/10/2017.

6 Os processos remanescentes foram redistribuídos para a 35ª Procuradoria Criminal transitoriamente.

7 Promotores convocados: George André Franzoni Gil, Alexandre Carrinho Muniz, Joel Rogério Furtado Junior, Rafael de Moraes Lima, Carlos Henrique Fernandes, Fabrício José Cavalcanti, Marcílio de Novaes Costa e Andrey Cunha Amorim.

Segue gráfico representativo das atividades da Procuradoria de Justiça Criminal, em comparação com os anos anteriores:

Gráfico 4 – Atividades da Procuradoria de Justiça Criminal.



Do gráfico anterior se observa que o número relativo às distribuições à Procuradoria de Justiça Criminal vem aumentando a cada ano, verificando-se um crescimento de 12,77% de 2016 para 2017.

Observando o período de quatro anos, é possível verificar que o crescimento foi da ordem de 41,77%.

5.2.3 ATIVIDADES DA PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL

A Procuradoria de Justiça Cível recebeu, no ano de 2017, o total de 25.475 processos e emitiu 25.594 manifestações. Registra-se que o Coordenador da Procuradoria de Justiça Cível emitiu 6.418 manifestações. Para o ano de 2018 restaram 852 feitos.

As atividades da Procuradoria de Justiça Cível, conforme já indicado acima, encontram-se distribuídas por área de atuação e a tabela 3 especifica a lotação de cada Procurador de Justiça, a quantidade de processos distribuídos e o número de manifestações exaradas por Procurador.

Tabela 3 – Procuradorias de Justiça Cível

Direito Administrativo					
Procuradoria de Justiça	Procurador de Justiça	Vindos	Distrib.	Parec.	Gab.
2ª Procuradoria de Justiça	João Fernando Quagliarelli Borrelli	133	793	823	103
6ª Procuradoria de Justiça	Narcísio Geraldino Rodrigues	1	563	564	-
9ª Procuradoria de Justiça	Ivens José Thives de Carvalho ¹	-	-	-	-
11ª Procuradoria de Justiça	Guido Feuser	-	872	870	2
12ª Procuradoria de Justiça	Plínio César Moreira	1	684	685	-
20ª Procuradoria de Justiça	Newton Henrique Trennepohl	-	638	638	-
25ª Procuradoria de Justiça	Américo Bigaton	3	540	543	-
26ª Procuradoria de Justiça	Eliana Volcato Nunes	5	1.010	1.015	-
Direito da Infância e Juventude, Família e Sucessões					
Procuradoria de Justiça	Procurador de Justiça	Vindos	Distrib.	Parec.	Gab.
4ª Procuradoria de Justiça	Mário Gemin	-	845	845	-
5ª Procuradoria de Justiça	Antenor Chinato Ribeiro	1	876	877	-
10ª Procuradoria de Justiça	Tycho Brahe Fernandes	4	783	774	13
18ª Procuradoria de Justiça	Lenir Roslindo Piffer	-	555	553	2
24ª Procuradoria de Justiça	Vânio Martins de Faria	-	749	749	-
28ª Procuradoria de Justiça	Mário Luiz de Melo ²	-	697	697	-
Direito Tributário ou Fiscal					
Procuradoria de Justiça	Procurador de Justiça	Vindos	Distrib.	Parec.	Gab.
1ª Procuradoria de Justiça	Basílio Elias De Caro	8	882	890	-
16ª Procuradoria de Justiça	Paulo Ricardo da Silva	-	734	734	-
Recuperação Judicial					
Procuradoria de Justiça	Procurador de Justiça	Vindos	Distrib.	Parec.	Gab.
17ª Procuradoria de Justiça	Monika Pabst	-	909	851	58
19ª Procuradoria de Justiça	Paulo Cezar Ramos de Oliveira	203	827	982	48
Direitos Difusos					
Procuradoria de Justiça	Procurador de Justiça	Vindos	Distrib.	Parec.	Gab.
3ª Procuradoria de Justiça	Hercília Regina Lemke	29	581	555	55
7ª Procuradoria de Justiça	Jacson Corrêa ³	-	-	-	-
8ª Procuradoria de Justiça	Carlos Alberto de Carvalho Rosa	-	632	629	3
13ª Procuradoria de Justiça	Walkyria Ruicir Danielski	290	912	1.040	162

14ª Procuradoria de Justiça	André Carvalho	51	20	71	-
14ª Procuradoria de Justiça	Onofre José Carvalho Agostini	-	539	530	9
15ª Procuradoria de Justiça	Gladys Afonso	-	589	589	-
21ª Procuradoria de Justiça	Fábio de Souza Trajano ⁴	-	-	-	-
22ª Procuradoria de Justiça	Alexandre Herculano Abreu	1	862	862	1
23ª Procuradoria de Justiça	Durval da Silva Amorim ⁵	-	-	-	-
27ª Procuradoria de Justiça	Sandro José Neis ⁶	-	-	-	-
29ª Procuradoria de Justiça	Rogê Macedo Neves	-	196	192	4
30ª Procuradoria de Justiça	Aor Steffens Miranda	40	678	718	-
30ª Procuradoria de Justiça	Sonia Maria Demeda Groisman Piardi	-	164	141	23
31ª Procuradoria de Justiça	Murilo Casemiro Mattos	155	757	759	153
Total (sem a Coordenadoria da Procuradoria Cível)		925	18.887	19.176	636
Coordenador da Procuradoria Cível		46	6.588	6.418	216
Total Geral		971	25.475	25.594	852

Fonte: Coordenadoria de Processos e Informações Jurídicas - COPIJ.

Observações:

1 Assessoria da PGJ.

2 Coordenador da Procuradoria Cível.

3 Coordenador de Recursos Cíveis.

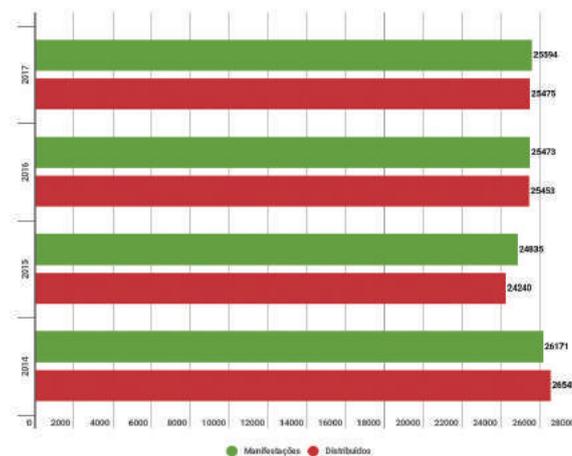
4 Subprocurador-Geral para Assuntos Administrativos.

5 Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Controle de Constitucionalidade.

6 Procurador-Geral de Justiça.

Segue o gráfico que apresenta os dados de entrada de processos na Procuradoria de Justiça Cível no período de 2014 a 2017.

Gráfico 5 – Atividades da Procuradoria de Justiça Cível.



Como é possível observar, de 2016 para 2017 ocorreu um incremento de 0,09% na distribuição de processos e de 0,48% no número de manifestações, o que se traduz em estabilidade. Todavia, considerados os números de 2014 em relação a 2017, houve um decréscimo de 4,03% na distribuição e de 2,20% nas manifestações.

5.3 COORDENADORIA DE RECURSOS

A Coordenadoria de Recursos, um dos órgãos de execução da Instituição, conforme previsto na Lei Complementar n. 197, de 13 de julho de 2000 - Lei Orgânica Estadual do Ministério Público, interpôs 733 recursos no ano de 2017, o que representa um acréscimo de 7,01% em relação ao ano de 2016, quando foram interpostos 685 recursos, e 9,08% em relação ao ano de 2015, período em que foram interpostos 672 recursos, conforme demonstra a tabela abaixo.

Tabela 4 – Coordenadoria de Recursos

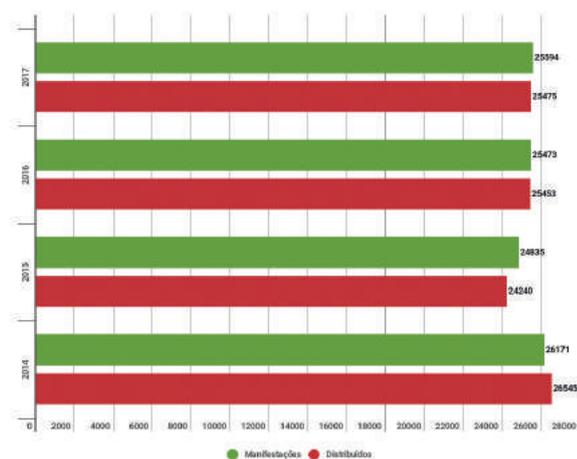
Aspectos Quantitativos				
Espécie	2014	2015	2016	2017
Acórdãos recebidos para análise	49.275	48.673	54.470	61.812
Processos requisitados para estudo	1.261	1.494	1.355	1.416
Recursos interpostos	601	672	685	733
Agravos (Art. 120, CPC/73)	-	-	-	-
Agravos (Art. 544, CPC/73)	51	68	21	-
Agravos (Art. 557, CPC/73)	22	16	5	-
Agravos (§ 3º art. 4º da Lei 8.437/92)	2	2	3	1
Agravos (Art. 10, Lei 12.016/09)	1	-	-	-
Agravos (Arts. 994, VIII e 1.042, caput, do NCPC)	-	-	36	64
Agravos Internos	-	-	97	59
Agravos Regimentais	27	44	18	57
Embargos de Declaração	131	117	141	194
Embargos de Divergência	-	1	2	5
Embargos Infringentes	8	8	4	1
Mandados de Segurança	3	-	-	-
Medidas Cautelares	11	23	2	-

Pedidos de Reconsideração (CPC/73)	9	2	1	-
Reclamações	6	2	2	1
Recursos Especiais	264	318	301	298
Recursos Extraordinários	65	70	52	53
Recursos Ordinários	-	1	-	-
Suspensões de Liminares	1	-	-	-
Contrarrazões de recursos	2.465	3.206	3.102	2.797
Contestações de recursos	1	2	-	1
Pareceres emitidos sobre a admissibilidade de recursos	36	46	19	12
Outras Manifestações em processos	6	-	-	1
Processos sem manifestação de mérito	1.127	1.044	730	756
Petições diversas	366	184	195	189

Fonte: Coordenadorias de Recursos Criminais e Cíveis.

Na sequência, o gráfico 6, que apresenta o comparativo anual do total de recursos interpostos pela Coordenadoria de Recursos nos últimos três anos.

Gráfico 6 – Total de Recursos Interpostos.



Nota-se, ainda, de acordo com os dados fornecidos pelo Órgão, que ocorreu aumento no volume total de acórdãos recebidos para análise em relação ao ano anterior, na proporção de 13,48%. Tal aumento decorreu da quantidade de acórdãos recebidos tanto pela Coordenadoria de Recursos Criminais, no percentual de 11,68%, envolvendo 28.741 acórdãos em 2017, contra 25.735 em 2016, como na Coordenadoria de Recursos Cíveis, no percentual de 15,09%, variando de 33.071 acórdãos em 2017 para 28.735 em 2016.

Quanto ao total de processos solicitados pela Coordenadoria de recursos para fins de análise¹, ao contrário do que aconteceu entre os anos de 2015 para 2016, observa-se um aumento de 4,50% de 2016 para 2017. No total, foram solicitados 1.416 processos em 2017, sendo 576 afetos à área criminal e 840 à área cível. Já em 2016 foram analisados, com vistas a possível interposição de recursos, 1.355 processos, sendo 681 da área criminal e 674 da área cível.

¹ Isto ocorre em razão da sistemática de intimação do Segundo Grau. A COPIJ remete uma lista para verificação (intimação) e, havendo interesse, as Coordenadorias de Recurso e os Procuradores de Justiça solicitam o processo para avaliação.

Outro aspecto a ser destacado é a diminuição em 0,01% nas contrarrazões apresentadas em 2017, totalizando 2.797. Destas, 2.556 referem-se à área criminal e 241 à área cível, enquanto em 2016 foram elaboradas 3.102 contrarrazões de recursos, sendo 2.877 envolvendo matéria criminal e 225 matéria cível.

A tabela seguinte resume as atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Recursos nos últimos três anos, e a tabela subsequente, da Coordenadoria de Recursos Cíveis.

Tabela 5 – Coordenadoria de Recursos Criminais

Espécie	Aspectos Quantitativos			
	2014	2015	2016	2017
Acórdãos recebidos para análise	15.624	18.907	25.735	28.741
Processos requisitados para estudo	629	776	681	576
Recursos interpostos	202	307	377	363
Agravos (Art. 544, CPC)	22	35	7	-
Agravos (§ 1º do Art. 557, CPC)	-	-	2	-
Agravos (§ 1º do Art. 10, Lei 12.016/09)	1	-	-	-
Agravos (Art. 994, VIII e 1.042, caput, do NCPC)	-	-	29	15
Agravos Internos	-	-	49	9
Agravos Regimentais	10	25	11	57
Embargos de Declaração	14	21	43	74
Embargos de Divergência	-	1	2	4
Reclamações	-	-	1	-
Recursos Especiais	147	208	215	190
Recursos Extraordinários	8	16	18	14
Recursos Ordinários	-	1	-	-
Contrarrazões de recursos	2.163	2.876	2.877	2.556
Petições diversas	155	80	138	85

Fonte: Coordenadoria de Recursos Criminais.

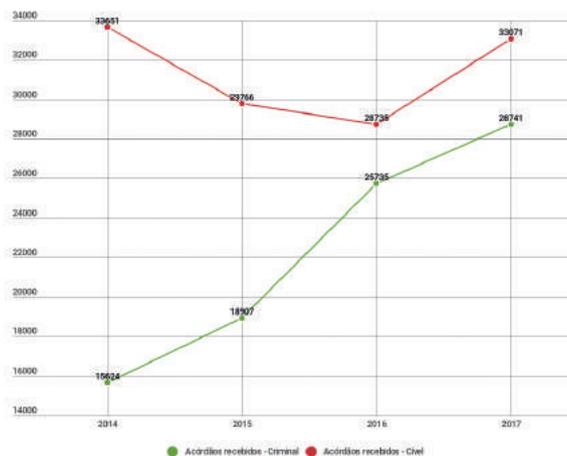
Tabela 6 – Coordenadoria de Recursos Cíveis

Espécie	Aspectos Quantitativos			
	2014	2015	2016	2017
Acórdãos recebidos para análise	33.651	29.766	28.735	33.071
Processos requisitados para estudo	632	718	674	840
Recursos interpostos	399	365	308	370
Agravos (Art. 120, CPC/73)	-	-	-	-
Agravos (Art. 544, CPC/73)	29	33	14	-
Agravos (Art. 557, CPC/73)	22	16	3	-
Agravos (§ 3º art. 4º da Lei 8.437/92)	2	2	3	1
Agravos (Art. 994, VIII, e 1.042, caput, do NCPC)	-	-	7	49
Agravos Internos e Pedidos de Reconsideração (NCPC)	-	-	48	50
Agravos Regimentais	17	19	7	-
Embargos de Declaração	117	96	98	120
Embargos de Divergência	-	-	-	1
Embargos Infringentes	8	8	4	1
Mandados de Segurança	3	-	-	-
Medidas Cautelares	11	23	2	-
Pedidos de Reconsideração (CPC/73)	9	2	1	-
Reclamações	6	2	1	1
Recursos Especiais	117	110	86	108
Recursos Extraordinários	57	54	34	39
Recursos Ordinários	-	-	-	-
Suspensões de Liminares	1	-	-	-
Contrarrazões de recursos	302	330	225	241
Contestações de recursos	1	2	-	1
Pareceres emitidos sobre a admissibilidade de recursos	36	46	19	12
Outras Manifestações em processos	6	-	-	1
Processos sem manifestação de mérito	1.127	1.044	730	756
Petições diversas	211	104	57	104

Fonte: Coordenadoria de Recursos Cíveis.

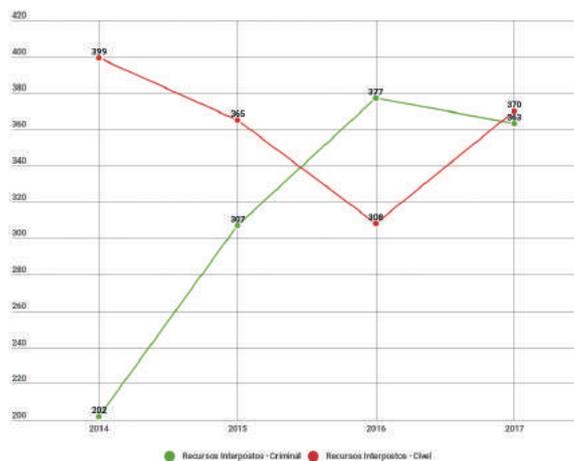
No gráfico a seguir é possível perceber que de 2016 para 2017 ocorreu um aumento dos acórdãos recebidos para análise da Coordenadoria Cível, na ordem de 15,09%, e da Coordenadoria de Criminal, na ordem de 11,68%.

Gráfico 7 – Comparativo dos Acórdãos Recebidos nas Coordenadorias de Recursos Criminal e Cível.



No gráfico abaixo é possível visualizar que em 2017 ocorreu uma diminuição na ordem de 3,71% nos recursos interpostos pela Coordenadoria Criminal em relação ao ano anterior. Já na Coordenadoria Cível houve um incremento de 20,13% no mesmo item, em relação a 2016. Em uma análise geral, a Coordenadoria Cível interpôs 1,93% a mais de recursos do que a Coordenadoria Criminal em 2017.

Gráfico 8 – Comparativo dos Recursos Interpostos nas Coordenadorias de Recursos Criminal e Cível.



5.4 CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Conselho Superior do Ministério Público realizou 33 sessões no ano de 2017, das quais 23 ordinárias e 10 extraordinárias.

Além da apreciação da movimentação na carreira, foram distribuídos às Turmas Revisoras 6.686 notícias de fato, procedimentos preparatórios e inquéritos civis originários do Primeiro Grau, dos quais 6.199 foram analisados e decididos em 22 sessões da 1ª Turma Revisora, 22 sessões da 2ª Turma Revisora e 22 sessões da 3ª Turma Revisora. Além disso, 193 procedimentos foram devolvidos à origem para realização de diligência complementar.

Anota-se que, no ano de 2016, o Conselho Superior do Ministério Público realizou 27 sessões, nas quais foram distribuídos 6.630 procedimentos e julgados 6.258.

A tabela 7 demonstra a movimentação de procedimentos extrajudiciais no Conselho Superior no ano de 2017.

Tabela 7 – Movimentação de Processos no CSMP

Conselheiros	Remanescentes ano 2016	Distribuídos 2017	Baixados em diligências 2017	Julgados 2
José Galvani Alberton (CGMP)	8	27	-	27
Odil José Cota	15	422	2	416
Gilberto Callado de Oliveira (CGMP)	-	22	-	11
Narcísio Geraldino Rodrigues	23	572	7	535
Gladys Afonso	14	617	24	565
Lenir Roslindo Piffer	16	583	18	542
Gercino Gerson Gomes Neto	25	612	30	551
Newton Henrique Trennepohl	13	598	16	553
Fábio de Souza Trajano	21	613	30	549
Ivens José Thives de Carvalho	-	259	6	252
Alexandre Herculano Abreu	-	17	-	17
Durval da Silva Amorim 1	-	77	-	77
Américo Bigaton	28	555	22	498
Genivaldo da Silva 1	-	20	-	20
Rui Arno Richter	14	545	25	491
Lio Marcos Marin	20	563	3	537

Cristiane Rosália Maestri Böell	25	584	10	558
Total de Processos	222	6.686	193	6.199

Fonte: Secretaria dos Órgãos Colegiados.

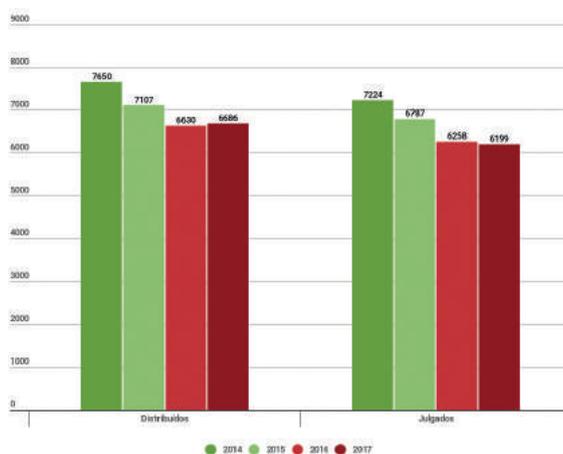
Observações:

1 Conselheiro Suplente.

2 6.159 homologados e 40 não homologados.

O gráfico a seguir representa a evolução ocorrida nos últimos 4 anos.

Gráfico 9 – Distribuição e Julgamento no Conselho Superior.



Deste gráfico colhe-se que no ano de 2017 ocorreu um aumento de 0,84% na distribuição de procedimentos às Turmas Revisoras, em comparação com o ano de 2016, e uma redução de 0,94% dos Julgados.

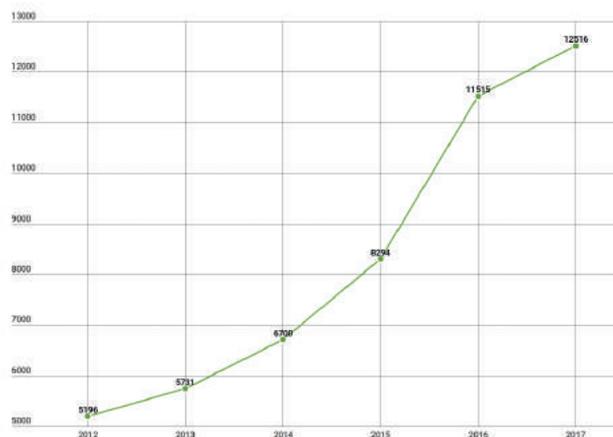
5.5 OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

De acordo com os relatórios apresentados pela Ouvidoria do Ministério Público referentes às atividades desempenhadas por aquele Órgão, em 2017 foram recebidas 12.516 manifestações relativas aos serviços prestados pelo Ministério Público, o que representa um incremento de 8,69% em relação ao ano anterior.

No gráfico a seguir é possível perceber um crescimento considerável das atividades da Ouvidoria ao longo dos

anos, o que pode ser reflexo, entre outros motivos, da transparência de que se reveste o Ministério Público e da facilidade de acesso ao Órgão.

Gráfico 10 – Manifestações recebidas pela Ouvidoria.



As manifestações ficaram assim distribuídas: 11.812 denúncias (94,37%), 523 pedidos de informação (4,18%), 87 sugestões e comentários (0,70%), 81 críticas ou reclamações (0,65%) e 13 elogios (0,10%).

Quanto à origem das manifestações, as fontes anônimas representaram 56,10% e as com a qualificação não informada 38,79% dos casos, totalizando, desta forma, 94,89% do total.

Vale destacar que no ano de 2017 a Corregedoria recebeu da Ouvidoria, para manifestação, 34 reclamações, um aumento de 113% em comparação com o ano anterior, quando recebeu apenas 16.

Por fim, observa-se que o meio de contato mais acionado continua sendo o formulário eletrônico, disponível no portal do Ministério Público, com 11.311 utilizações, importando em um aumento de 7,95% em relação a 2016, quando se registraram 10.478, seguido do uso de correspondências eletrônicas (959). Ao contrário da redução que aconteceu de 2015 para 2016, destaca-se o incremento dos contatos pessoais em 2017, na ordem de 38,53%, e dos por via postal, na ordem de 44,44%, aumentando de 122 para 169 e de 27 para 39 em 2017, respectivamente. Em contrapartida, em 2017, houve uma redução dos contatos telefônicos na ordem de 9,52%, de 42 em 2016 para 38 em 2017.

Na tabela 8, a seguir, apresentam-se os dados referentes ao volume de manifestações recebidas pela Ouvidoria em 2017, e nos dois anos anteriores, classificadas por tipo.

Tabela 8 – Manifestações Recebidas

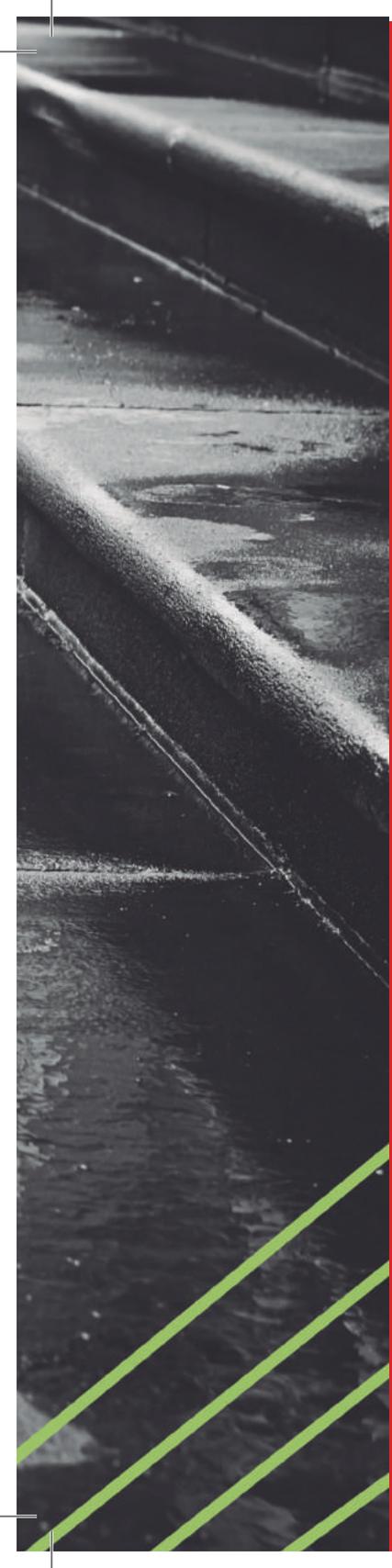
Classificação	2014	2015	2016	2017
1. TIPO DE MANIFESTAÇÃO	6.700	8.294	11.515	12.516
1.1 Outros	74	5	-	-
1.2 Elogio	10	10	14	13
1.3 Sugestão e comentário	117	45	58	87
1.4 Crítica ou Reclamação	216	166	223	81
1.5 Pedido de Informação	831	720	720	523
1.6 Denúncia	5.452	7.348	10.500	11.812
2. ORIGEM DAS MANIFESTAÇÕES	6.700	8.294	11.515	12.516
2.1 Parlamentares	6	3	3	3
2.2 Administradores Públicos	15	2	-	1
2.3 Integrantes do Ministério Público	5	-	9	1
2.4 Integrantes do Judiciário	2	1	-	-
2.5 Profissionais liberais	104	52	42	55
2.6 Estudantes	51	40	39	25
2.7 Entidades civis ou sindicais	15	16	15	20
2.8 Servidores públicos	619	514	611	465
2.9 Imprensa	4	1	4	-
2.10 Empresários	67	37	80	18
2.11 Aposentados	27	15	10	11
2.12 Estrangeiros	-	1	-	4
2.13 Qualificação não informada	3.038	3.164	4.419	4.855
2.14 Fontes anônimas	2.634	4.395	6.244	7.022
2.15 Outras	113	53	39	36
3. SETORES VISADOS PELAS MANIFESTAÇÕES	6.700	8.294	11.515	12.516
3.1 Procuradoria-Geral	9	8	18	7
3.2 Colégio de Procuradores e CSMP	2	-	-	1
3.3 Corregedoria-Geral	-	-	-	-
3.4 Secretaria-Geral do MPSC	-	-	-	-
3.5 Procuradorias de Justiça	1	1	20	1
3.6 Ouvidoria	697	516	467	385

Classificação	2014	2015	2016	2017
3.7 Promotorias de Justiça	131	101	147	169
3.8 Comissão de concurso	-	-	2	-
3.9 Comissão de concurso para servidores do MPSC	56	1	1	-
3.10 Centros de Apoio	8	13	7	8
3.11 Outros órgãos do MPSC	53	48	38	23
3.12 Órgãos Federais	145	203	237	219
3.13 Órgãos Estaduais	873	908	979	964
3.14 Órgãos Municipais	2.658	3.184	4.939	6.335
3.15 Pessoas jurídicas privadas	1.106	1.350	1.671	1.465
3.16 Pessoas físicas	873	1.894	2.961	2.895
3.17 Outros	88	60	28	44
4. ENCAMINHAMENTO DAS MANIFESTAÇÕES	6.700	8.294	11.515	12.516
4.1 Solucionada pela Ouvidoria	1.632	1.272	1.732	1.377
4.2 Remetida a Órgãos Externos	3	-	5	4
4.3 Arquivada pela Ouvidora	1.524	2.060	3.166	2.391
4.4 Remetida ao Procurador-Geral	10	1	30	13
4.5 Remetida ao Corregedor-Geral	9	10	16	34
4.6 Remetida a outros Órgãos do MPSC	3.522	4.951	6.566	8.697
4.7 Remetida ao CNMP	-	-	-	-
4.8 Devolvida para encaminhamento a org. externos	-	-	-	-
4.9 Outros	-	-	-	-
4.10 Em análise	-	-	-	-
5. MEIOS DE ACESSO UTILIZADOS	6.700	8.294	11.515	12.516
5.1 Contato pessoal	204	202	122	169
5.2 Contato telefônico	65	36	42	38
5.3 E-mail	980	702	846	959
5.4 Formulário eletrônico	5.427	7.313	10.478	11.311
5.5 Via postal	24	41	27	39
5.6 Outros	-	-	-	-

Fonte: Ouvidoria.







6 DAS ATIVIDADES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE PRIMEIRO GRAU

Nesta seção são apresentados os dados estatísticos correspondentes às atividades desenvolvidas pelas Promotorias de Justiça nas suas diversas áreas de atuação: criminal, cível, infância e juventude e direitos difusos e coletivos.

Para uma melhor compreensão dos resultados alcançados ao longo de 2017, apresenta-se, inicialmente, a estrutura do Ministério Público de Primeiro Grau, listando-se as Promotorias de Justiça, por entrância e comarca, com a indicação de seus respectivos titulares e atribuições.

6.1 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA, TITULARES E ATRIBUIÇÕES

De acordo com os dados fornecidos pelos órgãos de apoio da Procuradoria-Geral de Justiça, a estrutura do Ministério Público de Primeiro Grau contava, ao final de 2017, com 412 Promotores de Justiça.

No ano de 2017 não foram instaladas novas Promotorias de Justiça.

Na tabela a seguir se observa o número das Promotorias de Justiça ao final de 2017.

Tabela 9 – Promotorias de Justiça, Cargos Ocupados e Vagos

Itens		Quantidade
Total de Promotorias de Justiça (inclusive não instaladas)		382
Total de Cargos de Promotor de Justiça Especial (Capital)		6
Total de Cargos de Promotor Substituto		62
Cargos nas Circunscrições MP		61
1ª CMP Capital (antiga - a ser extinto)		1
	Especial	195
Quantidade de Promotorias por Entrância	Final	126
	Inicial	61
Total de Promotorias de Justiça		382
Promotorias instaladas no período		-
	Especial	188
Promotorias de Justiça - Por Entrância (ocupadas)	Final	113
	Inicial	57
Cargos de Promotor de Justiça Especial (Capital) preenchidos		6
Cargos de Promotor Substituto preenchidos		48
Total de cargos preenchidos do primeiro grau		412
	Especial	3
Cargos de Promotor de Justiça por Entrância (vagos)	Final	3
	Inicial	1
Cargos vagos de Promotor de Justiça Especial (Capital)		-
Cargos vagos de Promotor Substituto		14
Total de cargos vagos de primeiro grau		21
	Especial	4
Promotorias de Justiça - Por Entrância (não instaladas)	Final	10
	Inicial	3
Promotor Substituto		3
Total de Promotorias não instaladas		20

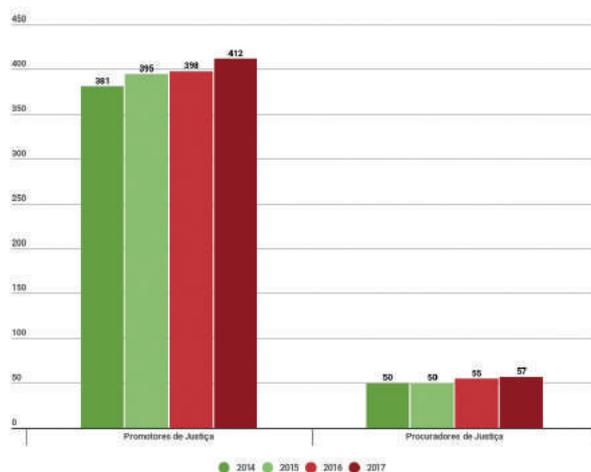
Fonte: Secretaria dos Órgãos Colegiados.

No que diz respeito às atribuições das Promotorias de Justiça, determinam a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, Lei n. 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, em seu art. 23, § 2º, e a Lei Orgânica Estadual do Ministério Público, Lei Complementar n. 197, de 13 de julho de 2000, em seu art. 20, XII, que essas serão definidas pelo egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, segundo proposta encaminhada pelo Procurador-Geral de Justiça.

No quadro a seguir estão indicadas as Promotorias de Justiça, por entrância e comarca, e os titulares dos respectivos cargos, consideradas as que estavam oficialmente instaladas no ano de 2017.

O gráfico seguinte apresenta a evolução do número de membros do Ministério no ano de 2017 em cada instância.

Gráfico 11 – Membros do Ministério Público.



Na tabela adiante se especifica o número de Promotorias de Justiça por área de atuação. As promotorias únicas têm atuação em todas as áreas, de modo que não foram detalhadas.

Tabela 10 – Promotorias de Justiça por Comarca e Área de Atribuição em 2017

Comarcas	Total de Promotorias	Área Criminal	Área Cível	Área da Infância e Juventude	Área dos Direitos Difusos
Entrância Especial					
Capital	40	18	12	3	13
Balneário Camboriú ¹	9	4	5	1	3
Blumenau ²	16	9	6	1	5
Brusque	6	3	4	1	3

Comarcas	Total de Promotorias	Área Criminal	Área Cível	Área da Infância e Juventude	Área dos Direitos Difusos
Chapecó	14	7	5	1	5
Criciúma ³	14	6	4	1	4
Itajaí	13	6	5	1	3
Jaraguá do Sul	8	4	3	1	5
Joinville	21	11	5	1	6
Lages	14	7	4	1	4
Palhoça	8	4	3	1	3
Rio do Sul	6	3	3	1	3
São José	14	7	4	2	5
Tubarão	9	4	4	1	3
Entrância Final					
Araranguá	6	3	2	1	3
Balneário Piçarras	2	1	2	1	2
Barra Velha	2	1	1	1	2
Biguaçu ⁴	3	3	3	1	2
Braço do Norte	3	2	2	1	3
Caçador	4	2	3	1	3
Camboriú	3	2	3	1	3
Campos Novos ⁵	2	2	2	1	2
Canoinhas	4	2	2	1	2
Capinzal	2	1	2	1	2
Concórdia	4	2	3	1	3
Curitibanos	4	3	3	1	2
Fraiburgo ⁶	2	1	2	1	2
Gaspar	3	2	3	1	3
Guaramirim	2	1	2	1	2
Ibirama	2	2	2	1	2
Imbituba	2	1	2	1	2
Indaial	3	3	2	1	2
Itapema ⁷	2	2	2	1	2
Ituporanga ⁸	2	1	2	1	2
Içara ⁹	2	1	2	1	2

Comarcas	Total de Promotorias	Área Criminal	Área Cível	Área da Infância e Juventude	Área dos Direitos Difusos
Joaçaba	3	1	3	1	3
Laguna	3	2	3	1	3
Mafra	3	1	2	1	2
Maravilha	2	2	2	1	2
Navegantes ¹⁰	3	2	2	1	3
Orleans	2	1	1	1	2
Pomerode	2	1	1	1	2
Porto Belo	2	1	2	1	2
Porto União	3	2	2	1	3
Rio Negrinho	2	1	1	1	2
Santo A. da Imperatriz	2	1	1	1	2
Sombrio	2	1	1	1	2
São Bento do Sul	3	2	2	1	3
São Francisco do Sul ¹¹	2	2	2	1	2
São Joaquim	2	1	1	1	2
São João Batista	2	1	1	1	2
São Miguel do Oeste	4	2	2	1	2
Tijucas	2	1	1	1	2
Timbó ¹²	2	1	1	1	2
Trombudo Central	2	1	1	1	2
Urussanga ¹³	2	1	1	1	2
Videira	3	2	2	1	2
Xanxerê	3	3	2	1	2
Xaxim	2	1	1	1	2
Entrância Inicial					
Abelardo Luz	2	1	1	1	2
Anchieta	1	1	1	1	1
Anita Garibaldi	1	1	1	1	1
Araquari ¹⁴	1	1	1	1	1
Armazém	1	1	1	1	1
Ascurra	1	1	1	1	1
Bom Retiro	1	1	1	1	1

Comarcas	Total de Promotorias	Área Criminal	Área Cível	Área da Infância e Juventude	Área dos Direitos Difusos
Campo Belo do Sul	1	1	1	1	1
Campo Erê	1	1	1	1	1
Capivari de Baixo	1	1	1	1	1
Catanduvas	1	1	1	1	1
Coronel Freitas	1	1	1	1	1
Correia Pinto	1	1	1	1	1
Cunha Porã	1	1	1	1	1
Descanso	1	1	1	1	1
Dionísio Cerqueira	2	1	1	1	2
Forquilha	1	1	1	1	1
Garopaba	2	1	1	1	2
Garuva	1	1	1	1	1
Herval do Oeste	1	1	1	1	1
Imarú	1	1	1	1	1
Ipumirim	1	1	1	1	1
Itaiópolis	1	1	1	1	1
Itapiranga	1	1	1	1	1
Itapoá	1	1	1	1	1
Itá	1	1	1	1	1
Jaguaruna	2	1	1	1	2
Lauro Müller	1	1	1	1	1
Lebon Régis	1	1	1	1	1
Meleiro	1	1	1	1	1
Modelo	1	1	1	1	1
Mondaí	1	1	1	1	1
Otacílio Costa	1	1	1	1	1
Palmitos	1	1	1	1	1
Papanduva ¹⁵	1	1	1	1	1
Pinhalzinho	1	1	1	1	1
Ponte Serrada	1	1	1	1	1
Presidente Getúlio	1	1	1	1	1

Comarcas	Total de Promotorias	Área Criminal	Área Cível	Área da Infância e Juventude	Área dos Direitos Difusos
Quilombo	1	1	1	1	1
Rio do Campo	1	1	1	1	1
Rio do Oeste	1	1	1	1	1
Santa Cecília	1	1	1	1	1
Santa Rosa do Sul	1	1	1	1	1
Seara	1	1	1	1	1
São Carlos	1	1	1	1	1
São Domingos	1	1	1	1	1
São José do Cedro	1	1	1	1	1
São Lourenço do Oeste	2	1	1	1	1
Taió	1	1	1	1	1
Tangará	1	1	1	1	1
Três Barras ¹⁶	1	1	1	1	1
Turvo	2	1	1	1	2
Urubici	1	1	1	1	1

Fonte: Secretaria dos Órgãos Colegiados.

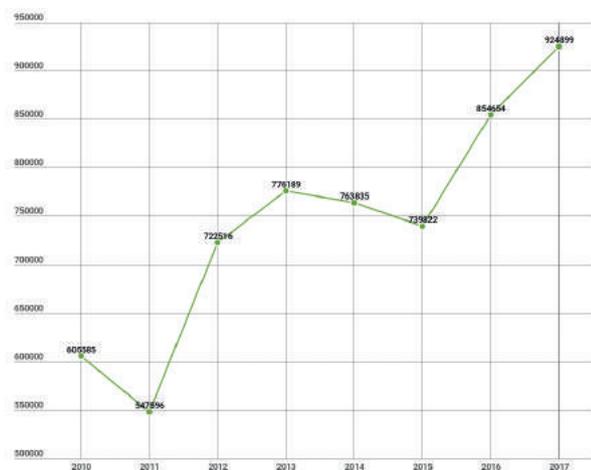
Observações:

- 1 10ª Promotoria de Justiça ainda não instalada.
- 2 17ª Promotoria de Justiça ainda não instalada.
- 3 14ª e 15ª Promotorias de Justiça ainda não instaladas.
- 4 4ª Promotoria de Justiça ainda não instalada.
- 5 3ª Promotoria de Justiça ainda não instalada.
- 6 3ª Promotoria de Justiça ainda não instalada.
- 7 3ª Promotoria de Justiça ainda não instalada.
- 8 3ª Promotoria de Justiça ainda não instalada.
- 9 3ª Promotoria de Justiça ainda não instalada.
- 10 4ª Promotoria de Justiça ainda não instalada.
- 11 3ª Promotoria de Justiça ainda não instalada.
- 12 3ª Promotoria de Justiça ainda não instalada.
- 13 3ª Promotoria de Justiça ainda não instalada.
- 14 2ª Promotoria de Justiça ainda não instalada.
- 15 2ª Promotoria de Justiça ainda não instalada.
- 16 Promotoria de Justiça ainda não instalada.

6.2 ATIVIDADES DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA NA ÁREA CRIMINAL

As atividades das Promotorias de Justiça na área criminal englobaram 924.899 procedimentos e processos no ano de 2017, contra 854.654 do ano de 2016, o que representa um crescimento de 8,22%. No gráfico a seguir é possível observar a evolução na área criminal a partir de 2010.

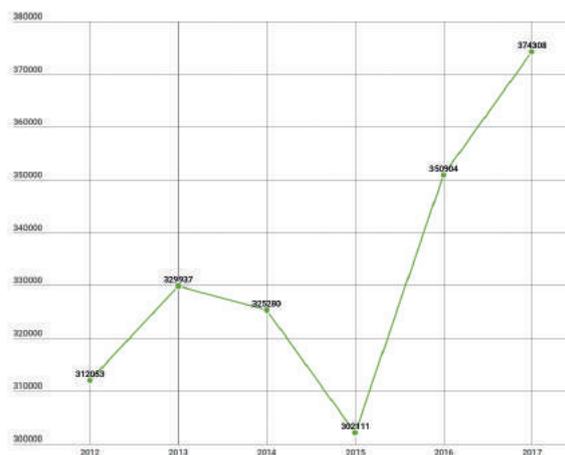
Gráfico 12 - Procedimentos e processos recebidos – Área Criminal



No ano de 2017, as Promotorias de Justiça receberam para análise 374.308 procedimentos, entre inquéritos policiais, notícias criminais e outros, representando um acréscimo de 6,67% em relação ao total recebido no ano de 2016, quando foi registrado o ingresso de 350.904 procedimentos. Percebe-se, neste aspecto, relevante acréscimo no número de processos “Retornados: delegacia/cartório/outro órgão de origem (antigos)”, que passou de 192.765 para 207.564 em 2017, um percentual de 7,68%.

O gráfico adiante apresenta um demonstrativo dos totais recebidos, relativamente às notícias criminais, inquéritos policiais, termos circunstanciados e outros procedimentos da área, comparando os anos de 2012 a 2017.

Gráfico 13 – Total de Notícias Criminais, Inquéritos Policiais, Termos Circunstanciados e Procedimentos Administrativos recebidos



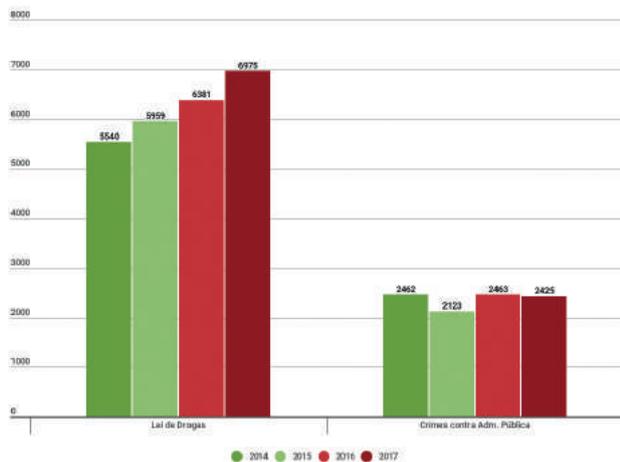
Nas Promotorias de Justiça criminais foram ofertadas 49.189 denúncias, o que representa um aumento de 4,35%, em comparação ao ano de 2016 (47.140).

Analisando os dados relativos aos tipos penais denunciados previstos na legislação de tutela da coletividade e no Código Penal Militar, tem-se que a maior incidência se deu em relação aos crimes contra a ordem tributária, com 2.049 denúncias, seguida do meio ambiente, com 1.155. Já em relação aos tipos penais previstos no Código Penal, a maior incidência, mais uma vez, foi no âmbito dos crimes contra o patrimônio, com 13.085 denúncias, seguindo-se os crimes contra a pessoa, com 3.932 denúncias oferecidas. Nos tipos penais previstos em leis especiais, a maior incidência ocorreu nos crimes previstos no Código de Trânsito Brasileiro, com 8.001 denúncias, seguindo-se os previstos na Lei Antidrogas, com 6.975 denúncias.

Em relação aos crimes contra a ordem tributária denunciados em 2017, o total sonegado, em valores nominais, alcançou R\$ 717.286.000,00, um aumento de R\$ 292.426.000,00, vale dizer, 68,83% a mais que o ano anterior, quando o montante foi de R\$ 424.860.000,00. Ressalte-se que, durante o ano de 2017, foram recolhidos aos cofres públicos, em razão das ações do Ministério Público, R\$ 153.750.143,92, valor 48,89% superior a 2016, quando foram recolhidos R\$ 103.265.232,02. Vale sublinhar, por último, que, também em face das ações do Ministério Público no combate à sonegação fiscal até 2017, remanesce um saldo de parcelamentos tributários de R\$ 736.237.591,23, a serem recolhidos aos cofres públicos do Estado de Santa Catarina.

Observa-se, também, que houve uma pequena diminuição nos tipos penais denunciados por crimes contra a Administração Pública, no percentual de 1,54%, e, nos crimes previstos na Lei Antidrogas, um acréscimo de 9,31%.

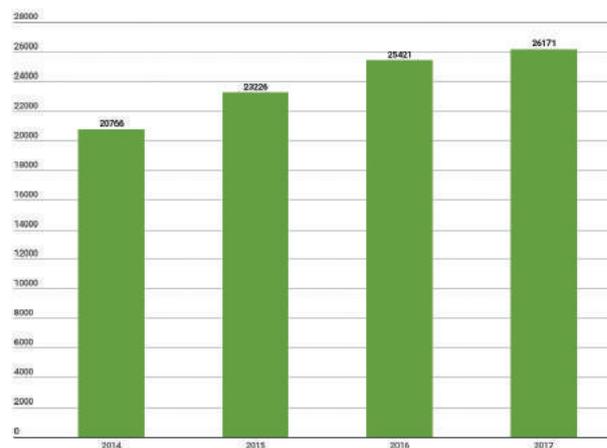
Gráfico 14 – Lei de Drogas e Crimes Contra a Administração Pública



Dos 374.308 inquéritos policiais, notícias criminais e procedimentos investigatórios recebidos pelo Ministério Público para exame em 2017, 207.564 retornaram de diversos órgãos e 166.744 são originários deste ano.

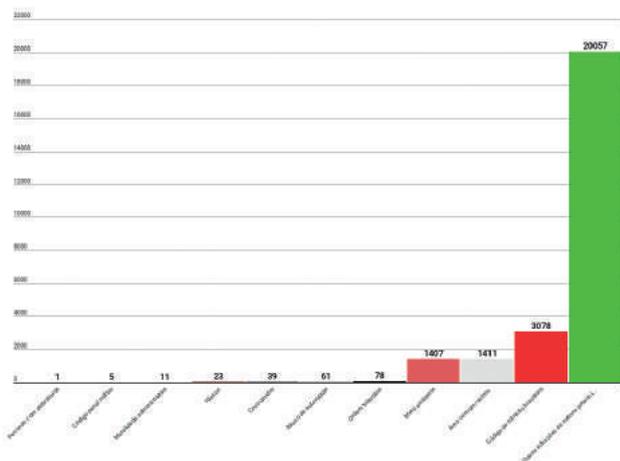
Por fim, em 2017 foram realizadas 26.171 transações penais, o que representa um acréscimo na ordem de 2,95% em relação ao ano de 2016, quando foram computadas 25.421 transações, como se observa no gráfico seguinte.

Gráfico 15 – Transações penais realizadas



A maior incidência de transações penais ocorreu em face de práticas delituosas previstas no Código de Trânsito Brasileiro, com 3.078 registros, seguida daquelas ocorridas ante os delitos ambientais, com 1.407 transações, tudo isso sem prejuízo do registro de 20.057 transações penais referentes a outras infrações penais de menor potencial ofensivo, como demonstrado no gráfico seguinte.

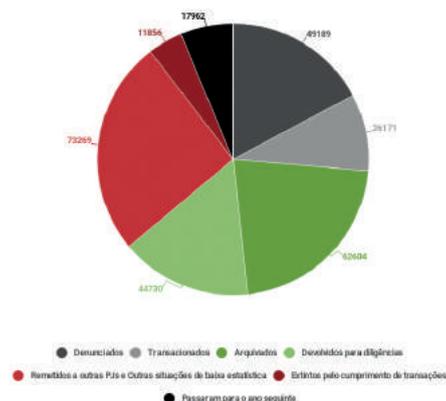
Gráfico 16 – Transações penais realizadas por área



Dos 390.723 inquéritos policiais, notícias criminais e procedimentos investigatórios manuseados no ano de 2017, que significam a soma daqueles recebidos no ano (374.308) com aqueles que já se encontravam em andamento nas Promotorias de Justiça ao final de 2016 (16.415), destaca-se que 104.942 eram intimações (26,86%), 12,59% (49.189) resultaram em denúncia, 6,70% (26.171) foram objeto de transação penal, 16,02% (62.604) foram arquivados, 11,45% (44.730) foram devolvidos à origem para novas diligências, 18,75% (73.269) foram remetidos a outros órgãos ou implicaram outras situações de baixa de estatística, 3,03% (11.856) foram extintos pelo cumprimento de transações formalizadas e 4,60% (17.962) passaram para o ano seguinte.

Para a análise gráfica dos dados acima foi desconsiderado o total de intimações diversas, correspondente a 104.942 em 2017.

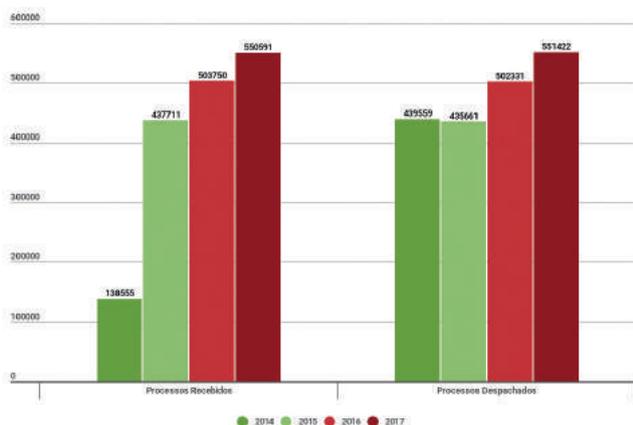
Gráfico 17 - Destinação dos inquéritos policiais, notícias criminais e procedimentos investigatórios



No campo dos processos criminais, foram recebidos pelas Promotorias de Justiça, em 2017, 550.591 processos, verificando-se um acréscimo de 9,30% em relação ao número registrado em 2016, que foi de 503.750 feitos. Dos processos recebidos em 2017, 551.422 foram despachados.

Merece destaque o número de condenações (14.944) em relação ao de absolvições (4.845), o que representa, em termos amplos, a chamada taxa de sucesso. Se consideramos o total das 19.789 intimações, observa-se que 75,52% corresponde a condenações e apenas 24,48% a absolvições. Em 2016 a proporção foi de 74,90% (13.430) de condenações para 25,10% (4.501) de absolvições.

Gráfico 18 - Total de processos recebidos e despachados

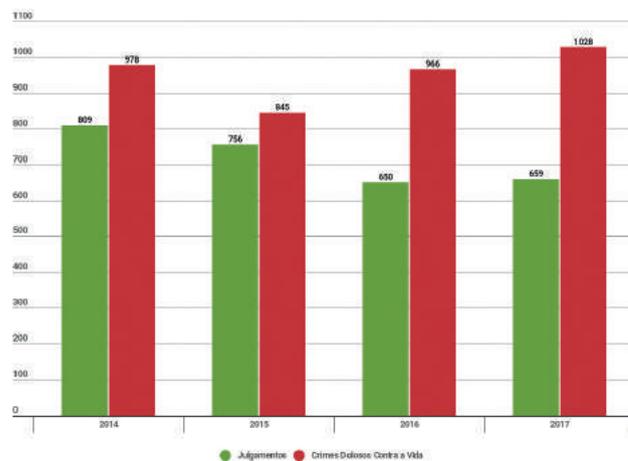


Remanesceu para análise no exercício de 2018 o total de 6.270 processos, o que equivale a uma redução de 11,75% em relação ao número de 2017, que foi de 7.105.

Os Promotores de Justiça participaram, em 2017, de 659 sessões do Tribunal do Júri, o que representa um aumento de 1,38% em relação ao ano anterior, quando foram registrados 650 julgamentos.

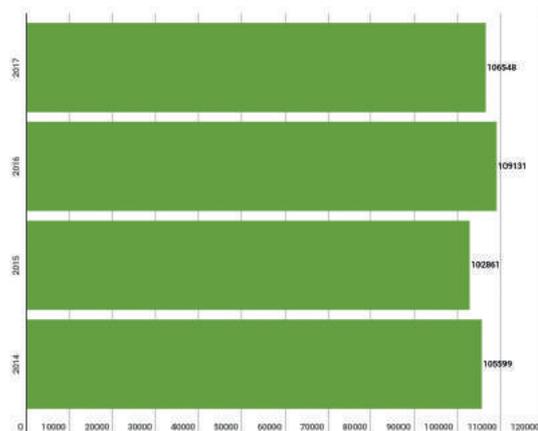
Já quanto aos crimes dolosos contra a vida observou-se um aumento de 6,42% entre 2016 e 2017, percentual decorrente do incremento de 966 para 1.028 crimes denunciados, conforme registrado no gráfico a seguir.

Gráfico 19 – Julgamentos realizados pelo Tribunal do Júri e crimes dolosos contra a vida



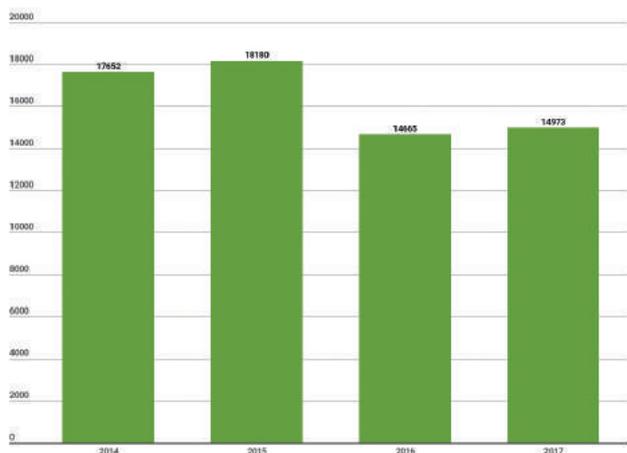
Em contrapartida, observou-se um declínio na participação de audiências, que passou de 109.131, em 2016, para 106.458 em 2017, o que se traduz em uma redução de 2,45%.

Gráfico 20 – Total de participações em audiências



As Promotorias de Justiça, no decorrer do ano de 2017, somente na área criminal atenderam 14.973 pessoas, número 2,10% superior aos 14.665 atendimentos realizados em 2016, como se observa no gráfico a seguir.

Gráfico 21 – Total de pessoas atendidas



Os relatórios das Promotorias de Justiça com atuação na área criminal apontam uma redução de 19,15% na quantidade de inquéritos policiais, notícias criminais e procedimentos investigatórios que passaram para o ano de 2018 com o prazo de vista vencido, que somaram 4.675, em comparação com os números de 2016 para 2017, quando então totalizaram 5.782.

Houve, também, um considerável decréscimo em relação às pendências de manifestação ministerial em processos-crime, remanescendo 1.774 feitos com prazo de vista vencido ao final de 2017, enquanto ao final do ano de 2016 havia 2.266 processos nessa situação, o que corresponde a uma redução de 21,71%.

Vale destacar ainda que ocorreu uma redução nas visitas realizadas a delegacias de polícia e em estabelecimentos penais. Enquanto em 2017 foram computadas 1.174 visitas, em 2016 foram 1.214. Ainda que tivéssemos um incremento no número de entidades criadas, como pode ser observado no quadro 4, a diminuição ocorreu por conta, provavelmente, da alteração na periodicidade de realização de relatórios.

Quadro 4 – Entidades criadas em 2017 – Resolução n. 20/2007/CNMP

N.	Classificação	Descrição
1	Delegacia	Central de Plantão Policial de Balneário Camboriú
2	Delegacia	Divisão de Investigação Criminal de Fronteira de Concórdia
3	Delegacia	Divisão de Investigação Criminal de Fronteira de Chapecó
4	Delegacia	Divisão de Investigação Criminal de Araranguá
5	Delegacia	Delegacia de Homicídios de Joinville
6	Delegacia	Divisão de Investigação Criminal de Joinville
7	Delegacia	Central de Polícia de Joinville
8	Delegacia	Divisão de Investigação Criminal de Fronteira de São Lourenço do Oeste
9	Delegacia	Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso de Fronteira de São Lourenço do Oeste
10	Instituto Médico Legal	Instituto Médico Legal de Concórdia

Quadro 5 – Entidades desativadas em 2017

N.	Classificação	Descrição
1	Delegacia	Delegacia de Delitos de Trânsito de Joinville

Já no que diz respeito às instituições tratadas pela Resolução n. 56/2010/CNMP (inspeções carcerárias), não houve acréscimo de instituições.

Na tabela 11 estão discriminados todos os dados das atividades desenvolvidas nas Promotorias de Justiça na área criminal no ano de 2017, em comparação com aqueles registrados no ano de 2016.

Tabela 11 – Atividades da Área Criminal

Itens	2016	2017	Varição (%)
1. INQUÉRITOS/NOTÍCIAS CRIMINAIS/PROCEDIMENTOS/TERMOS	368.404	390.723	6,06%
1.1. Remanescentes em gabinete do período anterior	17.500	16.415	-6,20%
1.2. Retornados: delegacia/cartório/outro órgão de origem (antigos)	192.765	207.564	7,68%
1.3. Recebidos/instaurados no período (somente os novos)	158.139	166.744	5,44%
a) Procedimentos de Investigação Criminal (PICs) instaurados	5291	6221	17,58%
b) meio ambiente	3.901	3.723	-4,56%
c) consumidor	621	648	4,35%
d) moralidade administrativa	428	322	-24,77%
e) idosos	467	537	14,99%
f) pessoas com deficiência	28	31	10,71%
g) violência doméstica e relação familiar	21.255	20.791	-2,18%
h) preconceito racial	23	14	-39,13%
i) ordem tributária	3.196	5.210	63,02%
j) Código Penal Militar	2.053	1.642	-20,02%
k) outras infrações de menor potencial ofensivo	58.027	65.530	12,93%
l) área comum/outros	67.611	67.674	0,09%
1.4. TRANSAÇÕES PENAIS	25.421	26.171	2,95%
a) meio ambiente	1.388	1.407	1,37%
b) consumidor	58	39	-32,76%

Itens	2016	2017	Varição (%)
c) moralidade administrativa	10	11	10,00%
d) idosos	41	23	-43,90%
e) pessoas com deficiência	12	1	-91,67%
f) ordem tributária	73	78	6,85%
g) Código Penal Militar	6	5	-16,67%
h) Código de Trânsito Brasileiro	2.819	3.078	9,19%
i) abuso de autoridade	52	61	17,31%
j) outras infrações de menor potencial ofensivo	19.565 1	20.057	2,51%
k) área comum/outros	1.397	1.411	1,00%
1.5. Arquivados	59.072	62.604	5,98%
a) Procedimentos de Investigação Criminal (PICs)	150	154	2,67%
b) meio ambiente	760	823	8,29%
c) consumidor	225	186	-17,33%
d) moralidade administrativa	98	91	-7,14%
e) idosos	230	248	7,83%
f) pessoas com deficiência	6	11	83,33%
g) violência doméstica e relação familiar	7.664	7.510	-2,01%
h) preconceito racial	12	16	33,33%
i) ordem tributária	1.146	2.068	80,45%
j) Código Penal Militar	745	1.027	37,85%
k) Código de Trânsito Brasileiro	3.433	3.942	14,83%
l) abuso de autoridade	486	585	20,37%
m) outras infrações de menor potencial ofensivo	20.572	21.157	2,84%
n) área comum/outros	23.545	24.786	5,27%
1.6. Baixados para diligência	44.660	44.730	0,16%
1.7. Extinção da punibilidade pelo cumprimento da transação (formalizada)	10.979	11.856	7,99%
1.8. Remetidos a outras promotorias e outras situações de baixa estatística	67.043	73.269	9,29%
1.9 Intimações diversas	97.635	104.942	7,48%
1.10. Denúncias oferecidas	47.140	49.189	4,35%
a) meio ambiente	1.264	1.172	-7,28%
b) consumidor	197	201	2,03%
c) moralidade administrativa	127	110	-13,39%

Itens	2016	2017	Varição (%)
d) idosos	62	79	27,42%
e) pessoas com deficiência	10	9	-10,00%
f) violência doméstica e relação familiar (Lei n. 11.340/2006)	7.266	8.051	10,80%
g) preconceito racial	24	20	-16,67%
h) ordem tributária	1.546	2.056	32,99%
h.1) valor nominal sonogado (desprezar frações de milhares)	453.680	744.954	64,20%
i) lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores	5 1	4	-20,00%
j) Código Penal Militar	74	202	172,97%
k) Código de Trânsito Brasileiro	7.667	6.834	-10,86%
l) outras infrações de menor potencial ofensivo	6.725	6.507	-3,24%
m) área comum/outros	22.173	23.944	7,99%
1.11. Passam para o período seguinte	16.454	17.962	9,16%
2. TIPOS PENAS DENUNCIADOS	43.670	45.261	3,64%
2.1. Área da Coletividade/Código Penal Militar	3.068	3.666	19,49%
a) meio ambiente	1.234	1.155	-6,40%
b) consumidor	179	176	-1,68%
c) moralidade administrativa	37	51	37,84%
d) pessoas com deficiência	-	3	300%
e) preconceito racial	23	17	-26,09%
f) ordem tributária	1.526	2.049	34,27%
f.1) art. 1º, da Lei n. 8.137/80	306	266	-13,07%
f.2) art. 2º, da Lei n. 8.137/80	1.220	1.769	45,00%
f.3) outros contra a ordem tributária	7	14	100,00%
g) Código Penal Militar	69	215	211,59%
2.2 Código Penal	20.898	22.296	6,69%
2.2.1. Contra a Pessoa	3.385	3.932	16,16%
a) Homicídio	1.006	1.059	5,27%
a.1) homicídio simples	157	160	1,91%
a.2) homicídio qualificado	797	862	8,16%
a.3) homicídio culposo	52	37	-28,85%
b) Aborto	12	6	-50,00%
c) Lesão corporal	1.299	1.481	14,01%

Itens	2016	2017	Varição (%)
c.1) lesão corporal dolosa	1.273	1.423	11,78%
c.2) lesão corporal culposa	18	45	150,00%
c.3) lesão corporal seguida de morte	8	13	62,50%
d) Sequestro e cárcere privado	22	16	-27,27%
e) Outros tipos contra a pessoa	1.046	1.370	30,98%
2.2.2. Contra o patrimônio	12.292	13.085	6,45%
a) furto	5.753	6.157	7,02%
b) roubo e extorsão	2.616	2.602	-0,54%
c) latrocínio	85	121	42,35%
d) extorsão com restrição à liberdade ("sequestro relâmpago")	17	2	-88,24%
e) extorsão mediante sequestro	42	2	-95,24%
d) estelionato e outras fraudes	1.059	1.292	22,00%
e) outros tipos contra o patrimônio	2.720	2.909	6,95%
2.2.3 Contra a dignidade sexual	653	754	15,47%
a) estupro	385	437	13,51%
a.1) conjunção carnal	203	246	21,18%
a.2) outro ato libidinoso	182	191	4,95%
b) violação sexual mediante fraude	8	15	87,50%
c) estupro contra vulnerável (exceto vítima menor de 14 anos)	161	210	30,43%
d) outros contra a dignidade sexual	99	92	-7,07%
2.2.4. Contra a Administração Pública	2.463	2.425	-1,54%
a) peculato	60	65	8,33%
b) emprego irregular de verbas ou rendas públicas	1	-	-100,00%
c) concussão	14	12	-14,29%
d) corrupção passiva	54	27	-50,00%
e) corrupção ativa	66	56	-15,15%
f) prevaricação	7	8	14,29%
g) desacato e resistência	1.561	1.448	-7,24%
h) outros contra a Administração Pública	700	809	15,57%
2.2.5. Outros tipos do Código Penal	2.105	2.100	-0,24%
2.3. Tipos previstos em leis especiais	19.704	19.299	-2,06%
2.3.1. Lei de Drogas	6.381	6.975	9,31%

Itens	2016	2017	Varição (%)
a) posse	2.999	2.886	-3,77%
b) tráfico	2.982	3.610	21,06%
c) associação para o tráfico	321	379	18,07%
d) outros da Lei de Drogas	79	100	26,58%
2.3.2. Abuso de autoridade	43	27	-37,21%
2.3.3. Tortura	32	22	-31,25%
2.3.4. Crimes da Lei de Armas	2.334	2.453	5,10%
2.3.5. Crimes do Código de Trânsito Brasileiro	9.077	8.001	-11,85%
a) homicídio culposo	337	318	-5,64%
b) lesão corporal culposa	472	382	-19,07%
c) embriaguez	6.113	5.214	-14,71%
d) racha	19	10	-47,37%
e) outros crimes do Código de Trânsito Brasileiro	2.136	2.077	-2,76%
2.3.6. Crimes Eleitorais	82	71	-13,41%
2.3.7. Crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores	12	12	0,00%
2.3.8. Outros	1.743	1.738	-0,29%
3. CRIMES CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	1.503	1.525	1,46%
3.1. Contra a vida	-	2	200,00%
3.2. Lesão corporal e maus tratos	64	61	-4,69%
3.3. Abandono e omissão de socorro	24	31	29,17%
3.4. Contra a dignidade sexual	630	671	6,51%
a) estupro (conjunção carnal ou outro ato libidinoso) contra vulnerável	601	625	3,99%
b) outros contra a dignidade sexual	29	46	58,62%
3.5. Crimes previstos na Lei n. 8.069/80 (ECA)	704	673	-4,40%
a) privação de liberdade - art. 230	1	-	-100,00%
b) constrangimento ilegal - art. 232	19	21	10,53%
c) produção artística pornográfica - art. 240	14	18	28,57%
d) uso de imagem pornográfica - art. 241	34	33	-2,94%
e) submissão à prostituição e exploração sexual - art. 244-A	5	5	0,00%
f) corrupção de menor de 18 anos - art. 244-B	501	436	-12,97%
g) outros previstos na Lei n. 8.069/80 (ECA)	130	160	23,08%
3.6. Abuso de autoridade	3	-	-100,00%

Itens	2016	2017	Varição (%)
3.7. Tortura	7	11	57,14%
3.8. Outros contra criança e adolescente	71	76	7,04%
4. CRIMES CONTRA IDOSOS	91	104	14,29%
4.1. Contra a vida	-	1	100,00%
4.2. Lesão corporal e maus tratos	25	30	20,00%
4.3. Abandono e omissão de socorro	6	7	16,67%
4.4. Contra a dignidade sexual	17	6	-64,71%
a) estupro (conjunção carnal ou outro ato libidinoso) contra vulnerável	17	5	-70,59%
b) outros crimes contra a dignidade sexual	-	1	100,00%
4.5. Crimes previstos no Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03)	41	59	43,90%
a) art. 102 - Apropriação/desvio de bens ou valores	26	39	50,00%
b) art. 104 - Retenção de cartão magnético	1	-	-100,00%
c) art. 105 - Veiculação de informações/imagens depreciativas	1	-	-100,00%
d) art. 107 - Coação para outorga de procuração	1	1	0,00%
e) art. 108 - Lavra de ato notarial irregular em desfavor idoso	-	-	0,00%
f) outros previstos na Lei 10.741/03	12	19	58,33%
4.6 Abuso de autoridade	1	-	-100,00%
4.7 Tortura	1	1	0,00%
5. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E RELAÇÃO FAMILIAR	8.731	10.068	15,31%
5.1. Contra a vida	49	51	4,08%
5.2. Lesão corporal	4.087	4.631	13,31%
5.3. Ameaça	3.432	3.944	14,92%
5.4. Contra a dignidade sexual	128	177	38,28%
a) estupro (conjunção carnal ou outro ato libidinoso)	104	145	39,42%
b) outros contra a dignidade sexual	24	32	33,33%
5.5. Contra a honra	18	26	44,44%
5.6. Outros	1.017	1.239	21,83%
6. PROCESSOS	509.737	557.696	9,41%
6.1. Remanescentes em gabinete do período anterior	5.686	7.105	24,96%
6.2. Recebidos no período	503.750	550.591	9,30%
a) meio ambiente	6.561	7.139	8,81%
b) consumidor	960	1.064	10,83%

Itens	2016	2017	Varição (%)
c) moralidade administrativa	951	966	1,58%
d) idosos	323	349	8,05%
e) pessoas com deficiência	36	45	25,00%
f) violência doméstica e relações familiares	41.721	51.984	24,60%
g) preconceito racial	20	26	30,00%
h) área tributária	8.933	9.945	11,33%
i) Código Penal Militar	1.046	1.634	56,21%
j) outras infrações de menor potencial ofensivo	33.952	40.034	17,91%
k) área comum/outros	409.247	437.405	6,88%
6.3. Manifestações	502.331	551.422	9,77%
a) alegações finais	24.493	24.296	-0,80%
b) medidas cautelares e/ou protetivas	7.045	11	-99,99%
b.1) representação de autoridade policial pela prisão preventiva	766	1.041	35,90%
b.2) medidas protetivas de urgência	6.279	9.486	51,08%
c) propostas de suspensão condicional do processo	3.134	3.566	13,78%
d) execução penal	103.066	110.122	6,85%
e) razões de recursos	3.492	3.488	-0,11%
f) contrarrazões de recursos	10.149	11.397	12,30%
g) pareceres perante a Turma de Recursos	851	1.030	21,03%
h) outras	141.850	153.048	7,89%
i) intimações diversas	208.251	233.948	12,34%
6.4. Passam para o período seguinte	7.105	6.270	-11,75%
7. INTIMAÇÕES DE SENTENÇAS	66.379	72.563	9,32%
7.1. Absolutórias	4.501	4.845	7,64%
7.2. Condenatórias	13.430	14.944	11,27%
7.3. Pronúncia	576	554	-3,82%
7.4. Impronúncia	88	96	9,09%
7.5. Desclassificação para o juízo comum	85	204	140,00%
7.6. Absolvição sumária	241	203	-15,77%
7.7. Extinção da punibilidade	25.875	27.955	8,04%
7.8. Outras	21.583	23.762	10,10%
8. TRIBUNAL DO JÚRI - PLENÁRIO			

Itens	2016	2017	Varição (%)
8.1. Sessões de julgamento	650	659	1,38%
8.2. Réus condenados	529	590	11,53%
8.3. Réus absolvidos	183	175	-4,37%
8.4. Decisões desclassificadoras	63	79	25,40%
9. PEDIDOS DE QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO, TELEFÔNICO E OUTROS			
9.1. Quebra de sigilo bancário	133	154	15,79%
9.2. Interceptação telefônica			
9.2.1. Procedimentos remanescentes do período anterior	387	339	-12,40%
9.2.2. Procedimentos iniciados no período	710	742	4,51%
9.2.3. Procedimentos findos no período	758	719	-5,15%
9.2.4. Procedimentos que permanecem em trâmite	339	362	6,78%
9.2.5. Telefones monitorados em procedimentos remanescentes do período anterior	1.426	1.333	-6,52%
9.2.6. Telefones monitorados em procedimentos iniciados no período	3.572	5.704	59,69%
9.2.7. Telefones monitorados em procedimentos findos no período	3.665	4.887	33,34%
9.2.8. Telefones monitorados em procedimentos que permanecem em trâmite	1.333	2.150	61,29%
9.3. Interceptação em sistemas de informação (telemática ou informática)			
9.3.1. Procedimentos remanescentes do período anterior	53	46	-13,21%
9.3.2. Procedimentos iniciados no período	107	103	-3,74%
9.3.3. Procedimentos findos no período	114	80	-29,82%
9.3.4. Procedimentos que permanecem em trâmite	46	69	50,00%
9.3.5. Endereços Eletrônicos monitorados em procedimentos remanescentes do período anterior	89	35	-60,67%
9.3.6. Endereços Eletrônicos monitorados em procedimentos iniciados no período	109	133	22,02%
9.3.7. Endereços Eletrônicos monitorados em procedimentos findos no período	163	93	-42,94%
9.3.8. Endereços Eletrônicos monitorados em procedimentos que permanecem em trâmite	35	75	114,29%
9.4. Número de pessoas investigadas			
9.4.1. Total de investigados	5.472	6.787	24,03%
9.4.2. Total de pessoas sob investigação ao fim do período	356	236	-33,71%
10. OUTRAS ATIVIDADES	147.763	152.281	3,06%
10.1. Audiências judiciais	109.131	106.458	-2,45%
10.2. Sessões de julgamento dos Conselhos de Justiça Militar	105	63	-40,00%
10.3. Sessões da Turma de Recursos	74	92	24,32%
10.4. Requerimentos de prisão preventiva	909	797	-12,32%
10.5. Atos de controle externo da atividade policial	620	711	14,68%

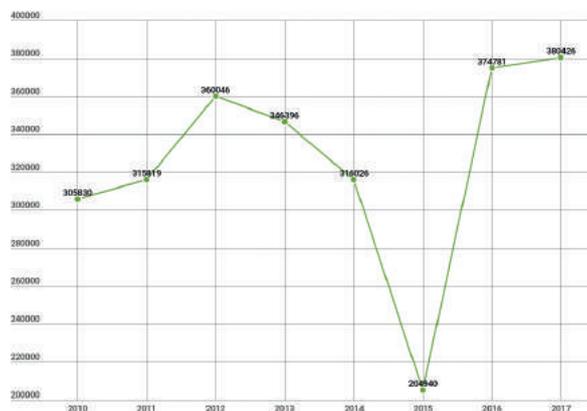
Itens	2016	2017	Varição (%)
10.6. Visitas a delegacias de polícia	708	698	-1,41%
10.7. Visitas a estabelecimentos penais	449	478	6,46%
10.8. Outras manifestações em procedimentos extrajudiciais	21.102	28.011	32,74%
10.9. Atendimento ao público (número de pessoas atendidas)	14.665	14.973	2,10%
11. PENDÊNCIAS COM PRAZO DE MANIFESTAÇÃO VENCIDO	14.704	13.189	-10,30%
11.1. Inquéritos policiais, notícias criminais, procedimentos e termos	5.782	4.675	-19,15%
11.2. Procedimento de Investigação Criminal (PIC) - mais de 90 dias	46	74	60,87%
11.3. Processos	2.266	1.774	-21,71%
11.4. Vencidos há mais de 30 (trinta) dias (geral)	6.610	6.666	0,85%

Fonte: Sistema de Anotação de Informação – SAI

6.3 ATIVIDADES DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA NA ÁREA CÍVEL

As atividades das Promotorias de Justiça na área cível englobaram 380.426 procedimentos e processos no ano de 2017, contra 374.781 do ano de 2016, o que representa um crescimento de 1,51%. No gráfico a seguir é possível observar o comportamento dessa demanda a partir de 2010.

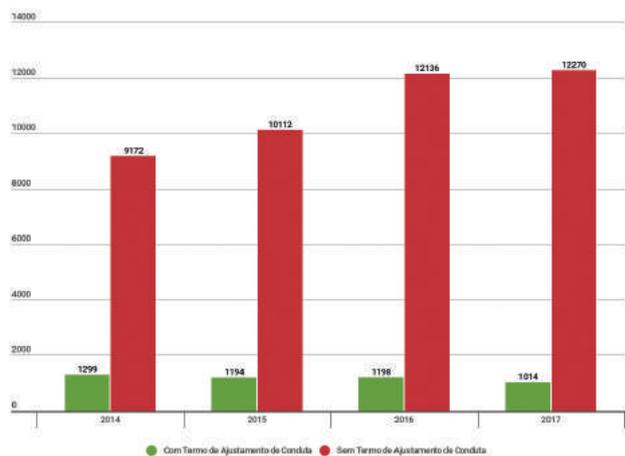
Gráfico 22 - Procedimentos e processos recebidos – Área Cível



Na área da defesa dos direitos difusos e coletivos foram instaurados, em 2017, 24.377 inquéritos civis, procedimentos preparatórios e peças informativas. Comparando com o ano de 2016, quando o montante chegou a 24.510, constatou-se uma redução de 133 procedimentos, o que representa uma diminuição de 0,54% em relação ao ano anterior.

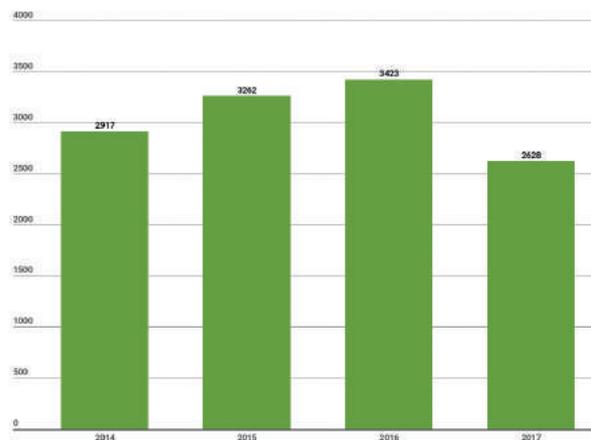
Em 2017 foram arquivados 13.284 procedimentos, um declínio de 0,37% em relação a 2016, quando foram arquivados 13.334. Destes arquivamentos, 12.270 foram efetuados sem ajustamento de conduta e 1.014 com ajustamento de conduta. Já em 2016 foram efetuados 12.136 arquivamentos sem ajustamento de conduta e 1.198 com ajustamento de conduta.

Gráfico 23 – Procedimentos arquivados



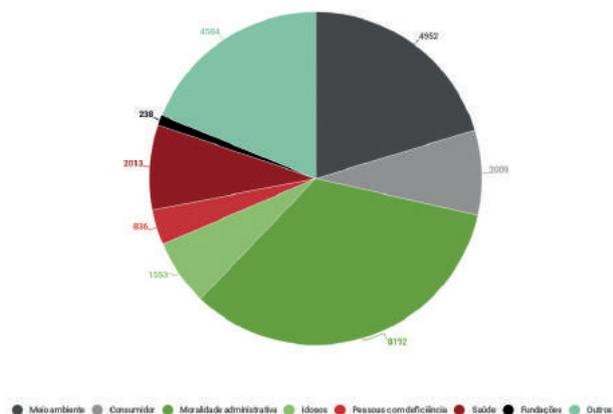
É importante destacar, ainda, que a atuação do Ministério Público na área da defesa dos interesses difusos e coletivos sofreu redução em relação ao ano anterior, já que em 2017 foram ajuizadas 2.628 ações civis públicas, contra 3.423 no ano de 2016, o que representa um decréscimo de 23,23%.

Gráfico 24 - Ações Cíveis Públicas ajuizadas



Nas áreas de defesa dos direitos difusos e coletivos, a instauração de procedimentos novos, no decorrer do exercício de 2017, mostrou-se mais expressiva na área da moralidade administrativa (8.192), seguindo-se o meio ambiente (4.952) e a saúde (2.013 procedimentos), sem considerar aqueles classificados em “outros”, que representaram 4.584.

Gráfico 25 - Inquéritos Cíveis, Procedimentos Administrativos e Peças Informativas por área



A área da defesa da moralidade administrativa apresentou em 2017 um volume 26,91% maior de procedimentos em relação a 2016, alcançando 8.192 procedimentos instaurados. Nesta área foram promovidos 3.351 arquivamentos sem ajustamento de conduta, 529 a mais do que no ano anterior (2.822), e 148 arquivamentos com ajustamento de conduta, 42,31% a mais que no ano anterior (104). Foram deflagradas 623 ações civis públicas em 2017, o que representa 0,16% a mais do que em 2016 (622).

Já na área de defesa do meio ambiente foram ajuizadas 400 ações civis públicas, uma redução significativa de 37,69% em relação ao ano anterior (642). Foram promovidos, ainda, 298 arquivamentos com ajustamento de conduta e outros 1.953 sem ajustamento de conduta.

Por sua vez, na área do consumidor ocorreu uma pequena variação do número de procedimentos instaurados, passando de 2.230 em 2016 para 2.009 em 2017. Dos instaurados em 2017, 754 foram arquivados sem ajustamento de conduta e outros 285 com ajustamento de conduta. Da-se destaque também para as 73 ações ajuizadas.

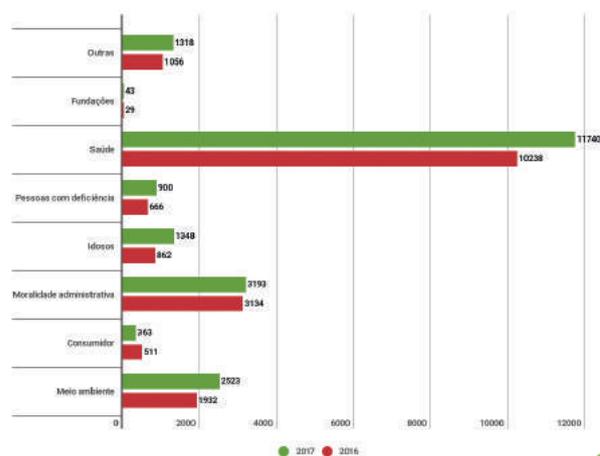
Na área dos direitos das pessoas com deficiência foram

intentadas 108 ações civis públicas no ano de 2017, ao passo que no ano anterior foram ajuizadas 116, verificando-se um declínio de 6,90%. Na mesma área, instauraram-se 836 procedimentos em 2017, contra 1.299 em 2016.

Na área de defesa dos direitos humanos, da cidadania e das fundações devem ser registradas as visitas de inspeção realizadas por promotores de justiça, que, ao longo de 2017, estiveram presentes em 190 abrigos para idosos, em 10 abrigos para pessoas com deficiência, em 39 estabelecimentos de saúde, em 2 comunidades terapêuticas e em 8 fundações.

Em relação ao total de manifestações em ações civis públicas ajuizadas, ocorreu incremento em quase todas as áreas, comparando-se os anos de 2016 e 2017. No meio ambiente o aumento foi de 30,59% (de 1.932 para 2.523), na área de fundações de 48,28% (de 29 para 43), na moralidade administrativa de 1,88% (de 3.134 para 3.193), em idosos de 56,38% (de 862 para 1.348), em pessoas com deficiência de 35,14% (de 666 para 900), em saúde de 14,67% (de 10.238 para 11.740) e nas manifestações classificadas como “outras” de 24,81% (de 1.056 para 1.318). A única área em que se constatou redução foi a do consumidor, na ordem de 28,96% (de 511 para 363).

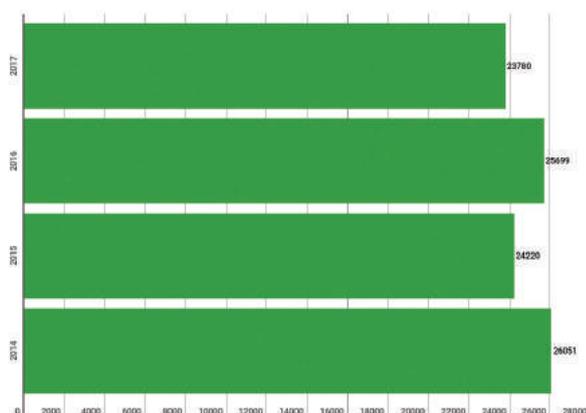
Gráfico 26 - Manifestações em Ações Civis Públicas



Em 2017 foram realizadas 186 audiências públicas, 257,69% a mais que no ano anterior (52), assim como foram inquiridas 5.831 pessoas nas 4.382 audiências para instrução de inquéritos civis e procedimentos preparatórios no âmbito das Promotorias de Justiça, número 13,55% maior que o registrado em 2016, que foi de 3.859. No ano de 2017 foram proferidas, pelos promotores de justiça, nas mais diversas regiões do Estado, 187 palestras sobre assuntos institucionais, sempre com o propósito de intensificar e estreitar as relações do Ministério Público com a sociedade.

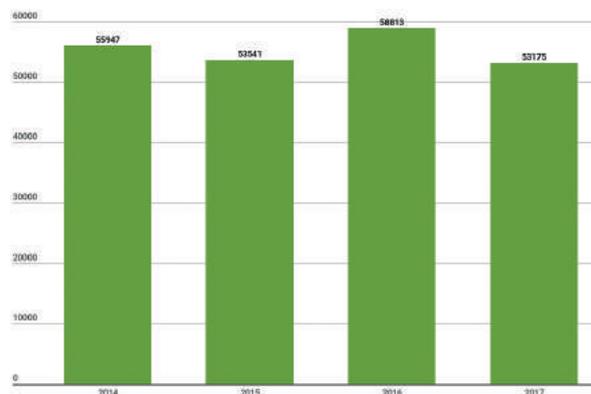
Quanto à participação em audiências na área cível, observou-se uma redução de 7,47%, passando-se de 25.669 em 2016 para 23.780 em 2017.

Gráfico 27 – Participações em audiências judiciais – Área Cível



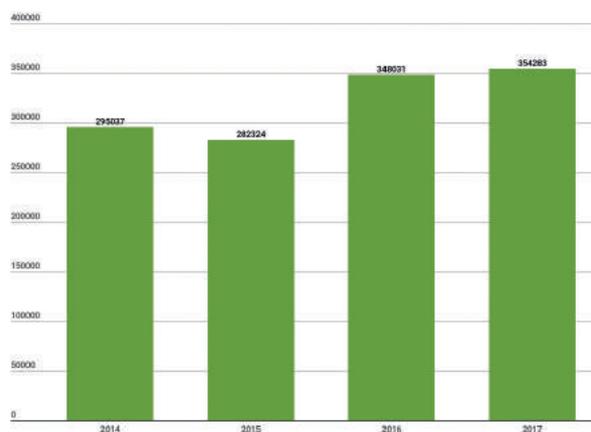
Além disso, nas Promotorias de Justiça, no decorrer do ano de 2017, somente na área cível foram atendidas 53.175 pessoas, número 9,59% inferior aos 58.813 realizados em 2016, conforme se pode observar no gráfico seguinte.

Gráfico 28 – Total de pessoas atendidas



Na área cível, os dados estatísticos das atividades das Promotorias de Justiça, no ano de 2017, revelam que houve aumento na demanda processual. Foram recebidos 354.283 processos cíveis para exame, o que representa um incremento de 1,80% em relação ao número registrado em 2016 (348.031 processos).

Gráfico 29 – Total de processos recebidos



Dentre as manifestações processuais, permanecem representando a maior fatia aquelas exaradas em processos envolvendo direito de família, num total de 90.492.

Na tabela 12 estão discriminados todos os dados das atividades desenvolvidas nas Promotorias de Justiça na área cível em 2017 e seu comparativo com aqueles registrados no ano de 2016.

Tabela 12 – Atividades da Área Cível e Coletividade

Itens	2016	2017	Varição (%)
1. INQUÉRITOS CIVIS/PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS/PEÇAS INFORMATIVAS	47.131	47.038	-0,20%
1.1. Remanescentes em gabinete do período anterior	20.381	20.895	2,52%
1.2 Devolvidos à Promotoria pelo Conselho Superior do Ministério Público para diligências/outros	2.240	1.766	-21,16%
1.3. Instaurados/recebidos no período	24.510	24.377	-0,54%
a) meio ambiente	4.435	4.952	11,66%
b) consumidor	2.230	2.009	-9,91%
c) moralidade administrativa	6.455	8.192	26,91%
d) idosos	1.407	1.553	10,38%
e) pessoas com deficiência	1299	836	-35,64%
f) saúde	2.250	2.013	-10,53%
g) fundações	403	238	-40,94%
h) outros	6.031	4.584	-23,99%
1.4. Arquivados	13.334	13.284	-0,37%
1.4.1. Sem ajustamento de conduta	12.136	12.270	1,10%
a) meio ambiente	1.905	1.953	2,52%
b) consumidor	878	754	-14,12%
c) moralidade administrativa	2.822	3.351	18,75%
d) idosos	820	891	8,66%
e) pessoas com deficiência	323	430	33,13%
f) saúde	944	1.068	13,14%
g) direitos humanos, cidadania e fundações	619	792	27,95%
h) outros	2280	1.717	-24,69%
i) remessa ao Ministério Público Federal ou outro órgão do Ministério Público Estadual	1.545	1.314	-14,95%
1.4.2. Com ajustamento de conduta	1.198	1.014	-15,36%
a) meio ambiente	350	298	-14,86%

Itens	2016	2017	Varição (%)
b) consumidor	391	285	-27,11%
c) moralidade administrativa	104	148	42,31%
d) idosos	14	31	121,43%
e) pessoas com deficiência	201	90	-55,22%
f) saúde	29	80	175,86%
g) fundações	8	5	-37,50%
h) outros	101	77	-23,76%
1.5. Concluídos/anexados à petição inicial	2.970	2.543	-14,38%
1.6 Representações indeferidas	4.443	5.493	23,63%
1.7. Outras situações de baixa estatística	5.278	4.250	-19,48%
1.8. Ajustamentos de conduta em execução	2.073	23.055	1012,16%
1.9. Passam para o período seguinte	20.897	21.442	2,61%
2. AÇÕES CIVIS AJUIZADAS	5.025	3.952	-21,35%
2.1. Ações civis públicas	3.423	2.628	-23,23%
a) meio ambiente	642	400	-37,69%
b) consumidor	84	73	-13,10%
c) moralidade administrativa	622	623	0,16%
d) idosos	238	225	-5,46%
e) pessoas com deficiência	116	108	-6,90%
f) saúde	1.434	997	-30,47%
g) fundações	10	19	90,00%
h) outras	277	183	-33,94%
2.2. Ações diretas de inconstitucionalidade	34	49	44,12%
2.3. No Juízo da Família	677	627	-7,39%
2.4. No Juízo Eleitoral	423	215	-49,17%
2.5. Outras ações	468	433	-7,48%
3. PROCESSOS	352.481	360.489	2,27%
3.1. Remanescentes em gabinete do período anterior	4.450	6.206	39,46%
3.2. Recebidos no período	348.031	354.283	1,80%
a) meio ambiente	4.131	5.363	29,82%
b) consumidor	1317	1.444	9,64%

Itens	2016	2017	Varição (%)
c) moralidade administrativa	6.034	5.164	-14,42%
d) idosos	1.729	2.263	30,88%
e) pessoas com deficiência	1.859	2.304	23,94%
f) saúde	19.121	20.707	8,29%
g) fundações	388	414	6,70%
h) área comum/outros	313.452	316.624	1,01%
3.3. Manifestações	346.188	355.408	2,66%
a) Ação civil pública	18.428	21.428	16,28%
a.1) meio ambiente	1.932	2.523	30,59%
a.2) consumidor	511	363	-28,96%
a.3) moralidade administrativa	3.134	3.193	1,88%
a.4) idosos	862	1.348	56,38%
a.5) pessoas com deficiência	666	900	35,14%
a.6) saúde	10.238	11.740	14,67%
a.7) fundações	29	43	48,28%
a.8) outras	1056	1.318	24,81%
b) Direito de família	77.518	90.492	16,74%
c) Inventário/arrolamento (direito das sucessões)	5.680	5.534	-2,57%
d) Falência/recuperação judicial	2.705	2.137	-21,00%
e) Fazenda pública	3.817	3.747	-1,83%
f) Mandado de segurança	2.565	3.145	22,61%
g) Ação popular	122	120	-1,64%
h) Registros públicos	5.637	6.013	6,67%
i) Acidente de trabalho/previdenciário	630	719	14,13%
j) Ações indenizatórias	1048	1.103	5,25%
k) Ações possessórias/usucapião	4.893	3.976	-18,74%
l) Direito eleitoral	30.701	16.887	-45,00%
m) Recurso - razões	572	564	-1,40%
n) Recurso - contrarrazões	1050	797	-24,10%
o) Recurso - pareceres	175	116	-33,71%
p) Recurso - manifestações art. 1º do Ato PGJ/CGMP/n. 178/2001	1.006	1.150	14,31%

Itens	2016	2017	Variação (%)
q) Pareceres perante a Turma de Recursos	1074	658	-38,73%
r) Manifestações formais (art. 1º do Ato PGJ n. 103/2004)	19.960	18.378	-7,93%
s) Outras manifestações	22.164	22.843	3,06%
t) Cotas	7.513	7.664	2,01%
u) Intimações	138.930	147.937	6,48%
3.4. Passam para o período seguinte	6.260	5.011	-19,95%
4. OUTRAS ATIVIDADES	280.981	288.492	2,67%
4.1. Audiências judiciais	25.699	23.780	-7,47%
4.2. Sessões da Turma de Recursos	69	90	30,43%
4.3. Assistência em rescisões de contrato de trabalho	2.689	1.713	-36,30%
4.4. Atos de fiscalização de fundações	482	1.290	167,63%
4.5. Manifestações em habilitações de casamento	29.726	31.820	7,04%
4.6. Manifestações em procedimentos de parcelamento do solo	3.295	3.097	-6,01%
4.7. Outras manifestações em procedimentos extrajudiciais	44.755	52.865	18,12%
4.8. Reuniões/audiências extrajudiciais	7.461	7.706	3,28%
4.9. Visitas/inspeções em cartórios	46	18	-60,87%
4.10. Visitas a estabelecimentos que abriguem idosos	95	190	100,00%
4.11. Visitas a estabelecimentos que abriguem pessoas com deficiência	15	10	-33,33%
4.12. Visitas a estabelecimentos de saúde	15	39	160,00%
4.13. Visitas a comunidades terapêuticas	10	2	-80,00%
4.14. Visitas a fundações	6	8	33,33%
4.15. Palestras sobre assuntos institucionais	166	187	12,65%
4.16. Atos de Instrução INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO/PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO	107.639	112.502	4,52%
a) Audiências públicas realizadas	52	186	257,69%
b) Audiências instrutórias de ICP/PP	3.859	4.382	13,55%
c) Pessoas inquiridas	5.919	5.831	-1,49%
d) Requisições e ofícios expedidos	96.970	101.494	4,67%
e) Cartas Precatórias expedidas	461	233	-49,46%
f) Cartas Precatórias cumpridas	378	376	-0,53%
4.17. Atendimento ao público (número de pessoas atendidas)	58.813	53.175	-9,59%
5. PENDÊNCIAS COM PRAZO DE MANIFESTAÇÃO VENCIDO	6.952	7.421	6,75%

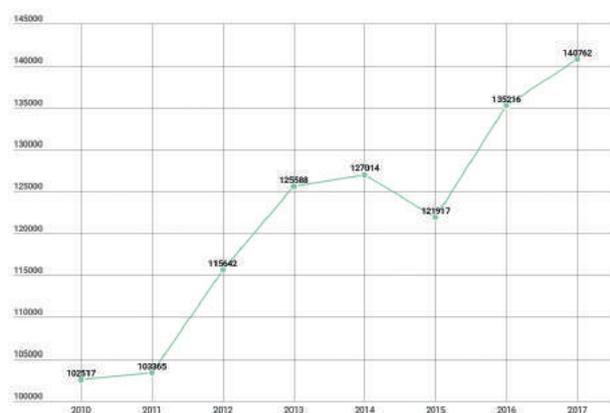
Itens	2016	2017	Varição (%)
5.1. Inquéritos civis/procedimentos preparatórios/peças informativas	3.277	3.646	11,26%
5.2. Processos	1069	679	-36,48%
5.3. Vencidos há mais de 30 (trinta) dias	2.606	3.096	18,80%

Fonte: Sistema de Anotação de Informação – SAI.

6.4 ATIVIDADES DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA NA ÁREA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

As atividades das Promotorias de Justiça na área da infância e juventude englobaram 140.762 procedimentos e processos no ano de 2017, contra 135.216 do ano de 2016, o que representa um crescimento de 4,10%. No gráfico a seguir é possível observar o desempenho da atuação a contar de 2010.

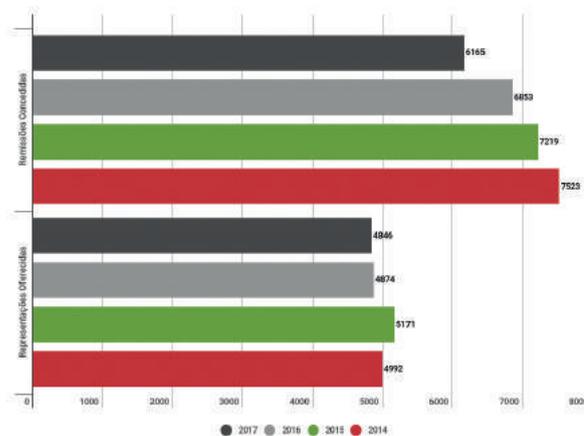
Gráfico 30 – Procedimentos e processos recebidos – Área da Infância e Juventude



As Promotorias de Justiça da área da infância e juventude receberam no ano de 2017 um total de 21.358 notícias de atos infracionais, número 1,98% menor em relação ao verificado no ano de 2016, que foi de 21.789.

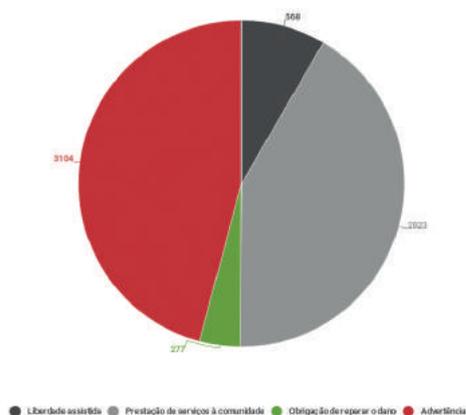
Por conta dessas notícias, foram apresentados em audiência, aos promotores de justiça, ao longo do ano de 2017, 9.261 adolescentes, apontados como autores de atos infracionais, resultando no oferecimento de 4.846 representações, uma redução de 0,57% em relação ao ano de 2016, quando foram propostas 4.874 representações em face de procedimentos infracionais da mesma natureza.

Gráfico 31 – Remissões concedidas e representações oferecidas



As remissões, também ilustradas no gráfico anterior, concedidas no ano de 2017 a adolescentes apontados como autores de atos infracionais, totalizaram 6.165, número um pouco inferior ao de 2016, quando foram concedidas 6.853 remissões. Dentre as concedidas no ano de 2017, 510 foram desacompanhadas de qualquer medida socioeducativa, enquanto as remissões cumuladas com medida socioeducativa totalizaram 5.655. Registra-se ainda que, destas, 3.104 foram cumuladas com medida socioeducativa de advertência, 277 com reparação do dano, 2.823 com prestação de serviço à comunidade e 568 cumuladas com medida socioeducativa de liberdade assistida, como ilustrado no gráfico a seguir.

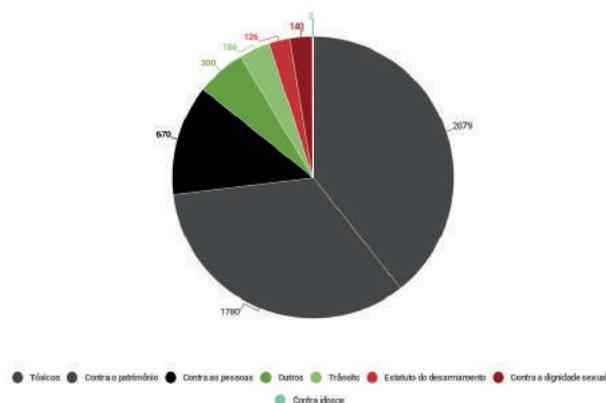
Gráfico 32 - Medidas socioeducativas aplicadas



Dentre os atos infracionais representados, a maior incidência envolveu a prática de tráfico de drogas, com 1.512 ocorrências, com um aumento de 7,46% em relação ao ano anterior, quando foram registrados 1.407. Em segundo lugar figura a prática de furto, com 760 ocorrências, com decréscimo de 5,82% em relação ao ano de 2016, quando se registraram 807 casos. A terceira incidência foi a de roubo e extorsão, totalizando 574 ocorrências, com um índice de 13,68%

menor que no ano anterior, que registrou 665 casos. São indicativos úteis, para efeito de aperfeiçoamento e redefinição de políticas e procedimentos, tanto no âmbito do Ministério Público quanto nos demais órgãos públicos, notadamente os ligados à Educação e à Segurança Pública.

Gráfico 33 - Atos infracionais representados



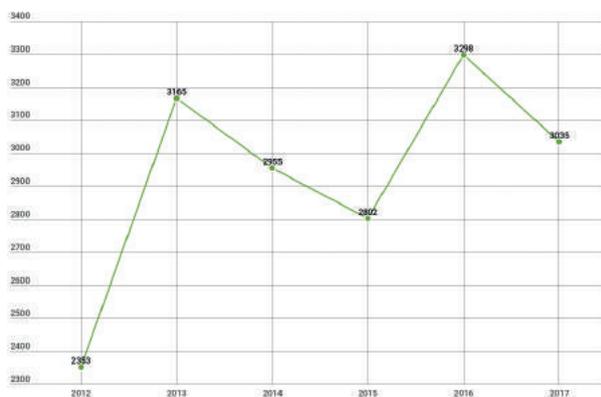
O índice de homicídios com autoria atribuída a adolescentes aumentou 1,99%, totalizando 154 ocorrências no ano de 2017, enquanto no ano de 2016 foram registrados 151.

Colhe-se dos dados estatísticos finais do exercício que crianças e adolescentes foram vítimas em 5 casos de ato infracional por prática de homicídio, um aumento de 66,67% em relação ao ano anterior, em que se observaram 3 casos. Já em relação aos atos infracionais contra a dignidade sexual foram registrados 22 casos, contra 29 em 2016, ou seja, volume 24,14% menor que o do ano anterior, e, ainda, 41 ocorrências por outros atos infracionais. Diferentemente de 2016, quando foi registrada uma ocorrência por prática de tortura, em 2017 não ocorreu o registro da prática.

Na área cível, no último ano, as Promotorias de Justiça com atuação na infância e juventude receberam 5.006 avisos por infrequência escolar, instrumento concebido no Programa de Combate à Evasão Escolar - APOIA. Destes casos informados ao Ministério Público, com a intervenção dos promotores de justiça, por meio de providências extrajudiciais, foi possível o retorno de 1.973 crianças ou adolescentes à escola, o que representa 42,87% do total de situações comunicadas. No entanto, comparado com os resultados de 2016 (1.965), constata-se que o número de comunicações de evasão escolar subiu 0,41%.

Entre procedimentos preparatórios e inquéritos civis públicos instaurados, bem como notícias e representações recebidas, excluindo avisos por infrequência escolar, por maus-tratos, denúncias encaminhadas por meio do *Disque 100*, as Promotorias de Justiça registraram 7.080 casos, tendo sido celebrados 95 termos de ajustamento de conduta, com o conseqüente arquivamento dos procedimentos. Foram arquivados, também, 3.035 procedimentos sem a celebração de ajustamento de conduta.

Gráfico 34 - Arquivamento de inquéritos civis e peças informativas sem ajustamento de conduta



Merece destaque também o ajuizamento, em 2017, de 3.172 ações civis para defesa de direitos de crianças e adolescentes, sendo 2.634 afetas a direitos individuais (art. 201, ECA) e 538 ações em defesa de direitos difusos e coletivos, números que, por si sós, demonstram que, em mais de dois mil casos, o Ministério Público pôde suprir a lacuna deixada pela estruturação e atuação ainda incipiente da Defensoria Pública no estado de Santa Catarina.

Quanto à natureza das ações civis relativas a direitos individuais, verificaram-se 2.634 ações civis para proteção de direitos, sendo 347 de destituição ou suspensão do poder familiar, 178 concernentes a guarda, 1.070 visando à adoção de medidas de proteção, 366 ações civis públicas, 50 ações cautelares, além de outras 623 ações com objetos diversos.

Dentre as 538 ações relativas a direitos difusos e coletivos, contabilizaram-se 135 ações civis públicas, nenhuma ação direta de inconstitucionalidade (ADIN), 77 mandados de segurança, 226 ações para apuração de infração administrativa às normas de proteção à criança e ao adolescente, além de outras 100 classificadas como diversas.

Em relação ao fluxo de trabalho na área da infância e juventude, as Promotorias de Justiça receberam, ao longo do ano, 51.471 processos, representando um aumento de 1,51% em relação ao ano de 2016, quando foram recebidos 50.706 feitos, tendo sido emitidas, no total, 51.004 manifestações de mérito, assim como registradas 18.870 intimações diversas.

Gráfico 35 - Total de processos recebidos

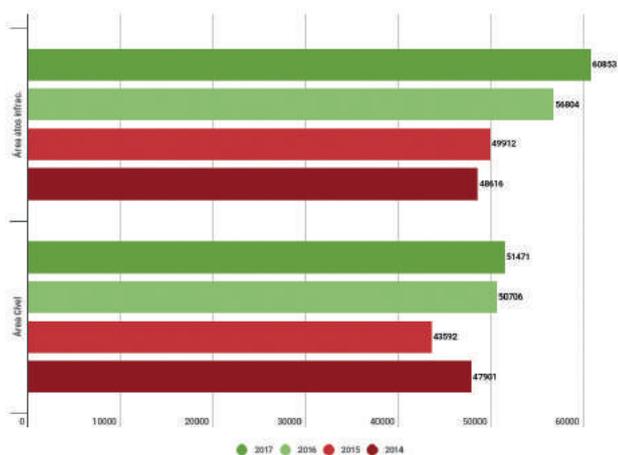
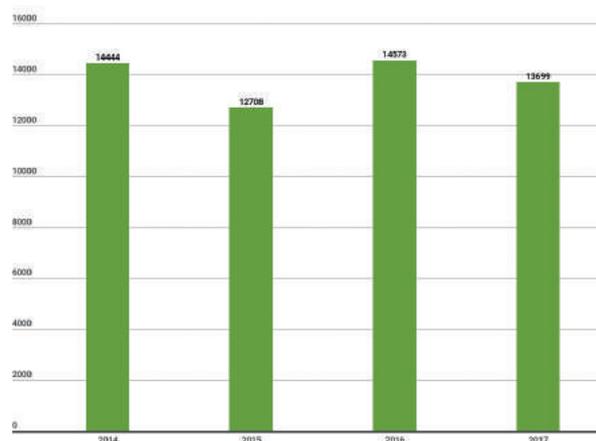


Gráfico 36 – Total de pessoas atendidas



Além dessas atividades, merece destaque o número de 13.699 pessoas atendidas no ano de 2017 e 752 visitas a entidades e abrigos de atendimento a crianças e adolescentes.

Ainda com relação às visitas realizadas pelos promotores de justiça nas entidades de acolhimento institucional e familiar e unidades de semiliberdade e de internação, foi constatada, durante o exercício de 2017, abertura e encerramento de instituições, conforme os quadros 6 e 7.

Quadro 6 – Entidades criadas em 2017

N.	Classificação	Entidade
1		NURREVI – Núcleo de Recuperação e Reabilitação de Vidas - Biguaçu
2		Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes Irmã Olívia Ruver – Bom Retiro
3	Acolhimento Institucional	Casa Lar Fundação Padre Luiz Facchini - Joinville
4		Fundação Padre Luiz Facchini - Joinville
5		Casa lar André Luis Lopes I (Instituto Priscila Zanette)
6		Casa lar André Luis Lopes II (Instituto Priscila Zanette)
7		Programa de Acolhimento Familiar de Bandeirante – São Miguel do Oeste
8	Acolhimento Familiar	Programa de Acolhimento Familiar – São Miguel do Oeste
9		Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora “Amor ao Próximo” – Coronel Martins
10	Unidade de Internação	Centro de Atendimento Socioeducativo Provisório -São Miguel do Oeste

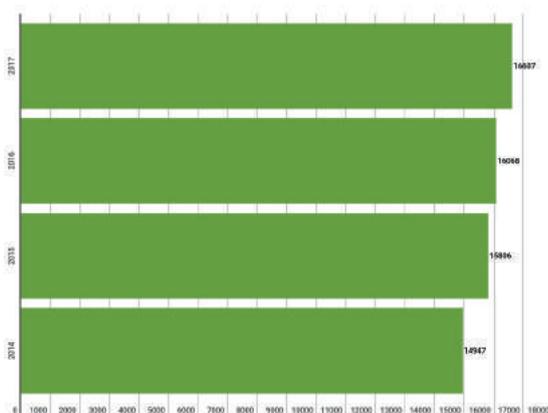
Quadro 7 – Entidades encerradas em 2017

N.	Classificação	Entidade
1		Desafio Jovem Monte Horebe - Camboriú
2	Acolhimento Institucional	Casa Lar Fundação Padre Luiz Facchini - Joinville
3		Fundação Padre Luiz Facchini – Pró Solidariedade e Vida - Joinville
4		Abrigo Menino Jesus – Unidade III - Lages

Vale destacar que, em contrapartida às inativações citadas acima, o Centro de Atendimento Socioeducativo de Itajaí - CASEP -, voltou à atividade em 2017.

É importante ressaltar a participação em audiências judiciais, em que se observou um incremento da ordem de 3,35%, passando-se de 16.068 em 2016 para 16.607 em 2017.

Gráfico 37 - Participações em audiências judiciais - Área da Infância e Juventude



Na tabela 13 estão discriminados todos os dados das atividades desenvolvidas nas Promotorias de Justiça na área da infância e juventude em 2017 e seu comparativo com aqueles registrados no ano de 2016.

Tabela 13 – Atividades da Área Infância e Juventude

Itens	2016	2017	Varição (%)
I - DA ÁREA DOS ATOS INFRACIONAIS			
1. NOTÍCIAS DE ATOS INFRACIONAIS			
1.1. Remanescentes em gabinete do período anterior	1.371	740	-46,02%
1.2 Autos de apreensão/boletins circunstanciados/outros recebidos	21.789	21.358	-1,98%

Itens	2016	2017	Varição (%)
1.3 Ajustes de relatório	1.292	1.151	-10,91%
a) ajuste pelo número de adolescentes infratores em Autos de Apuração/Boletins Circunstanciados	1105	978	-11,49%
b) ajuste por AApr/BC reunidos	187	173	-7,49%
1.4. Arquivamentos promovidos	2.477	2.070	-16,43%
1.5. Remissões concedidas	6.853	6.165	-10,04%
a) simples	704	510	-27,56%
b) com medida socioeducativa	6.149	5.655	-8,03%
b.1) advertência	3.427	3.104	-9,43%
b.2) obrigação de reparar o dano	225	277	23,11%
b.3) prestação de serviços à comunidade	3.021	2.823	-6,55%
b.4) liberdade assistida	582	568	-2,41%
1.6. Outras medidas (art. 101, VII, Estatuto da Criança e do Adolescente)	191	168	-12,04%
1.7. Representações de atos infracionais oferecidas	4.874	4.846	-0,57%
1.8. Requerimento de internação provisória	337	335	-0,59%
1.9. Baixados para diligência	1.526	1.585	3,87%
1.10. Outras situações de baixa estatística	7.046	6.899	-2,09%
1.11. Passam para o período seguinte	748	830	10,96%
2. ATOS INFRACIONAIS REPRESENTADOS	5.329	5.283	-0,86%
2.1. Contra a Pessoa	717	670	-6,56%
a) homicídio	151	154	1,99%
b) lesão corporal	203	192	-5,42%
c) ameaça	262	237	-9,54%
d) outros	101	87	-13,86%
2.2. Contra o Patrimônio	1.879	1.780	-5,27%
a) furto	807	760	-5,82%
b) roubo e extorsão	665	574	-13,68%
c) latrocínio	40	36	-10,00%
d) estelionato e outras fraudes	32	15	-53,13%
e) outros	335	395	17,91%
2.3. Contra a Dignidade Sexual	118	140	18,64%

Itens	2016	2017	Varição (%)
a) estupro	101	127	25,74%
b) outros contra a dignidade sexual	17	13	-23,53%
2.4. Tóxicos	1.966	2.079	5,75%
a) tráfico	1.407	1.512	7,46%
b) posse	518	529	2,12%
c) outros	41	38	-7,32%
2.5. Estatuto do Desarmamento	144	126	-12,50%
2.6. Contra Idosos (Estatuto do Idoso)	0	2	200%
2.7. Trânsito	219	186	-15,07%
2.8. Outros	286	300	4,90%
3. ATOS INFRACIONAIS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	66	68	3,03%
3.1. Homicídio	3	5	66,67%
3.2. Contra a Dignidade Sexual	29	22	-24,14%
3.3. Tortura	1		-100,00%
3.4. Outros	33	41	24,24%
4. PROCESSOS/AUDIÊNCIAS	58.069	61.449	5,82%
4.1. Remanescentes em gabinete do período anterior	1265	596	-52,89%
4.2. Recebidos no período	56.804	60.853	7,13%
4.3. Manifestações/audiências	27.915	29.868	7,00%
a) alegações finais	1.701	1.793	5,41%
b) razões de recurso	196	215	9,69%
c) contrarrazões de recurso	352	472	34,09%
d) pareceres em execução de medidas	15.842	16.482	4,04%
e) outras promoções	9.824	10.906	11,01%
4.4. Intimações	29.407	31.557	7,31%
a) intimações de sentença - homologação de remissão e extinção	12.198	11.978	-1,80%
b) intimações diversas	17.209	18.688	8,59%
4.5. Passam para o período seguinte	696	891	28,02%
II - DA ÁREA CÍVEL			
5. INQUÉRITOS CIVIS/PEÇAS INFORMATIVAS/REPRESENTAÇÕES			
5.1. Remanescentes em gabinete do período anterior	6.210	6.115	-1,53%

Itens	2016	2017	Varição (%)
5.2. Notícias/inquéritos civis/procedimentos preparatórios/peças informativas/representações	5.917	7.080	19,66%
a) direito individual (art. 201, ECA)	4.660	5.685	22,00%
b) direitos difusos ou coletivos	1257	1.395	10,98%
5.3. Avisos por infrequência escolar	4.810	5.006	4,07%
5.4. Avisos por maus-tratos	439	367	-16,40%
5.5. Disque 100	1.556	342	-78,02%
5.6. Outros	1.857	1.598	-13,95%
5.7. Arquivados/indeferidos	11.163	9.791	-12,29%
a) inquéritos civis/procedimentos administrativos/representações	4.786	4.353	-9,05%
a.1) sem ajustamento de conduta	3.298	3.035	-7,97%
a.2) com ajustamento de conduta	93	95	2,15%
a.3) indeferidos	1.395	1.223	-12,33%
b) avisos por infrequência escolar	4.246	4.602	8,38%
b.1) crianças ou adolescentes que retornaram à escola	1.965	1.973	0,41%
b.2) crianças ou adolescente que não retornaram à escola	1.878	2.205	17,41%
b.3) em acompanhamento	403	424	5,21%
c) Avisos por maus-tratos	1.108	773	-30,23%
c.1) violência física/psicológica	310	204	-34,19%
c.2) exploração sexual infanto-juvenil	144	96	-33,33%
c.3) outras situações de maus-tratos	632	350	-44,62%
c.4) em acompanhamento	22	60	172,73%
d) outros	1023	63	-93,84%
5.8. Inquéritos civis/procedimentos preparatórios concluídos/anexados à inicial/outros	2.449	3.172	29,52%
a) direito individual (art. 201, ECA)	2.048	2.634	28,61%
a.1) destituição/suspensão do poder familiar	352	347	-1,42%
a.2) guarda	165	178	7,88%
a.3) medidas de proteção	654	1.070	63,61%
a.4) ação civil pública	352	366	3,98%
a.5) ação cautelar	55	50	-9,09%
a.6) outras	470	623	32,55%

Itens	2016	2017	Variação (%)
b) direitos difusos ou coletivos	401	538	34,16%
b.1) ação civil pública	112	135	20,54%
b.2) ADIN	2		-100,00%
b.3) mandado de segurança	18	77	327,78%
b.4) apuração de infração administrativa	160	226	41,25%
b.5) outras	109	100	-8,26%
5.9. Ajustamentos de conduta em execução/aguardando resposta/decurso de prazo	155	153	-1,29%
5.10. Atos instrutórios	53.972	59.209	9,70%
a) despachos	18.422	22.091	19,92%
b) recomendações	286	387	35,31%
c) ofícios expedidos	26.108	28.759	10,15%
d) notificações	4.269	4.208	-1,43%
e) reuniões	809	886	9,52%
f) atendimentos	2.928	2.351	-19,71%
g) encaminhados ao Serviço Social do Ministério Público	1.150	527	-54,17%
5.11. Remetidos ao CSMP	179	174	-2,79%
5.12. Outras situações de baixa estatística	1332	1.189	-10,74%
5.13. Passam para o período seguinte	6.115	5.692	-6,92%
6. PROCESSOS	51.537	52.203	1,29%
6.1. Remanescentes em gabinete do período anterior	831	732	-11,91%
6.2. Recebidos	50.706	51.471	1,51%
6.3. Manifestações/pareceres:	50.708	51.004	0,58%
a) adoção	1.201	1.195	-0,50%
a.1) por brasileiros	1.155	1.176	1,82%
a.2) por estrangeiros	46	19	-58,70%
b) alegações finais	539	461	-14,47%
c) alimentos	1.420	2.023	42,46%
d) cadastro de adotantes	1.617	1.690	4,51%
e) cautelares	325	188	-42,15%
f) infrações administrativas	929	873	-6,03%
g) mandado de segurança	921	872	-5,32%

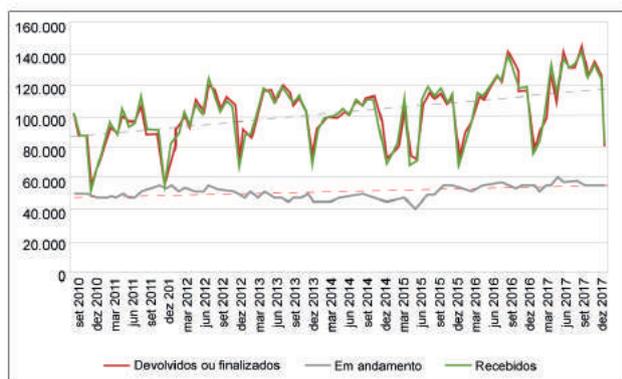
Itens	2016	2017	Varição (%)
h) recursos	742	658	-11,32%
h.1) razões de recurso	221	246	11,31%
h.2) contrarrazões de recurso	493	360	-26,98%
h.3) pareceres em recurso	28	52	85,71%
i) outros pareceres	2.672	2.323	-13,06%
j) outras manifestações	21.679	21.851	0,79%
k) intimações diversas	18.663	18.870	1,11%
6.4. Passam para o período seguinte	772	1.177	52,46%
7. OUTRAS ATIVIDADES			
7.1. Audiências judiciais	16.068	16.607	3,35%
7.2. Audiências de apresentação (número de adolescentes)	10.349	9.261	-10,51%
7.3. Audiências/reuniões Inquéritos Cíveis Públicos/Procedimentos Preparatórios	731	931	27,36%
a) pessoas inquiridas	1062	1.170	10,17%
7.4. Requisições e ofícios expedidos	12.447	13.034	4,72%
7.5. Reuniões/audiências extrajudiciais	2.622	2.438	-7,02%
7.6. Palestras sobre assuntos institucionais	185	149	-19,46%
7.7. Visitas a entidades de atendimento ao autor de ato infracional	117	105	-10,26%
7.8. Visitas a instituições de acolhimento e outras entidades de atendimento	613	647	5,55%
7.9. Atendimento ao público (número de pessoas)	14.537	13.699	-5,76%
7.10. Cartas precatórias expedidas	626	544	-13,10%
7.11. Cartas precatórias cumpridas	531	542	2,07%
8. PENDÊNCIAS COM PRAZO DE MANIFESTAÇÃO VENCIDO		1.055	-25,70%
8.1. Procedimentos de apuração de ato infracional	142	77	-45,77%
8.2. Notícias de atos infracionais	32	58	81,25%
8.3. Inquéritos civis/procedimentos preparatórios/representações	638	311	-51,25%
8.4. Procedimento de Investigação Criminal (PIC) - mais de 90 dias	0	5	500,00%
8.5. Processos	132	177	34,09%
8.6. Vencidos há mais de 30 dias	476	427	-10,29%

Fonte: Sistema de Anotação de Informação – SAI

6.5 ANÁLISE GRÁFICA AMPLIADA

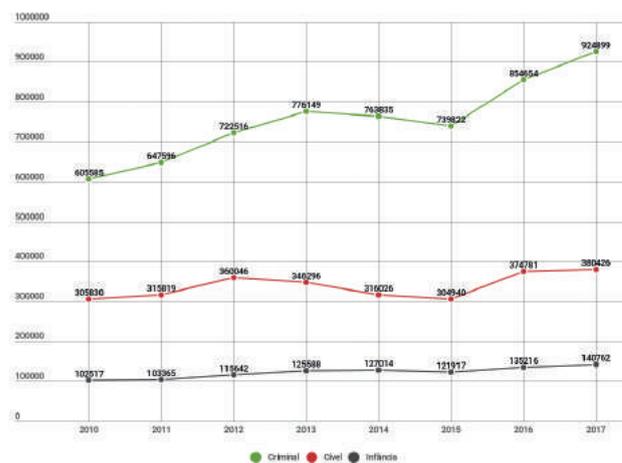
Para efeito de visualização da curva de crescimento das atividades das Promotorias de Justiça ao longo do tempo, vale destacar a movimentação global de processos e procedimentos em todo o estado de Santa Catarina. No gráfico seguinte demonstra-se, em pormenores, o comportamento do número de processos e procedimentos recebidos, dos devolvidos e daqueles em andamento no período de setembro de 2010 a dezembro de 2017, o que nos fornece uma projeção bastante segura e clara quanto ao incremento anual carreado ao Ministério Público de Santa Catarina.

Gráfico 38 - Movimentação de processos e procedimentos

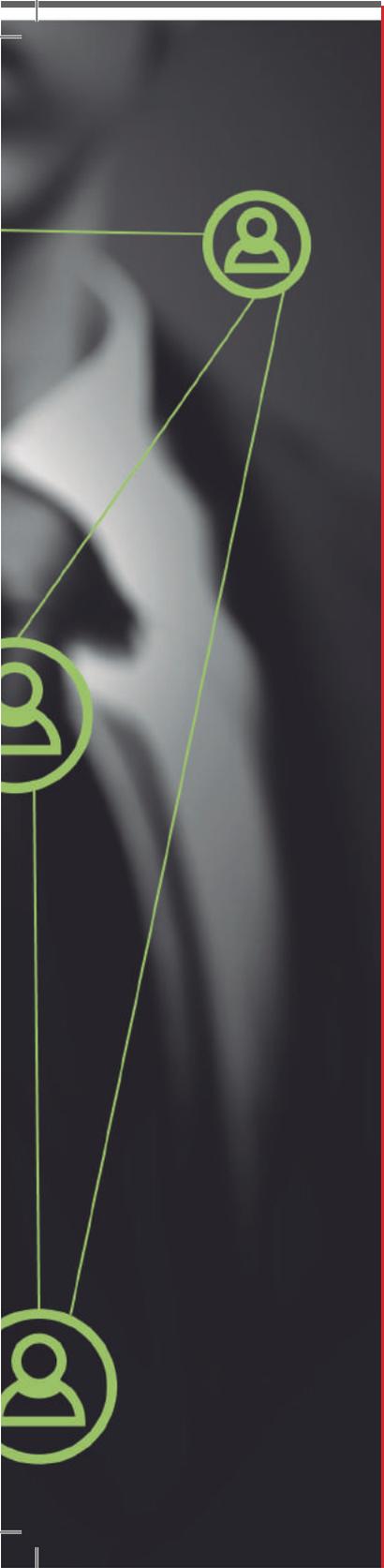


No gráfico a seguir são segregadas as curvas de crescimento das áreas criminal, cível e infância e juventude, de modo a perceber o significativo aumento da demanda, principalmente na área criminal, que apresentou uma evolução no número de entradas de 2010 a 2017 na ordem de 52,73%, enquanto na área cível na ordem de 24,39% e na infância e juventude na ordem de 37,31%.

Gráfico 39 - Procedimentos e processos recebidos – Áreas Criminal, Cível e Infância e Juventude







7 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

(NOVEMBRO / 2018)

Procurador-Geral de Justiça

Sandro José Neis

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos

Aurino Alves de Souza

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais

Fábio de Souza Trajano

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Cid Luiz Ribeiro Schmitz

Secretário-Geral do Ministério Público

Fernando da Silva Comin

Promotores de Justiça Assessores do Procurador-Geral de Justiça

Alexandre Estefani

Caroline Moreira Suzin

Cristian Richard Stahelin Oliveira

Cristine Angulski da Luz

Maurício de Oliveira Medina

Mauro Canto da Silva

Roberta Mesquita e Oliveira Tauscheck

Colégio de Procuradores de Justiça

Presidente: Sandro José Neis

Secretário: Carlos Henrique Fernandes

Paulo Antônio Günther

Odil José Cota

Paulo Roberto Speck

Raul Schaefer Filho

Pedro Sérgio Steil

José Eduardo Orofino da Luz Fontes

Humberto Francisco Scharf Vieira

João Fernando Quagliarelli Borrelli

Hercília Regina Lemke

Mário Gemin

Gilberto Callado de Oliveira

Antenor Chinato Ribeiro
Narcísio Geraldino Rodrigues
Jacson Corrêa
Basílio Elias De Caro
Aurino Alves de Souza
Paulo Roberto de Carvalho Roberge
Tycho Brahe Fernandes
Guido Feuser
Plínio Cesar Moreira
Gladys Afonso
Paulo Ricardo da Silva
Lenir Roslindo Piffer
Paulo Cezar Ramos de Oliveira
Paulo de Tarso Brandão
Gercino Gerson Gomes Neto
Francisco Bissoli Filho
Newton Henrique Trennepohl
Heloísa Crescenti Abdalla Freire
Fábio De Souza Trajano
Carlos Eduardo Abreu Sá Fortes
Ivens José Thives de Carvalho
Walkyria Ruicir Danielski
Alexandre Herculano Abreu
Durval da Silva Amorim
Vânio Martins de Faria
Américo Bigaton
Eliana Volcato Nunes
Mário Luiz de Melo
Rogério Antônio da Luz Bertoncini
Genivaldo da Silva
Rui Arno Richter
Lio Marcos Marin
Cristiane Rosália Maestri Böell
Luiz Ricardo Pereira Cavalcanti
Murilo Casemiro Mattos
Fábio Strecker Schmitt
Sonia Maria Demeda Groisman Piardi
Marcílio de Novaes Costa
Monika Pabst
Jorge Orofino da Luz Fontes
Onofre José Carvalho Agostini
Carlos Alberto de Carvalho Rosa
Rogê Macedo Neves
Jayne Abdala Bandeira
Ermani Dutra
Abel Antunes de Mello
Leonardo Felipe C. Lucchese

Conselho Superior do Ministério Público

Membros Natos

Presidente: Sandro José Neis - Procurador-Geral de Justiça
Ivens José Thives de Carvalho - Corregedor-Geral

Representantes do Colégio de Procuradores

Odil José Cota
Gladys Afonso
Newton Henrique Trennepohl

Representante da Primeira Instância

Narcísio Geraldino Rodrigues

Gercino Gerson Gomes Neto
Fábio de Souza Trajano
Lio Marcos Marin
Cristiane Rosália Maestri Böell
Fábio Strecker Schmitt
Onofre José Carvalho Agostini
Abel Antunes de Mello

Secretário

Fernando da Silva Comin

Corregedor-Geral do MPSC

Ivens José Thives de Carvalho

Subcorregedor-Geral

Mário Luiz de Melo

Secretário da Corregedoria-Geral

Adalberto Exterkötter

Promotores de Justiça Assessores do Corregedor-Geral

Fernanda Broering Dutra
Marcelo de Tarso Zanellato
Maria Amélia Borges Moreira Abbad
Renee Cardoso Braga

Coodenadoria de Recursos Cíveis

Rogê Macedo Neves - Coordenador

Promotores de Justiça Assessores

Douglas Roberto Martins
Giselli Dutra

Coodenadoria de Recursos Criminais

Fábio Strecker Schmitt - Coordenador

Promotores de Justiça Assessores

Aline Dalle Laste
Henrique Laus Aieta

Ouvidor

José Eduardo Orofino da Luz Fontes

Coordenador-Geral dos Centros de Apoio Operacional

Fábio de Souza Trajano

Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Terceiro Setor

Caroline Cabral Zonta – Coordenadora
Ariadne Clarissa Klein Sartori – Coordenadora Adjunta

Centro de Apoio Operacional do Controle de Constitucionalidade

Durval da Silva Amorim - Coordenador

Centro de Apoio Operacional do Consumidor

Greícia Malheiros da Rosa Souza – Coordenadora

Centro de Apoio Operacional Criminal

João Alexandre Massulini Acosta – Coordenador

Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude

João Luiz de Carvalho Botega – Coordenador

Centro de Apoio Operacional Técnico

João Carlos Teixeira Joaquim - Coordenador
Laudares Capella Filho - Coordenador Adjunto
Barbara Elisa Heise - Coordenadora Adjunta
Guilherme André Pacheco Zattar - Coordenador Adjunto

Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente

Paulo Antonio Locatelli - Coordenador

Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa

Samuel Dal-Farra Napolini - Coordenador
Marina Modesto Rebelo - Coordenadora Adjunta CMA- GEAC

Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária

Giovanni Andrei Franzoni Gil - Coordenador

Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

Analú Librelato Longo - Diretora

Coordenadoria de Inteligência e Segurança Institucional

Rui Carlos Kolb Schiefler – Coordenador

Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO)

Alexandre Reynaldo de Oliveira Graziotin – Coordenador-Geral e Coordenador do GAECO da Capital

GAECO de Joinville

Assis Marciel Kretzer – Coordenador

GAECO de Chapecó

Alessandro Rodrigo Argenta – Coordenador

GAECO de Criciúma

Gustavo Wiggers - Coordenador

GAECO de Lages

Joel Rogério Furtado Júnior - Coordenador

GAECO de Itajaí

Jean Michel Forest – Coordenador

GAECO de Blumenau

Alexandre Graziotin

Casa Militar

Cel. Luiz Ricardo Duarte

Conselho Consultivo de Políticas e Prioridades Institucionais**Ex-Procuradores-Gerais de Justiça**

Pedro Sérgio Steil

Lio Marcos Marin

Representante do Segundo Grau:

Onofre José Carvalho Agostini (titular)

Rogê Macedo Neves (suplente)

Representantes do Primeiro Grau:

1ª Região - Extremo Oeste: Alexandre Volpatto (titular) e Edison de Melo Menezes (suplente)

2ª Região - Oeste: Júlio Fumo Fernandes (titular) e Simão Baran Junior (suplente)

3ª Região - Meio Oeste: Guilherme André Pacheco Zattar (titular) e Roberta Trentini Machado Gonçalves (suplente)

4ª Região - Planalto Serrano: Eliatar Silva Junior (titular) e Bruno Bolognini Tridapalli (suplente)

5ª Região - Alto Vale do Itajaí : Luis Felipe Fonseca Católico (titular) e Marcio

Rio Branco Nabuco de Gouvêa (suplente)

6ª Região - Médio Vale do Itajaí: Daniel Granzotto Nunes (titular) e Rejane

Gularte Queiroz Beilner (suplente)

7ª Região - Vale do Rio Itajaí e Tijucas: Havah Emilia Piccinini de Araújo Mainhardt (titular) e Alvaro Pereira Oliveira Melo (suplente)

8ª Região - Grande Florianópolis: Rogério Ponzi Seligman (titular) e Marcelo Wegner (suplente)

9ª Região - Planalto Norte: Pablo Inglês Sinhori (titular) e Bianca Andrighetti Coelho (suplente)

10ª Região - Norte: Marcio André Zattar Cota (titular) e Felipe Prazeres Salum Müller (suplente)

11ª Região - Sul: Symone Leite (titular) e Fábio Fernandes de Oliveira Lyrio (suplente)

12ª Região - Extremo Sul: Marcus Vinicius de Faria Ribeiro (titular) e Carlos Eduardo Tremel de Faria (suplente)

Órgãos administrativos da PGJ**Coordenador de Auditoria e Controle**

Fernando Fabro Tomazine

Coordenador de Comunicação Social

Carlos Rocha dos Santos

Coordenador de Finanças e Contabilidade

Márcio Abelardo Rosa

Gerente de Contabilidade

Luana Henrique Nunes

Gerente de Finanças

Sérgio Luiz Kraeski

Coordenadora de Operações Administrativas

Doris Mara Eller Brüggemann

Gerente de Acompanhamento dos Fundos Especiais

Keli Soares de Anhaia

Gerente de Compras

Paloma Valeria da Costa

Gerente de Contratos

Sara Souza da Silva Amorim

Coordenadora de Planejamento

Isabel Cristina Silveira de Sá

Gerente de Ciência de Dados

Christian Rosa

Gerente de Informações e Projetos

Andreas Jumes

Coordenador de Engenharia e Arquitetura

Fabício Kremer de Souza

Gerente de Engenharia Civil

Guilherme da Luz Daros

Coordenador de Logística

Ricardo Alexandre Oliveira

Gerente de Almoxarifado

Luís Antônio Buss

Gerente de Arquivo e Documentação

Elis Regina Biazin

Gerente de Transportes

Jacqueline Figueró Jeske

Gerente de Patrimônio

Ângelo Vítor Oliveira

Coordenador de Processos e Informações Jurídicas

Denis Moreira Cunha

Coordenadora de Recursos Humanos

Emanuella Koerich Zappellini

Gerente de Cadastro e Informações Funcionais

Arthur Alexandre Castro

Gerente de Atenção à Saúde

Anarrosa Garcia Silveira

Gerente de Desenvolvimento de Pessoas

Marina Ignes Pereira Zimmermann

Gerente de Remuneração Funcional

Renato Kraus

Coordenador de Tecnologia da Informação

Oldair Zanchi

Gerente de Governança e Qualidade em TI

Giorgio Santos Costa Merize

Gerente de Infraestrutura Tecnológica

Rodrigo Grumiche Silva

Gerente de Atendimento ao Usuário

Rodrigo de Souza Zeferino

Gerente de Sistemas de Informação

Paulo Cesar Allebrandt

Gerente de Segurança da Informação e Gestão de Riscos

Filipe Souza Régis

Corregedoria-Geral do MPSC**Gerente de Acompanhamento Funcional**

Jair Alcides dos Santos

Gerente de Serviços Administrativos e Controle Disciplinar

Berenice Chaves Gomes

Centro de Apoio Operacional Técnico**Gerente de Análise Multidisciplinar**

Fábio Rogério MatiuZZi Rodrigues

Gerente de Análise Contábil

Douglas da Silveira

Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional**Gerente de Biblioteca**

Andrea Aparecida Silva

Gerente de Capacitação e Aperfeiçoamento

Vanessa do Amaral

Gerente de Pesquisa, Extensão e Revisão

Lucia Anilda Miguel

Promotores de Justiça de Entrância Especial

Donaldo Reiner

Moacir José Dal Magro

James Faraco Amorim

Paulo Roberto Luz Gottardi

Janir Luiz Della Giustina

Neori Rafael Krahl

Davi do Espírito Santo

César Augusto Grubba

Rui Carlos Kolb Schiefler

Henrique Limongi

Ary Capella Neto

Kátia Helena Scheidt Dal Pizzol

Hélio José Fiamoncini

André Fernandes Indalencio

Paulo Antonio Locatelli

Alex Sandro Teixeira da Cruz

Cid Luiz Ribeiro Schmitz

Protásio Campos Neto

Rosemary Machado Silva

Vera Lúcia Coro Bedinoto

Flávio Duarte de Souza

Marcelo Truppel Coutinho

Margaret Gayer Gubert Rotta

Ângela Valença Bordini

Ricardo Marcondes de Azevedo

Miguel Luís Gnigler

Marcelo Wegner

Alexandre Reynaldo de Oliveira Graziotin

Sérgio Ricardo Joesting

Andreas Eisele

Leonardo Henrique Marques Lehmann

Gustavo Mereles Ruiz Diaz

Fernando Linhares da Silva Júnior

Maristela Nascimento Indalencio

Thais Cristina Scheffer

Darci Blatt

Maury Roberto Viviani

Eduardo Paladino

Júlio César Mafra

Isaac Newton Belota Sabbá Guimarães

Felipe Martins de Azevedo

Daniel Paladino

Francisco de Paula Fernandes Neto

Luis Eduardo Couto de Oliveira Souto

Vânia Augusta Cella Piazza

Fabiano David Baldissarelli

Assis Marciel Kretzer

Joubert Odebrecht

Andrey Cunha Amorim

Julio André Locatelli

Marcelo Brito de Araújo

Juliana Padrão Serra de Araújo

Rafael de Moraes Lima

Luiz Augusto Farias Nagel

Joel Rogério Furtado Júnior

Rogério Ponzi Seligman

Helen Crystine Corrêa Sanches

Geovani Werner Tramontin

George André Franzoni Gil

Kátia Rosana Pretti Armange

Luciano Trierweiller Naschenweng

Rosângela Zanatta

Cristina Balceiro da Motta

Anelize Nascimento Martins Machado

Fabrcio Nunes

Nazareno Bez Batti

Affonso Ghizzo Neto

Celso Antonio Ballista Junior

Fabrcio José Cavalcanti

Marcelo Gomes Silva

Diana Spalding Lessa Garcia

Fabiano Henrique Garcia

Wilson Paulo Mendonça Neto

Benhur Poti Betiolo

Fernando da Silva Comin

Silvana Schmidt Vieira

Ana Paula Cardoso Teixeira

Alexandre Piazza

Ricardo Paladino

Hélio Sell Júnior

Jackson Goldoni
Luciana Rosa
André Otávio Vieira de Mello
Maurício de Oliveira Medina
Jádel da Silva Júnior
Márcia Aguiar Arend
Raul de Araujo Santos Neto
Vera Lúcia Butzke
Cláudia Mara Nolli
Debora Wanderley Medeiros Santos
Rosan da Rocha
Ricardo Luis Dell'Agnolo
Álvaro Luiz Martins Veiga
Andréa da Silva Duarte
Alexandre Wiethorn Lemos
Mário Vieira Júnior
Sandro Ricardo Souza
Sandro de Araujo
Jonnathan Augustus Kuhnen
Maria Amélia Borges Moreira Abbad
Gilberto Polli
João Carlos Teixeira Joaquim
Ricardo Figueiredo Coelho Leal
José de Jesus Wagner
Jean Michel Forest
Oswaldo Juvencio Cioffi Junior
Rodrigo Silveira de Souza
Amélia Regina da Silva
Milani Maurílio Bento
Gustavo Wiggers
Alvaro Pereira Oliveira Melo
Marcelo Mengarda
Simone Cristina Schultz Corrêa
Luiz Fernando Góes Ulysséa
Rafael Alberto da Silva Moser
Fábio Fernandes de Oliveira Lyrio
Alan Boettger
Max Zuffo
Mauro Canto da Silva
Marcus Vinicius Ribeiro de Camillo
Havah Emília Piccinini de Araújo Mainhardt
Vânia Lúcia Sangalli
Odair Tramontin
Adalberto Exterkötter
Cléber Augusto Hanisch
Giovanni Andrei Franzoni Gil
Renee Cardoso Braga
Roberta Mesquita e Oliveira Tauscheck
Deize Mari Oechsler
Leonardo Todeschini
Luis Suzin Marini Júnior
Wagner Pires Kuroda
Cristian Richard Stahelin Oliveira
Jadson Javel Teixeira
Marcelo de Tarso Zanellato
Caroline Moreira Suzin
Guilherme Luis Lutz Morelli
Luciana Uller Marin
Jean Pierre Campos
Rodrigo Cunha Amorim
Aristeu Xenofontes Lenzi
José Eduardo Cardoso
Alexandre Schmitt dos Santos

Cristina Costa da Luz Bertoncini
Rodrigo Millen Carlin
Gustavo Viviani de Souza
Márcio Conti Junior
Aurélio Giacomelli da Silva
Alexandre Carrinho Muniz
Ricardo Viviani de Souza
Susana Perin Carnaúba
Andréa Machado Speck
Daniel Westphal Taylor
Murilo Adaghinari
Marcio André Zattar Cota
Cristiano José Gomes
Rafael Meira Luz
Fabrício Franke da Silva
Eduardo Chinato Ribeiro
André Teixeira Mililoli
Fernanda Crevanzi Vailati
Tatiana Rodrigues Borges Agostini
Samuel Dal-Farra Napolini
Belmiro Hanisch Júnior
Carlos Eduardo Cunha
Carlos Renato Silvy Teive
Cristine Angulski da Luz
Eduardo Sens dos Santos
Germano Krause de Freitas
Júlio Fumo Fernandes
Diógenes Viana Alves
Henrique da Rosa Ziesemer
Diego Rodrigo Pinheiro
Mônica Lerch Lunardi
Alexandre Estefani
Henrique Laus Aieta
Arthur Koerich Inacio
Marcio Rio Branco Nabuco de Gouvêa
Cesar Augusto Engel
André Braga de Araújo
Alessandro Rodrigo Argenta
Felipe Prazeres Salum Müller
Elaine Rita Auerbach
Marcelo Sebastião Netto de Campos
Aline Dalle Laste
Roberta Magioli Meirelles
Anderson Adilson de Souza
Caroline Cristine Eller
Fernanda Broering Dutra
Patricia Dagostin Tramontin
Luciana Schaefer Filomeno
Larissa Mayumi Karazawa Takashima
Débora Pereira Nicolazzi
Carlos Eduardo Tremel de Faria
Barbara Elisa Heise
Caroline Sartori Velloso Martinelli
Ariadne Clarissa Klein Sartori
Candida Antunes Ferreira

Promotores de Justiça de Entrância Final

Maria Regina Dexheimer Lakus Forlin
Alexandre Daura Serratine
Pedro Roberto Decomain
Karla Bárdio Meirelles
José Orlando Lara Dias

João Carlos Linhares Silveira
Laudares Capella Filho
Sandra Goulart Giesta da Silva
José Renato Côrte
Rodrigo Kurth Quadro
Marco Antonio Schütz de Medeiros
Alicio Henrique Hirt
Andrea Gevaerd
Ana Cristina Boni
Jorge Eduardo Hoffmann
Cássio Antonio Ribas Gomes
Marcionei Mendes
João Alexandre Massulini Acosta
Carla Mara Pinheiro
Raul Gustavo Juttel
Glaucio José Riffel
Luiz Mauro Franzoni Cordeiro
Fred Anderson Vicente
Maycon Robert Hammes
Eder Cristiano Viana
Giselli Dutra
Marcio Gai Veiga
Andréia Soares Pinto Favero
Chimelly Louise de Resenes Marcon
Andreza Borinelli
Daniel Granzotto Nunes
Caroline Cabral Zonta
Greícia Malheiros da Rosa Souza
Guilherme Schmitt
Rodrigo Andrade Viviani
Gabriel Ricardo Zanon Meyer
Giancarlo Rosa Oliveira
Luis Felipe de Oliveira Czesnat
Nilton Exterkoetter
Maria Cristina Pereira Cavalcanti Ribeiro
Gláucio José Souza Alberton
Fabiano Francisco Medeiros
Cristina Elaine Thomé
Lara Peplau
Graziele dos Prazeres Cunha
Lenice Born da Silva
Kariny Zanette Vitoria
Márcia Denise Kandler Bittencourt Massaro
Marina Modesto Rebelo
Claudine Vidal de Negreiros da Silva
Luciana Cardoso Pilati Polli
Cristhiane Michelle Tambosi Fiamoncini
Guilherme Brodbeck
Gilberto Assink de Souza
Cyro Luiz Guerreiro Júnior
Alan Rafael Warsch
Rodrigo Cesar Barbosa
Marcelo Francisco da Silva
Fernando Wiggers
Diego Roberto Barbiero
Felipe Schmidt
Roberta Ceolla Gaudêncio de Moraes
Júlia Wendhausen Cavallazzi
Átila Guastalla Lopes
Lara Zappelini Souza
Marcela Hülse Oliveira
Viviane Soares
Rafael Pedri Sampaio

Tehane Tavares Fenner
Simão Baran Junior
Douglas Roberto Martins
Joaquim Torquato Luiz
Maria Claudia Tremel de Faria
Marcus Vinicius de Faria Ribeiro
Diana da Costa Chierighini
Ana Elisa Goulart Lorenzetti
Guilherme André Pacheco Zattar
Rejane Gularte Queiroz Beilner
Daniele Garcia Moritz
Fernando Rodrigues de Menezes Júnior
Marcos Augusto Brandalise
Cristiane Weimer
Carlos Alberto da Silva Galdino
Felipe Nery Alberti de Almeida
Marcos Batista De Martino
Marcela de Jesus Boldori Fernandes
Luis Otávio Tonial
Pablo Inglês Sinhori
Camila Vanzin Pavani
Tiago Davi Schmitt
Rachel Urquiza Rodrigues de Medeiros
Filipe Costa Brenner
Jaisson José da Silva
João Luiz de Carvalho Botega
Julia Trevisan de Toledo Barros
Bruno Bolognini Tridapalli
Francieli Fiorin
Rafaela Denise da Silveira
Diogo Luiz Deschamps
Fabrício Pinto Weiblen
Roberta Trentini Machado Gonçalves
João Paulo de Andrade
Elias Albino de Medeiros Sobrinho
Bruna Gonçalves Gomes
Marcela Pereira Geller
Juliana Ramthun Frasson
Ana Laura Peronio Omizzolo
Ana Paula Destri Pavan
Vinicius Secco Zoconi
Raquel Betina Blank
Renato Maia de Faria
Mariana Pagnan Silva de Faria
Michel Eduardo Stechinski
Fabiana Mara Silva Wagner
José Geraldo Rossi da Silva Cecchini
Fernando Guilherme de Brito Ramos
Alexandre Volpato
Pedro Lucas de Vargas
Djônata Winter
Leandro Garcia Machado
Diogo André Matsuoka Azevedo dos

Promotores de Justiça de Entrância Inicial

Silvana do Prado Brouwers
Cláudio Everson Gesser Guedes da
Mirela Dutra Alberton
Elizabeth Sampaio Porto
Symone Leite
Cleber Lodetti de Oliveira
Renata de Souza Lima

Matheus Azevedo Ferreira
Marciano Villa
Joel Zanelato
Lia Nara Dalmutt
Naiana Benetti
Maria Fernanda Steffen da Luz Fontes
Luis Felipe Fonseca Católico
Edisson de Melo Menezes
Leonardo Fagotti Mori
Rafael Fernandes Medeiros
Bianca Andrighetti Coelho
Larissa Zomer Loli
Thiago Madoenho Bernardes da Silva
Danielle Diamante
João Paulo Bianchi Beal
Juliana Degraf Mendes
Thiago Alceu Nart
Marcos Schlickmann Alberton
Dimitri Fernandes
Leonardo Cazonatti Marcinko
Eliatar Silva Junior
Thiago Naspolini Berenhauser
Francisco Ribeiro Soares
Flávio Fonseca Hoff
Sandra Faitlowicz Sachs
Luísa Zuardi Niencheski
Raísa Carvalho Simões Rollin
Guilherme Brito Laus Simas
Rafaela Vieira Bergmann
Roberta Seitenfuss
André Barbuto Vitorino
Rodrigo Dezengrini
Chrystopher Augusto Danielski
Augusto Zanelato Júnior
Marcio Vieira
Lucas dos Santos Machado
Paulo Henrique Lorenzetti da Silva
Rene José Anderle
Alexandre Penzo Betti Neto
Saulo Henrique Aléssio Cesa
Guilherme Back Locks
Ana Carolina Ceriotti
Douglas Dellazari
Aline Boschi Moreira
Luan de Moraes Melo
Fernanda Morales Justino

Promotores de Justiça Substitutos

Raul Rogério Rabello
Henriqueta Scharf Vieira
Mário Waltrick do Amarante
Vanessa Wendhausen Cavallazzi
Analú Librelato Longo
Thiago Carriço de Oliveira
Luiz Fernando Fernandes Pacheco
Alceu Rocha
Letícia Baumgarten Filomeno
Daniel da Costa Rabello
Isabela Ramos Philippi
Geruza Isoton
Bartira Soldera Dias

Marcelo José Zattar Cota
Ariane Bulla Jaquier
Iara Klock Campos
Felipe Brüggemann
Ana Luisa de Miranda Bender Schlichting
Guilherme Luiz Dutra
Cristina Nakos
Caroline Regina Maresch
Karen Damian Pacheco Pinto
Mateus Erdtmann
Daianny Cristine Silva Azevedo Pereira
Antonio Junior Brigatti Nascimento
Marco Antonio Frassetto
Rafaela Mozzaquattro Machado
Fernanda Priorelli Soares Togni
Victor Abras Siqueira
Letícia Vinotti da Silva
Marta Fernanda Tumelero
Luciana Leal Musa

